

ELOI JOSÉ DA SILVA LIMA

A CRIAÇÃO DA UNICAMP:
Administração e Relações de Poder numa Perspectiva Histórica

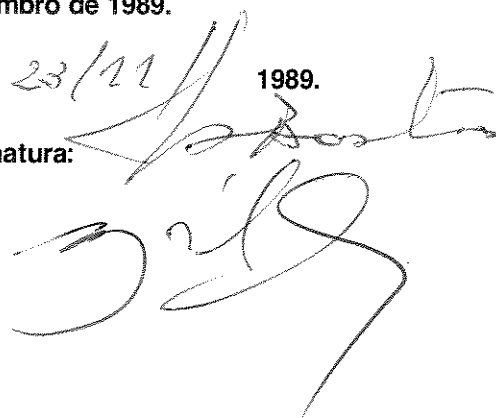
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1989

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Eloi José da Silva Lima
e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 de
novembro de 1989.

Data 23/11/1989.

Assinatura:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eloi José da Silva Lima', is written over the 'Assinatura:' label. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'E' and 'L'.

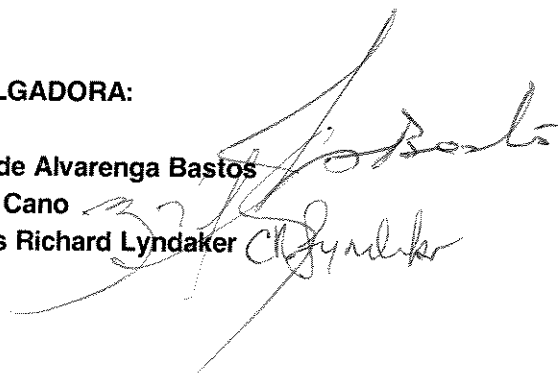
Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, na Área de Concentração de Administração e Supervisão Educacional, à Comissão da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Jésus de Alvarenga Bastos.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Jésus de Alvarenga Bastos

Prof. Dr. Wilson Cano

Prof. Dr. Charles Richard Lyndaker

Handwritten signatures in black ink, corresponding to the names listed in the adjacent text. The signature for Prof. Dr. Jésus de Alvarenga Bastos is the most prominent and largest, written in a cursive style. Below it, the signature for Prof. Dr. Wilson Cano is smaller and more compact. The signature for Prof. Dr. Charles Richard Lyndaker is also smaller and appears to be written in a more formal, slightly cursive hand.

À todos que com seu trabalho,
criatividade e dedicação, muitas vezes
incógnitos, dentro das salas de aula e
laboratórios, nas oficinas,
escritórios, construções ou em
qualquer lugar ajudaram a erguer a
UNICAMP, tornando-a uma instituição
tão admirada e respeitada neste País
de tantas desilusões.

À obra de vocês devo a razão de ser
deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Geraldo Giovanni pelo apoio fundamental e pela amizade estimuladora. Ao Waldemar Giomi agradeço a compreensão. A eles devo as condições materiais, sem as quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos os amigos do Grupo Executivo da Reforma Administrativa (GERAD) da UNICAMP, agradeço o companheirismo e a ajuda permanente.

Aos colegas do CIDIC e da Secretaria Geral da UNICAMP agradeço a colaboração nas pesquisas documentais.

Aos professores fundadores da UNICAMP, que gentilmente me ofereceram seus depoimentos além de ricos e agradáveis momentos de lembranças e reflexões sobre a história da UNICAMP, devo o lado vivo e vibrante deste trabalho.

A todos os companheiros de trabalho na UNICAMP, que nesta jornada jamais me negaram a colaboração, devo a principal motivação da tarefa concluída: por um futuro melhor.

À Marema, à Ireô e ao Júlio agradeço o carinho e a esperança sempre renovada.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo de caso sobre a dinâmica das relações de poder na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) durante o período de sua criação, entre 1966 e 1978.

A análise é feita sob uma perspectiva histórica, a partir das determinações da Formação Social brasileira, a qual, segundo método de análise científica adotado - o materialismo histórico - condicionava o surgimento e o funcionamento das organizações sociais. Neste estudo são destacados, como instrumentos de análise teórica, os elementos estruturais e superestruturais da Formação Social que determinaram a estruturação e os mecanismos das relações de poder na Universidade.

Inicialmente, a análise baseia-se na identificação do movimento das forças produtivas capitalistas, que compunham o modo de produção hegemônico no Brasil, movimento que representa a última instância de determinação da superestrutura jurídica, política e ideológica da sociedade - inclusive os aspectos da "cultura brasileira" - instância esta onde se processou efetivamente a construção da UNICAMP.

O estudo considera ainda como as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas da época influenciaram a história da UNICAMP, destacando-se a modernização que o processo de industrialização capitalista avançada promoveu e a intervenção do Estado no sistema de ensino superior. As mudanças na estrutura das classes sociais também são consideradas.

O trabalho prossegue com a análise da organização efetiva da UNICAMP, a partir dos condicionantes políticos e legais da Reforma Universitária de 1968. A centralização e o desenvolvimentismo são tomados como fatores culturais e ideológicos dominantes em uma análise introdutória da administração universitária e da dinâmica das relações de poder que se verificaram internamente à Universidade. Considera-se nesta análise o pragmatismo econômico, a burocracia e os valores acadêmicos como elementos de poder.

No final, encontram-se algumas reflexões sobre as perspectivas futuras da administração universitária, tendo em vista o seu aperfeiçoamento institucional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. Pressupostos Teóricos	7
Notas	13
CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO DA CRIAÇÃO DA UNICAMP	15
1.1 Estrutura e Modelo Econômico nas Décadas de 60 e 70	16
1.1.1 A década de 60	16
1.1.2 A década de 70	23
1.2 Industrialização e Mudanças Sociais na Região de Campinas nas Décadas de 60 e 70	32
1.3 A Intervenção do Estado no Sistema de Ensino Superior na Década de 60	35
1.4 A Política Desenvolvimentista do Estado e o Ensino Superior no Final da Década de 60	42
1.5 As Classes Sociais no Brasil nas Décadas de 60 e 70	49
1.6 A Centralização e a Criação das Universidades na Década de 60	63
Notas	67
CAPÍTULO 2 - A HISTORIOGRAFIA DA CRIAÇÃO DA UNICAMP	71
2.1 Os Antecedentes da Criação da UNICAMP	72
2.1.1 A organização prevista em lei	76
2.1.2 As tentativas de implantação	81
2.1.3 O trabalho da Comissão Organizadora	86
2.2 A Efetiva Implantação da UNICAMP	98
2.2.1 A consolidação estatutária	99
2.3 A UNICAMP e a Reforma Universitária	102
Notas	110

CAPÍTULO 3 - A CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA UNICAMP	
NA FASE DA SUA CRIAÇÃO	118
3.1 O Poder Pragmático	121
3.2 O Poder Acadêmico	126
3.2.1 Os órgãos colegiados	132
3.3 O Poder Burocrático	134
3.4 As Classes Sociais e a Criação da UNICAMP	142
Notas	146
CONCLUSÃO	151
BIBLIOGRAFIA	157
ANEXO	160

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta dissertação é chegar à identificação e à análise da dinâmica dos processos das relações de poder na Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, organização que foi instalada e funcionou durante a gestão do Reitor Professor Zeferino Vaz, entre o final de 1966 e o início de 1978, período que passo a me referir como "período de construção da UNICAMP".

A análise feita levou em conta, conforme sugerido por Graciani, a estrutura da Universidade e os mecanismos de sua organização efetiva, os quais são historicamente determinados pela *formação social* (1) em toda a sua plenitude material e ideológica. (Graciani, 1982, p.22).

No primeiro Capítulo, é feita a identificação dos principais elementos estruturais e superestruturais da formação social brasileira que, em meu entender, interferiram no processo de criação da UNICAMP.

No segundo Capítulo, encontra-se a descrição dos mais importantes fatos da historiografia da criação da UNICAMP e a análise da estrutura de organização que foi implantada inicialmente, considerando, inclusive, as influências da Reforma Universitária de 1968. Nesse Capítulo fiz uso da documentação existente nos arquivos históricos da Universidade, que se encontram na Secretaria Geral e no Arquivo Central do Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC) da UNICAMP.

No terceiro Capítulo, é dado um tratamento introdutório à análise das relações de poder propriamente ditas. Para fazê-lo, valí-me, basicamente, de entrevistas com algumas das pessoas que, sabidamente, tiveram participação importante na construção da UNICAMP.

Devo esclarecer que o objetivo inicial de realizar uma análise completa da dinâmica das relações de poder dentro da Universidade, sofreu uma redução de extensão, devido à dificuldade que encontrei de completar todas as entrevistas planejadas no prazo previsto (o plano das entrevistas encontra-se em anexo). Portanto, decidí, em virtude do tempo disponível para concluir esta dissertação, desmembrar o estudo, apresentando, aqui, uma abordagem introdutória e deixando a continuidade da pesquisa para uma fase futura, a ser retomada após a conclusão de todas as entrevistas. Entendo que somente de posse desse número mínimo de entrevistas é que poderei chegar a conclusões definitivas sobre o tema, inclusive ampliando o período da pesquisa, bem como o número de entrevistados. Não obstante, as entrevistas realizadas ofereceram-me elementos suficientes para que pudesse concluir de forma satisfatória esta etapa do trabalho. Foram suficientes em relação aos assuntos sobre os quais houve coincidência nos relatos e unanimidade nas opiniões emitidas pelos entrevistados, o que me permitiu considerá-los relevantes para apresentação. Foram cerca de dezesseis horas de entrevistas com seis professores que, no período que este estudo cobre, ocuparam funções de direção superior e frequentaram com assiduidade as instâncias de decisão superior da Universidade.

Quando me propuz a realizar esta pesquisa sobre relações de poder na Universidade, sabia que somente através de entrevistas é que conseguiria captar o "elemento vivo" da dinâmica do sistema de poder, além da análise que faria da estrutura formal da organização. Tinha por hipótese, que logo se confirmou, que a inexistência de um sistema de poder baseado no modelo "weberiano" da "autoridade racional-legal", indicaria que as relações de poder se definiam e se

processavam muito mais ao nível da estrutura informal. Portanto, a identificação da realidade concreta das relações de poder só seria possível através do depoimento sincero das pessoas que as vivenciaram.

Outro fator que também me levou à redução do conteúdo do estudo das relações de poder, foi a dificuldade de identificar como as condições materiais da sociedade determinam as formas específicas de pensar e agir dos membros da comunidade universitária. Isto é, como se processa a construção das idéias e valores dos membros da comunidade universitária, tendo em vista a especificidade de sua atividade intelectual, construção esta que é o substrato da dinâmica dos mecanismos de poder.

A meu ver, a questão do poder, ou melhor, da luta pelo poder dentro da Universidade tem como aspecto central o *exercício do saber* e seu corolário, a "meritocracia", embora se saiba que nem sempre este seja o fator prevalecente. O saber, no entanto, não é algo isolado, neutro, dentro da sociedade e das instituições sociais, devendo ser visto como uma síntese da determinação do processo histórico. A dinâmica dos "jogos" de poder é dada pelo conflito ou pelo consenso em torno dos símbolos que transitam na universidade, os quais são a expressão da materialidade histórica. (Sobre a questão dos símbolos como configuração das relações sociais ver *Vlasman e Castro, 1985.*).

1. Pressupostos Teóricos.

A análise dos elementos estruturais e de funcionamento da UNICAMP durante o intervalo de tempo que denominamos "período de construção", pressupõe o conhecimento das circunstâncias históricas em que esta construção ocorreu. Ao assumir este pressuposto adoto a tese (2) de que o processo de invenção e de institucionalização de qualquer tipo ou forma de organização do trabalho humano é *determinado* pela história da *formação social* da sociedade em que esse processo ocorre.

Este conceito de determinação histórica tem sua base teórica firmada na concepção de que os fatos sociais têm como última instância de determinação o modo de produção dominante na sociedade em que os fatos se dão; ou seja, a forma dominante de sua estrutura econômica, ou ainda melhor, a forma de organização do trabalho social de produção dos bens materiais necessários à sobrevivência dos homens.

A partir da *estrutura* da sociedade, e por ela determinada, eleva-se uma superestrutura jurídica, política e ideológica, cujos elementos condicionam as formas concretas de organização social e do comportamento social, isto é, das formas de pensar, de agir e de como se dão as relações sociais entre indivíduos e grupos. No processo de determinação "... as relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas de relações jurídicas, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica." (Gorender, J., in Lapa, 1980, p.50). Portanto, esta visão teórica profusa de variáveis analíticas e complexa em seu conteúdo não pode ser confundida com um simples determinismo economicista.

Mas vale reafirmar que são as relações econômicas, ou o *modo de produção* (3), que condicionam as demais instâncias. É a partir das relações econômicas que se definem as necessidades sociais e suas respectivas demandas, espelhando a relatividade da posição dos indivíduos no processo de produção, conforme os direitos de que dispõem em função da relação de propriedade que têm com os meios de produção e com o que é produzido socialmente. É por este intermédio que os homens se posicionam no convívio social e se relacionam sob todos os aspectos inerentes à natureza humana.

Com efeito, as relações sociais de produção determinadas pela posição relativa na estrutura econômica caracterizam as disputas sociais pela satisfação das necessidades por parte dos indivíduos e dos grupos.

Numa formação social onde predomina o modo de produção capitalista, os indivíduos encontram-se divididos em *classes*, em função de suas relações de propriedade frente aos meios de produção: de um lado, encontram-se os proprietários dos meios de produção e, de outro, os não-proprietários, os quais vendem sua força de trabalho no mercado como assalariados. Esta divisão decorre do imanente conflito de interesses, dada a natureza antagônica da apropriação dos resultados da produção social que, nas sociedades capitalistas, é privada e não coletiva. As relações sociais daí decorrentes fazem com que as *classes* estejam socialmente hierarquizadas face à riqueza social apropriada e ao conflito (a luta de classes) inerente à apropriação. O caráter antagônico dos interesses de classe reflete-se nas relações jurídicas, políticas e ideológicas. E as formas e tipos das organizações sociais e o modo como atendem as demandas sociais são melhor compreendidos se levado

em conta o caráter histórico e dialético de como a sociedade se estruturou.

As relações jurídicas são definidas: (a) pelo conjunto de aparelhos institucionais, fundamentalmente o Estado, "...que monopoliza a violência legítima e cuja principal função é manter sob sujeição de uma classe dominante todas as demais classes que dependem dela" (Harnecker, 1981, p.113); (b) pela legalidade da propriedade dos fatores de produção e dos bens em geral; (c) pela legalidade do contrato de trabalho e da sua organicidade, bem como dos direitos e deveres que lhe são inerentes; e, (d) por todo o arcabouço das Leis.

As relações políticas são definidas: (a) pela dinâmica social com que são resolvidos os conflitos de interesses, a qual está assentada na *determinação estrutural conflitiva* e que se materializa pela *função de dominação política* (4) dentro das organizações formais e, fora delas ("na rua" como diria Da Matta, 1982), pela disputa de direitos intermediários ou "extra legais" entre os indivíduos e grupos sociais informais.

As relações ideológicas são definidas pelas formas de pensar, crenças, valores e costumes que orientam a conduta social.

A determinação histórica pouco tem a haver com o exercício da vontade plenamente consciente deste ou daquele indivíduo ou grupo, muito embora a atuação dos agentes sociais seja o que, concretamente, gera os fatos sociais e mediante o que se decide sobre a criação e definição, por exemplo, da forma estrutural e funcional das organizações.

A avaliação da determinação histórica passa, em primeira instância, pela configuração do quadro histórico e pelo movimento

das forças sociais (preponderantemente das *classes sociais*) que impulsionam os sistemas sociais no sentido da satisfação das necessidades impostas pelo momento histórico. Este *movimento natural* sobrepõe-se à capacidade e às intenções dos indivíduos de planejar e dirigir os rumos da história, o que, algumas vezes, em análises posteriores de fatos sociais, é interpretado às avessas, induzindo a conclusões equivocadas a respeito de "manipulações maquiavélicas" dos acontecimentos sociais. Este movimento estaria, portanto, do ponto de vista de sua amplitude histórica, acima da consciência e da vontade dos indivíduos, muito embora dele participem e nele influam.

É óbvio que os indivíduos que pensaram e criaram a UNICAMP tinham suas idéias próprias sobre o significado e os objetivos da instituição. Contudo, não é lícito afirmar que tivessem intenção planejada de criar um elemento superestrutural dentro da formação social, que viesse a contribuir para a reprodução das relações de produção capitalistas em favor da classe dominante, fosse alimentando com a produção científica e tecnológica a reprodução ampliada do capital, fosse inculcando em seus alunos a ideologia dominante, fosse ampliando o "exército industrial de reserva" de mão de obra qualificada. Embora, "a posteriori", possamos inferi-lo, isto não deve causar espanto, pois, haveria de ser diferente em uma sociedade capitalista como decorrência da vontade das pessoas?

Como afirmou Cláudio Salm, o Capital e o capitalismo, em seu processo de desenvolvimento tratou de eliminar todos os entraves à sua valorização criando, ele próprio as condições necessárias para a sua autoreprodução, não deixando margem à dependência de fatores exógenos ao processo produtivo. Diz o autor: "O capital, que libertou-se das limitações impostas pelo tamanho da população, que

internalizou suas fontes de financiamento resolvendo também os problemas de mobilidade desses recursos, que controla seus mercados, que regula e orienta o fluxo de inovações tecnológicas, enfim, o capital que vai dominando (e destruindo) a própria natureza, dependeria dessa instituição pesada chamada escola para resolver seus problemas com a força de trabalho? Se a finalidade da produção capitalista é a reprodução ampliada das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma que devemos buscar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição à margem como é a escola." (*Salm, 1980, p.25*).

Nesta linha de raciocínio é também recomendável que se considere com muita reserva suposições como a de que a criação UNICAMP teria sido fruto de um plano político arquitetado pelos arautos do regime militar autoritário vigente, com a finalidade de represar e controlar as insatisfações políticas de proeminentes representantes do meio acadêmico nacional, orientando-as no sentido de contribuir de forma produtiva para a consecução dos objetivos dos planos de desenvolvimento científico e tecnológico acoplados ao modelo econômico de desenvolvimento imposto pelo governo.

O processo de criação da UNICAMP deve, portanto, ser visto no quadro de um movimento histórico de surgimento de organizações sociais, visando o atendimento de necessidades sociais geradas pela dinâmica da formação social em seus níveis estrutural e superestrutural, em particular para atender as necessidades de ensino superior, pesquisa científica, tecnológica, artística e literária, extensão universitária e prestação de serviços à comunidade. As implicações e repercussões inerentes ao processo e a sua análise devem ter esse movimento como originário.

Este estudo de caso sobre a UNICAMP no período de sua construção, entre 1967 e 1978, parte desta concepção, procurando identificar quais os determinantes históricos dos movimentos sociais da época, para, ao seu término, chegar à identificação da dinâmica das relações de poder dentro da Universidade. (5).

NOTAS.

(1) O conceito de *formação social* tem o "...caráter de categoria abrangente de todas as instâncias sociais desde a econômica ao conjunto de instâncias superestruturais." (Gorender, Jacob. *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. in Lapa, José Roberto do Amaral, 1980, p.49*).

"Chamamos de Formação Social a uma totalidade social concreta historicamente determinada." (*Harnecker, 1981, p.142*)

(2) Estes pressupostos teóricos baseiam-se na concepção materialista da história de K. Marx e F. Engels. A bibliografia básica utilizada foi *Marx, 1977* e *Marx e Engels, sem data*.

(3) O conceito de *modo de produção* é definido, basicamente, pela forma de propriedade dos meios de produção. A partir daí dá-se o posicionamento dos indivíduos, ou agentes econômicos, dentro da estrutura econômica. Em uma sociedade capitalista os indivíduos se dividem entre os que são proprietários dos meios de produção e os que, não o sendo, apenas dispõem de sua força de trabalho para ser vendida no mercado capitalista.

(4) A função de dominação política nas sociedades capitalistas ganha destaque com a divisão técnica do trabalho: "Poderíamos dizer que, da mesma maneira pela qual a divisão técnica do trabalho dentro da empresa dá origem à função de vigilância e direção, que tem por objetivo a coordenação do trabalho integral dentro dela, a divisão do trabalho social requer um conjunto de aparelhamentos institucionais e normas destinadas a regulamentar o funcionamento global da sociedade. Esta função de organização e direção, função de tipo técnico-administrativo, está sobredeterminada, em ambos os

casos, pelos efeitos da divisão da sociedade em classes. A função de organização e direção adquire, em nível de empresa, um caráter de exploração dos trabalhadores por parte dos donos dos meios de produção, e em nível do Estado é utilizada para reproduzir as condições políticas e econômicas da exploração de uma classe por outra." (Harnecker, 1981, p.115)

(5) A análise das relações de poder na universidade representa a tendência mais recente de tratamento do tema, a qual busca compreendê-la em sua totalidade histórica. Maria de Lourdes Fávero segue este caminho dizendo que: "O ponto de partida para qualquer discussão sobre a universidade não deverá ser, portanto, o 'fenômeno universitário', analisado fora de uma realidade concreta, mas esse mesmo fenômeno, em sua totalidade, como parte de um processo social amplo, e em sua historicidade, como parte de uma problemática mais geral." (Fávero, 1983, p.43).

Dirce Fonseca, nesta mesma linha assinala que: "As relações de poder que acontecem na Universidade não podem ser analisadas e criticadas isolando-se a realidade política e cultural mais ampla da sociedade." (Fonseca, 1987, p.139).

CAPÍTULO 1
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO
DA CRIAÇÃO DA UNICAMP.

1.1 Estrutura e Modelo Econômico nas Décadas de 60 e 70.

1.1.1 A década de 60.

No momento da criação da UNICAMP a estrutura econômica da formação social brasileira caracterizava-se pela predominância do modo de produção capitalista, em fase de amadurecimento do processo de industrialização avançada, o qual se havia iniciado nos anos 30 e se desenvolvido durante os sucessivos governos de Getúlio Vargas até alcançar a década de 50. A partir de então o capitalismo brasileiro adquiriu uma nova dimensão, atingindo o estágio em que as forças produtivas se caracterizaram pela capacidade auto-sustentada (endógena) de acumulação e reprodução do capital, através de um parque industrial moderno e dinâmico.

O processo de endogenização deu-se a partir de grandes investimentos visando a constituição de uma sólida infra-estrutura, que sustentasse o crescimento industrial centrado no setor das denominadas indústrias de base, o qual é constituído pelos ramos industriais de siderurgia, metalurgia, ferramentaria, maquinaria leve e pesada, equipamentos auxiliares para a produção industrial, produtos químicos pesados, etc. Este processo representou uma mudança no padrão de acumulação de capital, que deixou, paulatinamente, de ser calcado na exportação de produtos primários, voltando-se, basicamente, para o mercado interno. Tais investimentos propiciaram a adoção do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, quando "... o perfil industrial brasileiro sofreu a mais intensa alteração qualitativa da sua história com a implantação da indústria de equipamento de transporte rodoviário de cargas e

passageiros, da indústria de tratores, indústria de construção naval, indústria de equipamento aeronáutico, indústria de equipamentos para a indústria petroquímica, indústria de material elétrico pesado, indústria de equipamentos para a fabricação de papel, indústria de máquinas operatrizes; a expansão significativa da produção de aço, energia elétrica, cimento, borracha, alumínio, chumbo, estanho, níquel, papel e celulose, barrilha e soda cáustica e fertilizantes; importantes programas de construção de rodovias, de expansão da frota da marinha mercante, de reaparelhamento portuário e ainda a construção de Brasília." (Passos, 1981, p.57).

As mudanças no perfil industrial levaram a alterações profundas na estrutura da economia nacional, as quais repercutiram no futuro imediato em todas as instâncias da formação social brasileira. Com essas transformações na composição do capital e da renda nacionais, passaram a predominar os interesses de grupos sociais ligados à indústria, deslocando para o plano secundário os interesses dos setores ligados ao latifúndio e a toda a tradição agrária assentada na velha estrutura colonial agro-exportadora.

Mantida a tradição colonial brasileira de sujeição aos interesses externos como um aspecto fundamental de sua formação histórica, dentro da dinâmica de expansão do capitalismo como força hegemônica no mundo moderno, a presença do capital estrangeiro na economia acentuou-se. Alguns autores, como Nelson W. Sodré, afirmam, categoricamente, que não deve haver dúvidas sobre a "opção essencial pela submissão aos interesses externos", (Sodré, 1987, p.95). Tratava-se de uma subordinação total da economia brasileira ao capital estrangeiro no processo de industrialização recente.

Cardoso e Faletto (1970), abrandando esta visão "entreguista", formularam a *teoria da dependência*. Por ela, embora reconhecendo a interferência dos interesses externos como fator contributivo para a manutenção do subdesenvolvimento econômico, dá-se ênfase, também, às conexões entre os fatores internos e externos, focalizando as relações de reciprocidade que se dão entre os interesses das frações da classe dominante local e os grupos que representam o capital internacional.

Seja qual for a visão relativa que se tenha sobre o grau de vinculação e dependência da economia nacional em relação aos interesses externos, é inquestionável a sua influência e seu poder de determinação sobre os rumos da formação social e o papel que representa na manutenção do subdesenvolvimento, a despeito do seu *caráter industrial-moderno*.

Na segunda metade da década de 60, consolidou-se na estrutura econômica a nova fase do capitalismo brasileiro com a aliança solidária entre o grande capital privado nacional, o capital estrangeiro e o estatal. O capital estatal, que vinha adquirindo grande magnitude com o crescimento do poder do Estado a partir dos anos 30, teve ampliada a sua participação, com a instalação do regime militar em 1964.

Crescentemente cobrindo maiores espaços no globo, o capitalismo internacional intensificava o processo de unificação das economias de inúmeras nações promovendo, efetivamente, a eliminação de fronteiras. Fazia-o mediante uma nova dinâmica de acumulação, agora baseada no *capital financeiro* como o instrumento fundamental para a tomada de decisões sobre as transferências e movimentação do grande capital. Isto é, os grandes grupos financeiros internacionais

passaram a determinar o "locus" preferencial para o processo de acumulação a nível mundial, mobilizando recursos humanos e materiais através do investimento de vultosas somas de recursos financeiros para a implantação de novos parques industriais em países que reunissem as condições mais vantajosas em termos de taxa de retorno do investimento. As condições desejáveis dividiam-se em fatores puramente econômicos - fontes de matérias-primas abundantes e pouco exploradas, boa infra-estrutura de suporte à instalação das indústrias e de escoamento da produção, estágio razoavelmente avançado de desenvolvimento da industrialização local, boa qualificação da mão de obra, incentivos fiscais e facilidades para exportação - e em aspectos político-econômicos, destacando-se a disponibilidade da força de trabalho humano quanto aos índices salariais e conforme o controle que o capital, a burguesia local e o Estado tinham sobre os trabalhadores assalariados e a sociedade em geral através dos aparelhos institucionais. Estes fatores analisados conjugadamente é que determinavam os investimentos preferenciais, optando-se, obviamente, pelos países que oferecessem as facilidades condizentes com altas taxas de retorno.

Considerando este conjunto de razões objetivamente favoráveis é que o capital financeiro internacional, na década de 60, redescobriu e passou a fluir para os países do terceiro mundo, os quais, mesmo não oferecendo um leque vantajoso de fatores puramente econômicos, viviam sob regimes de exceção que asseguravam altas taxas de extração de mais-valia, mediante o controle político dos trabalhadores, constituindo-se em verdadeiras "ilhas de tranquilidade" para as "indústrias itinerantes".

O caso brasileiro produziu, senão o melhor, o modelo adequado para hospedar o capital financeiro internacional. A economia internacionalizou-se ainda mais, "... a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se dentro do contexto da atual economia capitalista mundial que não exclui a possibilidade do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas. A acumulação urbano-industrial - que vinha crescendo desde o período Kubitschek - passou a preponderar no desenvolvimento do capitalismo no Brasil." (Cardoso, 1972, p.69). Em outras palavras, significa que a nova divisão internacional do trabalho abriu a possibilidade aos países de economia periférica, que não alcançaram anteriormente um desenvolvimento industrial auto-sustentado, de receberem parte do parque industrial dos países centrais, naturalmente sob controle das empresas multinacionais, as quais detinham a hegemonia do capital industrial e financeiro e do progresso tecnológico. Por este processo de concentração do capital definia-se a base oligopólica do modelo econômico brasileiro.

Em meados dos anos 60, a sociedade brasileira assistiu a grandes mudanças na distribuição geográfica de sua população. Em torno das grandes indústrias verificou-se um forte processo de urbanização com a construção de novas cidades e com a ampliação dos centros urbanos existentes, alguns dos quais se transformaram em regiões metropolitanas. As megalópoles foram a consequência da urbanização gerada pela intensificação da industrialização desse período.

Com o advento de uma economia industrial avançada no País, o setor terciário da economia foi puxado para atender as exigências de uma economia dinâmica e diversificada, com um alto nível de complexidade e sofisticação. Cresceram os serviços e as empresas

públicas, ou seja, o Estado em geral. Cresceu o sistema financeiro como uma exigência do novo ciclo capitalista. Cresceram os serviços de engenharia, administração e atividades gerais de apoio ao setor produtivo industrial. No movimento de aparelhamento de todos os setores da sociedade para dar sustentação direta e indireta ao progresso industrial, o setor educacional e os setores voltados para a pesquisa e desenvolvimento da ciência e da tecnologia foram também puxados na mesma direção. Num movimento absolutamente natural, cresceu enormemente a demanda social, tanto por parte das empresas quanto por parte da população urbana, por mais vagas nas universidades para a qualificação de profissionais necessários aos novos postos de trabalho nas organizações industriais e de serviços, o que seria assumido pela política governamental.

A instalação do regime militar em 64 fez com que o sistema político passasse a responder de forma mais efetiva às necessidades econômicas impostas pela evolução do capitalismo, dentro das condições anteriormente assinaladas. Com isto, aumentou a participação dos aparelhos institucionais do Estado na sociedade, não só quanto ao crescimento da parcela do setor público diretamente integrada no sistema produtivo, principalmente na criação de infraestrutura, como também no controle sobre a sociedade civil, através da aplicação de leis de exceção e de políticas autoritárias asseguradoras do pleno desenvolvimento do capitalismo.

A princípio, a ação do Estado respaldou-se no poder militar e policial do regime, o que lhe possibilitou a regulação, de forma inquestionável, da vida dos cidadãos e das organizações sociais em geral, com grande eficácia, mantendo o padrão político característico da história dos países subdesenvolvidos dependentes

do capitalismo internacional. Posteriormente, o que garantiu a relativa estabilidade do governo militar foi a instauração de um regime político que assegurou ao empresariado nacional e internacional o controle da classe trabalhadora e a implantação de um modelo econômico congruente com o processo de *modernização* (1) que estava acontecendo no mundo capitalista, atraindo setores da classe média, os quais dariam o necessário suporte político e ideológico ao regime.

Muito embora se pudesse imaginar vias alternativas de modernização, é bem verdade que, dada a situação de subdesenvolvimento dependente e levando-se em conta as possibilidades concretas de que grupos políticos mais à esquerda se apoderassem do poder central, a aliança de classes efetivada (burguesia, militares e classe média) levou à formulação de medidas econômicas sustentadas por ações de governo mais próximas do totalitarismo. Autoritarismo, repressão política, violência policial e todas as ações que caracterizam os regimes anti-democráticos de direita estavam presentes na realidade nacional, cabendo, principalmente às Forças Armadas, o seu patrocínio. Para Fernando H. Cardoso, elas "Passaram também a sustentar políticas com objetivo de controlar certas áreas econômicas e de manter o crescimento econômico. Com isto tornaram possível que a dinamização do modelo de desenvolvimento industrial-dependente, definindo como suas - porque justificadas pela política de segurança nacional - as metas de intensificar a centralização administrativa e de paralisar o protesto social, ajudaram a tornar o aparelho estatal administrativamente mais eficaz e, ao mesmo tempo repressor. O desmantelamento das organizações de classe dos assalariados e a

tranquilidade política obtidas com a repressão facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada." (Cardoso, 1972, p.66).

Nesse processo de acoplagem à estrutura de dominação o Estado deve ser visto como um elemento de intermediação dos interesses das classes dominantes e não como instância decisória, politicamente neutra, a ponto de se constituir em árbitro imparcial dos conflitos entre classes e grupos dentro da sociedade. Sendo ele o "locus" para onde convergem as disputas mais importantes entre interesses conflitantes, materializando a luta de classes, iria resolvê-las em função dos interesses hegemônicos, isto é, em favor das classes que dominam o poder estatal. O que se verificou no período pós golpe militar de 64 foi um aprofundamento do poder burguês, cujo principal elemento foi o fortalecimento do poder de coerção de Estado e a sua privatização (2). Enquanto agente financeiro, investidor, comprador, agenciador de interesses, cerceador de direitos e repressor, o Estado agiu em prol do processo de acumulação de capital privado e em detrimento dos setores assalariados.

1.1.2 A década de 70.

Durante os primeiros anos da década de 70, mais precisamente de 70 a 73, a economia mundial passou por uma fase expansionista marcada por uma elevação no volume de capitais em busca de novos mercados. O Brasil, com grandes reservas de recursos naturais e mão-de-obra, foi alvo privilegiado para o aporte desses capitais. Para uma economia dependente, com forte tradição colonial, o trabalho, comandado pelo governo, de criação de mecanismos econômico-

financeiros e de condições políticas para abrigar o capital financeiro internacional, foi uma tarefa relativamente fácil. Nas palavras de Passos, "A economia brasileira amplia extremamente o inter-relacionamento mercantil produtivo e financeiro internacional. Este período (70-73) foi simultâneo a um vigoroso auge expansivo da economia capitalista mundial e a uma favorável situação de liquidez financeira internacional" (Passos, 1981, p.81).

Por outro lado, a vida política do país se encontrava sob a égide das leis de exceção do governo militar do General Emílio Médici, considerado o mais duro e anti-democrático de todos os que se sucederam após 64. As mudanças institucionais promovidas a partir do final de 1968, destacando-se o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), asseguraram o controle social exigido pelo grande capital.

Nesse período, o processo de acumulação de capital, apoiado no crescimento do setor de bens de produção que se deu anteriormente, passa a ser liderado pelo setor de bens duráveis de consumo, notabilizando-se a indústria automobilística e a da construção civil. A expansão da capacidade de investimento produtivo foi sustentada pelo crescimento do endividamento externo.

Resumidamente, a formação social brasileira mantinha seu padrão histórico de subdesenvolvimento dependente em suas relações de complementaridade dentro da divisão internacional do trabalho comandada pelo capital transnacional. O grau de determinação externa sobre ela, pode ser bem caracterizado com as palavras de *Sunkel e Fuenzalida*, citadas por Carnoy: "A nova industrialização, vinculada às corporações transnacionais e à consideráveis empréstimos estrangeiros, concentrou-se na indústria que produzia para o consumo doméstico, particularmente bens de produção e bens de

consumo durável. Tal processo criou uma demanda de trabalho qualificado e aumentou a produtividade do trabalho local(...). Mas, mesmo com as mais altas taxas de crescimento, o advento da industrialização das corporações transnacionais acentuou um padrão de desenvolvimento que é altamente dependente da importação em larga escala de padrões de consumo, processos de produção, tecnologia, instituições, insumos materiais e recursos humanos, adicionando novas dimensões econômicas internas, sócio-culturais e políticas dos antigos padrões de dependência externa e agravando a tendência estrutural para o desequilíbrio externo crescente." (Carnoy, 1986, p.251).

A nível ideológico a nação viveu a euforia do mito do "milagre brasileiro", que representou, também, a importação de modelos de desenvolvimento cultural e de formas de viver típicas dos países avançados da Europa e dos Estados Unidos. Os estratos de rendas médias da sociedade, beneficiários dos resultados do "milagre", garantiram a reprodução ideológica do "modus vivendi" desses países, bem como a realização (consumo) interna da produção de bens conspícuos que marcavam o dinamismo industrial da época.

Nessa ocasião, a crescente substituição dos produtos agrícolas por produtos industriais na pauta de exportações, foi um dos fatores de estímulo à modernização tecnológica e ao incremento dos índices de produtividade das indústrias de ponta ligadas à produção dos bens de consumo duráveis e não duráveis e daquelas ligadas à produção de máquinas e equipamentos.

Neste ponto vale a observação a respeito do traço cultural brasileiro que tipifica o caráter "entreguista" das atitudes das pessoas e dos governos, inclusive em relação à preferência pelo capital estrangeiro.

As idéias comuns que acometem os indivíduos sobre as trocas internacionais - isto é, o senso comum sobre quais devam ser os limites de independência, ou o seu reverso, nas negociações com o setor externo, quer seja em transações comerciais e financeiras, quer seja em trocas de natureza não econômica, tais como intercâmbio artístico, científico, etc. - tendem para uma demasiada predileção e confiança em tudo o que é importado. Este traço cultural, cujas origens encontram-se na tradição colonial, tem objetivação histórica nos benefícios materiais que as classes sociais que tradicionalmente dominaram e hoje dominam o país sempre obtiveram com as trocas internacionais.

Não é necessário um grande esforço de análise para alcançar uma visão clara a respeito da "dependência benéfica" que as elites no poder tiveram no passado em relação à metrópole e no presente diante dos centros hegemônicos do capitalismo internacional. As possibilidades concretas dessas elites tratarem as trocas externas como um negócio particular, mesmo quando ocupando postos de governo auferindo vantagens extremamente lucrativas, foram o que criaram as condições concretas para a sedimentação a nível da ideologia dominante da preferência histórica pelos bens e idéias alienígenas. As consequências objetivas disto podem ser exemplificadas pela repercussão que teve, na década de 50, a campanha nacionalista pela estatização do petróleo ou, mais recentemente, as disputas em torno da reserva do mercado de informática ou a do mercado de fármacos.

Em cada um desses episódios ilustra-se a incapacidade da burguesia nacional, enquanto classe dominante, de assumir a liderança do processo de industrialização com independência, garantindo, tal como nos países capitalistas avançados, a hegemonia da acumulação de capital. Ilustra também a permanente batalha dos pequenos grupos de brasileiros progressistas por um mínimo de independência política perante os interesses externos.

Na falta da burguesia, teve que se fazer presente o Estado com todas as imperfeições que, historicamente, lhe são inerentes, inclusive a permeabilidade à pressão estrangeira. O resultado foi a abertura comprometedora da economia ao capital estrangeiro, criando um padrão de desenvolvimento capitalista absolutamente incompatível com as virtudes de um capitalismo avançado, progressista e menos desumano que respondesse às reais necessidades da maioria da população em termos de acesso aos benefícios do crescimento econômico. (3).

Esse componente *estrangeirista* da cultura e da ideologia dominante de uma nação habituada ao consumo de produtos e idéias importadas faz ausente um mínimo de nacionalismo, que é importante para os países do terceiro mundo para operar como um filtro à importação indiscriminada de bens e idéias. Creio que este fator explica, pelo menos em parte, a dificuldade de se pensar e realizar, dentro do Brasil e por brasileiros, projetos de geração de conhecimento e tecnologia adequados às necessidades do país. Suas consequências podem ser também percebidas a nível da organização das universidades brasileiras. Por exemplo, quanto à questão da busca de uma *ciência nacional*, lembro artigo do Professor Bernardo Beiguelman publicado no Jornal da UNICAMP, edição de novembro de 1987,

intitulado "Por uma ciência nacional", que fala dos equívocos, angústias e frustrações dos cientistas do Hemisfério Sul por estarem querendo fazer ciência em seus países seguindo a moda do que se faz no Hemisfério Norte. Nas palavras de Beiguelman, além de não poderem competir com a velocidade do desenvolvimento das pesquisas e com a disponibilidade de recursos existentes no Norte, e assim se frustrarem, "... não percebem que contribuem para multiplicar e agravar em seus países os aspectos irracionais da pesquisa científica do Hemisfério Norte sem desempenhar o mesmo papel que seus modelos representaram e representam para o desenvolvimento econômico desse Hemisfério. (...) No Hemisfério Sul, entretanto, esses defeitos são impostos por colonialismo científico, sem que contribuam para a solução dos problemas prioritários de suas populações (alimentação, saúde, vestuário e habitação) e para minimizar desequilíbrios regionais."

O aporte de capitais, que no início da década de 70 abundavam no mercado internacional, foi utilizado no Brasil, em parte, de forma irresponsável. As facilidades de obtenção de empréstimos com taxas de juros na ocasião consideradas baixas, geraram um grande fluxo de dólares para projetos de investimento nem sempre importantes ou necessários. A avaliação desses projetos não primava pela rigorosa análise de sua conveniência diante das necessidades fundamentais da população e da economia. Mesmo no período 74-78, quando se verificava uma desaceleração na economia mundial e, internamente, ela se manifestava tanto devido à crise internacional mas muito mais pela causas "... embutidas no modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil." (Pereira, 1978, p.79), o capital estrangeiro continuava

sendo encarado por setores do empresariado e do governo como saída para a solução dos problemas econômicos. Prosseguiu o endividamento externo fácil que levou ao agravamento posterior da dívida externa.

É comum encontrarmos na literatura especializada afirmações, como a de Passos, a respeito das vantagens extras que os empresários brasileiros obtinham junto ao Estado mediante a contratação de empréstimos externos (4): "Estimou-se toscamente que um terço do total da dívida bruta no nível de 1978, cerca de 43,5 bilhões de dólares, *não havia ampliado nenhuma capacidade produtiva nova e nem financiado produção corrente alguma* (grifo meu); tratava-se de pura ciranda especulativa de dívidas para pagar dívidas, para pagar dívidas, para pagar dívidas,..." (Passos, 1981, p.264).

A irresponsabilidade nesse processo de endividamento estava temperada por uma profunda desonestidade e egoísmo das elites nacionais, atributos cultivados no terreno dos privilégios absurdos que a história lhes outorgou.

Levando em conta este quadro estrutural de dependência brasileira face aos interesses externos como real constrangimento à execução de projetos de desenvolvimento para o país, como é possível levantar hipóteses sobre o que, no caso, nos interessa: a criação de uma universidade?

Como é possível imaginar a conduta dos responsáveis por uma missão desta importância, a qual demanda recursos financeiros vultosos, muitas vezes não disponíveis internamente, pessoas naturalmente sujeitas à ideologia dominante e envoltas pelas características psicossociais pertinentes às classes sociais a que pertencem?. Quais seriam as suas concepções sobre o conteúdo deste projeto social no que tange às inevitáveis trocas com o mundo

acadêmico internacional?

Quero ressaltar um aspecto importante da cultura nacional, elemento *superestrutural*, que se dinamiza nesse ciclo de alterações históricas ocorridas na *estrutura* da formação social brasileira durante as décadas de 60 e 70. Refiro-me à tendência generalizada à *concentração de direitos*; ou seja, à concentração dos elementos fundamentais de participação dos indivíduos e grupos sociais na sociedade, que lhes garante o acesso à satisfação de suas necessidades de qualquer nível ou importância.

A concentração de direitos é *determinada*, em última instância, pela concentração de capital, que é o elemento primordial de aglutinação de poder em uma sociedade capitalista, inclusive repercutindo na reordenação da estrutura de classes e dando novo contorno às relações políticas.

A concentração/centralização de direitos, que, partindo da concentração de propriedades e da riqueza em geral - e, por extensão, do acesso aos bens materiais disponíveis - concentra o direito à justiça, à saúde, à educação, à habitação, etc..

Nas disputas sociais, os detentores de poder mantiveram e ampliaram a tradição de seu uso para a obtenção de privilégios pessoais e como instrumento de opressão, marcas típicas da cultura política brasileira. Como exemplos concretos dessa tendência lembro, no plano econômico, a concentração de renda e a diminuição do salário real dos trabalhadores mediante o controle dos movimentos sindicais e políticos de reivindicação salarial; no plano jurídico, via mudanças na legislação trabalhista, a supressão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em setembro de 1966, da garantia à

estabilidade no emprego ao trabalhador assalariado e sua substituição pelo FGTS; no plano educacional, o estreitamento do acesso de crianças oriundas das camadas inferiores da estrutura social aos níveis mais elevados de escolaridade.

A exacerbação da violência que a concentração de poder acarretou levou para o plano da solução dos conflitos de interesses o benefício exagerado às minorias que compunham os estratos superiores da hierarquia social. As elites passaram a deter mais poderes e o utilizaram de forma discricionária e autoritária, reforçando o traço cultural. Seus privilégios cresceram significativamente. O conceito de "status" social ganhou conotação espetacular refletindo o processo de elitização da sociedade, quando as camadas dos despossuídos, cada vez mais numerosas, assistiam o espetáculo das minorias abastadas usufruindo das vantagens do processo de concentração de poderes e riquezas.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a concentração de poder fez com que as atividades políticas de exercício de poder se centralizassem no interior e nas instâncias dos "aparelhos de Estado", usando a expressão de Althusser. Este foi mais um mecanismo de exclusão de grande parcela da população do acesso aos serviços prestados pelo Estado - saúde, educação, justiça, previdência social, habitação, etc. - pelo estreitamento na participação política nos centros de decisão que orientavam essas atividades.

1.2 Industrialização e Mudanças Sociais na Região de Campinas nas Décadas de 60 e 70.

As transformações na estrutura econômica ocorridas nas décadas de 60 e 70 a nível nacional tiveram repercussões acentuadas na cidade de Campinas e região, como parte do movimento de interiorização da industrialização no Estado de São Paulo.

Nesse período foi que se deu a, por alguns denominada, "industrialização pesada", tendo a cidade de Campinas experimentado grandes mudanças em seu tecido social e nas condições de vida de sua população, tendo em vista o processo de urbanização natural que acompanha a industrialização.

Estudo recente de Semeghini mostra as causas históricas e as consequências da industrialização pesada em Campinas. Sua principal conclusão é que a explicação da industrialização de Campinas, na década de 60, tem como fatores determinantes - além do desdobramento ou a descentralização da indústria a partir da Grande São Paulo provocada pelos custos mais elevados da aglomeração nessa região - "... em primeiro lugar, o desenvolvimento prévio da base produtiva local, de seu arcabouço urbano, da proximidade com a capital e da malha de transportes, condições que estimularam a atração de empresas de muitos ramos industriais diferentes; em segundo lugar, as transformações e modernização da agricultura, gerando fortes impactos sobre a agroindústria e sobre as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos; e, em terceiro lugar, a atuação do Estado." (Semeghini, 1988, p.263).

"O crescimento do período 1960/1980 consolidou a produção industrial como a mais importante atividade econômica do município"

(*ibidem*, p.216), (...) "desenvolvendo um grau mais avançado da divisão social do trabalho, com consequências importantes no estímulo das funções urbanas, tanto as de apoio a produção quanto as relacionadas com o aumento populacional." (*ibidem*, p.202).

Sob a "direção do grande capital industrial e financeiro que se instalou em Campinas, aumentando o grau de concentração nas várias esferas produtivas, generalizaram-se os padrões técnicos, administrativos e financeiros típicos da grande empresa, tanto na agricultura quanto (crescentemente) no setor terciário." (*ibidem*, p.199).

A interiorização das indústrias de bens de capital e de bens de consumo durável, o denominado Grupo III, que reúne as indústrias mecânica, de material de transporte e de material elétrico, foi o que acentuou a demanda sobre a mão de obra de nível superior, destacando-se as profissões de engenheiros mecânicos e eletricitistas, e o que provocou a demanda por soluções tecnológicas, originais ou adaptadoras de tecnologia importada, que necessitavam de algum tipo de pesquisa. Com isto, criaram-se algumas das condições objetivas para que se tornasse viável a instalação em Campinas de uma universidade que atendesse a essas demandas, as quais ainda não tinham como ser satisfeitas.

Campinas reproduziu o padrão típico de crescimento urbano que se deu nas grandes cidades brasileiras, onde surgiram inúmeras atividades e serviços modernos, que caracterizavam o perfil das principais cidades brasileiras. E, tal como se sucedeu nas grandes cidades, verificaram-se os efeitos perversos das transformações urbanas com a "...acentuada deterioração nos padrões médios de qualidade de vida para a grande maioria da população urbana."

(*ibidem*, p.264). O autor assinala que dentre as causas principais deste processo de deterioração das condições de vida, destaca-se o elevado fluxo migratório que, entre 1970 e 1980, trouxe para Campinas e região 21% do total da migração do Estado, tendo a relação entre migração e população total superado a da capital. Aumentaram os níveis de pobreza, registrando-se que cerca de 25 000 famílias viviam, em 1980, em condições de vida consideradas abaixo da linha da pobreza. Nesse período, o número de favelados, que em 1970 correspondia a menos de 1% da população de 350 000, saltou para 8% de um contingente de, aproximadamente, 600 000 em 1980.

1.3 A Intervenção do Estado no Sistema de Ensino Superior na Década de 60.

O sempre crescente envolvimento do setor público, ao qual nos referimos como Estado, é uma característica marcante das sociedades modernas e, pode-se dizer, além de inevitável, é essencial.

À medida em que as economias se desenvolveram em todo o mundo, o setor público cresceu em importância em todas as sociedades, da industrial avançada à exportadora de bens primários do Terceiro Mundo, e em todos os planos da vida social, não apenas no político e no econômico, como no ideológico - onde se incluem a educação escolar, os meios de comunicação, etc. - e, no uso da força legal através da polícia e das Forças Armadas. (Carnoy, 1986).

Nos países incorporados ao capitalismo internacional como economias dependentes, esta tendência, além de ter "aceitação" histórica, adquiriu contornos especiais quanto à participação dos governos centrais no controle da sociedade. Isto foi especialmente válido para os países da América do Sul a partir da década de 60, em função das necessidades intrínsecas da evolução do capitalismo a nível mundial, como já vimos anteriormente.

A crescente participação do Estado no Brasil deu-se ainda como fator de centralização de poder, a partir da instalação do regime militar em 1964, mantendo a tendência histórica da formação social brasileira desde os tempos do descobrimento, a qual vinha se acentuando com os sucessivos governos republicanos. Portanto, além de ser uma característica conjuntural do regime político vigente e uma condicionante da evolução do capitalismo, considero que a centralização de poder é um fator político cristalizado, incorporado

à cultura nacional.

Dados estes pressupostos, a forma de atuação do Estado ficou mais fácil, na medida em que estava historicamente assegurada, econômica e culturalmente.

Após um breve período (1955/63), quando o poder central parecia estar favorecendo segmentos não pertencentes às classes dominantes, com a nova situação econômica imposta pelo capitalismo mais internacionalizado foi exigida "... a reorganização da sociedade política e da sociedade civil, a fim de que o Estado se tornasse novamente mediador de interesses da reprodução ampliada das empresas privadas nacionais e multinacionais. O Estado, que no fim do período anterior (até antes do golpe de 64), se havia tornado mais ou menos o porta-voz dos interesses daquelas frações de classe média e das classes subalternas que eram adeptas da alternativa da democratização do consumo com a preservação da autonomia nacional, é forçado a ceder à nova tendência da internacionalização do mercado interno." (*Freitag, 1978, p.68*).

A *centralização de poder* a partir de então reforçada, manifestou-se a nível da política de governo sob a forma de um intenso autoritarismo e com larga abrangência social, tendo sido a política educacional ajustada às exigências da política econômica. A íntima vinculação da reforma do ensino com o modelo desenvolvimentista aparecia claramente, por exemplo, no Relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária de 1968, reforma que tinha como um de seus objetivos: "...conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto, impõe-se a

metamorfose de uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva num centro de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão da indústria brasileira." (MEC, 1972, p.26).

A ação centralizadora do Estado foi a antítese do funcionamento democrático do sistema de ensino e da própria sociedade. Isto pode ser exemplificado quando o intervencionismo do Estado sobre o ensino superior, a partir de 1968, levou a grandes conflitos.

Questionava-se a tradição de um ensino superior como "torre de marfim", o mais das vezes isolado da problemática social da sociedade, servindo, preponderantemente, ao diletantismo de pequena parcela das elites dominantes de seu tempo. As camadas médias dos centros urbanos iniciaram uma forte pressão sobre as escolas superiores, obrigando-as a responder aos novos desafios, dentre eles, o de um movimento estudantil politizado que preocupava o governo: o da democratização de oportunidades, que abrisse as portas das escolas superiores à entrada de setores não privilegiados da sociedade, movimento esse que tinha estreita ligação com a luta pela democratização mais ampla e pela maior participação política na sociedade por parte dos novos segmentos sociais surgidos do processo de industrialização. A ação intervencionista do Estado nessa situação resultou na instauração de um conflito de interesses entre os setores conservadores e progressistas dentro das universidades, conflito também alimentado pelas pressões estudantis. Florestan Fernandes afirma que o conflito situava-se a nível da opção entre um novo modelo de ensino superior baseado na idéia de "universidade livre" e da "alta qualidade do ensino superior", ideal dos progressistas, ou entre a manutenção de interesses dos

conservadores, principalmente os professores catedráticos que faziam das instituições de ensino superior um perpetuar de privilégios profissionais que acumulavam com o exercício da atividade docente.

A solução do conflito, a partir de 1968, foi, num primeiro momento, tentada pelo governo militar com a introdução da *modernização* (Ver Nota 1 deste Capítulo) no sistema de ensino superior, mediante legislação específica, a qual, ideológica e tecnicamente, buscava dar legitimação ao projeto governamental de desenvolvimento socioeconômico, a despeito de ser intrinsecamente anti-democrático e excludente para a maioria dos cidadãos. A tentativa era também no sentido de neutralizar a pressão que as camadas médias da sociedade exerciam sobre o ensino superior por mais vagas, o que o sistema não vinha tendo a capacidade de atender. À medida que o apelo ideológico não surtia efeito e não se dirimia o conflito de interesses dentro do sistema, o governo foi assumindo o controle exclusivo da situação, utilizando-se de medidas de exceção, que objetivavam expurgar do meio universitário qualquer tendência de caráter mais contestador ou revolucionário, assim posicionadas em relação às mudanças requeridas pelo próprio sistema de ensino superior e pela sociedade.

Para Florestan Fernandes, "A batalha se deu por interesses dissimulados e pela preservação da onipotência dos profissionais liberais, que teimavam em não se transformar em autênticos universitários. De outro lado, a reação conservadora mudou rapidamente de tática e de orientação. Em uma primeira fase ela absorveu os interesses, a ansiedade e as frustrações dos professores catedráticos, lançando a repressão policial e a violência na defesa de suas posições. Em seguida, porém, ela percebeu que se precipitara

e que a extinção do antigo padrão de escola superior não ameaçava o *status quo* (...) e sob o desafio crescente da rebelião estudantil a reação conservadora preferiu tomar a liderança política da reforma universitária." (*Fernandes, 1975, p.58*).

É interessante observar na análise de *Fernandes* que o que movia a conduta dos conservadores era, sobretudo, a manutenção de privilégios que lhes garantissem o acesso a ganhos financeiros extras, embora em detrimento do ensino superior.

Foi nesse período de intensificação da intervenção do governo no sistema de ensino superior, no final da década de 60, que se deu a criação da UNICAMP. Na ocasião foram baixados vários dispositivos legais que consubstanciaram a denominada Reforma Universitária. É necessário fazer uma avaliação das implicações dessas medidas sobre o processo de criação da UNICAMP, o que farei no próximo Capítulo.

Quero também de lembrar que pela intervenção do governo no sistema educacional, manifestou-se a tendência à dependência externa da formação social brasileira através dos acordos e convênios do Ministério da Educação e Cultura com a "Agency for International Development" (AID), os famosos *Acordos MEC/USAID (5)*. Esta tendência trazia em si o forte conteúdo de adequação dos sistemas sociais do Terceiro Mundo ao processo de aglutinação e uniformização que o capitalismo internacional vinha promovendo. Nessa ocasião ficou bastante conhecida a participação de consultores americanos nos trabalhos de formulação das medidas de governo que implementaram a reforma do ensino superior, eles, os pregoeiros da *moderna* ideologia do progresso econômico e social para acabar com o subdesenvolvimento.

Tal ideologia, eivada de equívocos de avaliação das verdadeiras causas do subdesenvolvimento, contaminou os meios governamentais e acadêmicos da época, quando se desenrolaram muitos debates e uma grande profusão de idéias e propostas sobre como superar o subdesenvolvimento.

Uma das causas apontadas referia-se à inadequação do sistema de ensino às necessidades de se contar com mão-de-obra qualificada para sustentar a difusão do progresso tecnológico no setor produtivo. Com efeito, é que "...na medida em que as agências internacionais de ajuda à educação nos países do Terceiro Mundo partem de uma concepção de subdesenvolvimento, que na realidade procura explicar o global pelo particular, ela tem também por estratégia a compartimentação da realidade e, nesse sentido, não só se comporta acriticamente como ajuda, ou favorece o desencadeamento da organização de sistemas educacionais ou reformas de ensino que atribuem acentuado valor ao estudo do processo educacional em nível microssocial, evidenciando-se mais os aspectos psico-pedagógicos do que os aspectos macrossociais. Nesse sentido, não só favorece a importação de técnicas de ensino *modernizantes* (o grifo é meu), que privilegiam o estudo da aprendizagem em si, isolando-a de seu contexto, mas também, o que é ainda mais grave, imprime uma direção quase única à pesquisa educacional. Esta passa então a refletir a compartimentação e a desvalorizar os estudos do macrossistema educacional e suas relações com o contexto global da sociedade." (Romaneli, 1978, p. 203).

A reforma universitária deu-se exatamente dessa forma, com os mesmos equívocos e a mesma incapacidade de solucionar os problemas do ensino e da pesquisa universitária devido a sua dessintonia com o

contexto global da sociedade.

No próximo capítulo, no qual procuro avaliar a influência das medidas governamentais de reforma sobre a criação da UNICAMP, considero a afirmação de Romanelli de que: "Nas sociedades subdesenvolvidas, em que são acentuadas as distâncias sociais e a estrutura de dominação interna privilegia camadas e grupos restritos, a expansão do ensino é sempre controlada por mecanismos legais, que mantêm seletiva e, como se viu no caso brasileiro, socialmente discriminante. A ajuda internacional para a educação privilegia muito o ensino superior, que, nessas sociedades em fase de modernização, tem como função precípua definir ou redefinir a situação dos indivíduos na estrutura social. É óbvio que, nesse caso, a ajuda vem privilegiar as camadas mais altas da população. Além disso, ao modernizar a estrutura de ensino, em qualquer de seus níveis, vem não só favorecer o controle da educação pelos órgãos centrais do governo, o que implica, no caso da Universidade, a perda de autonomia, mas também ensejar mudanças acentuadamente quantitativas, favorecendo a expansão da oferta do ensino, sem contudo favorecer a real mobilidade social que seria de se esperar." (Romanelli, 1978, p.204).

1.4 A Política Desenvolvimentista do Estado e o Ensino Superior no Final da Década de 60.

As preocupações crescentes do regime militar com a situação social e política do ensino superior ao final da década de 60 levaram-no a redefiní-la, com a intenção de adequá-la à política desenvolvimentista do governo.

Antes mesmo da aguda crise estudantil de 68, que levaria o governo a intervir mais incisiva e drasticamente no sistema de ensino superior, algumas medidas de planejamento haviam sido baixadas, com a finalidade de introduzir maior racionalidade no sistema.

A preocupação com o não desperdício de recursos foi objeto de recomendações do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, as quais orientavam no sentido da unificação das funções de ensino e pesquisa para evitar a duplicação na utilização de meios humanos e materiais, devendo ser criado em cada Universidade um órgão central deliberativo para a coordenação e supervisão (e, naturalmente, controle) das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A medida, além de ser um passo no sentido da *centralização de poder*, foi uma arremetida contra o sistema de cátedras, que funcionavam como verdadeiros feudos pulverizadores de recursos e meros expedientes de satisfação das vaidades pessoais dos catedráticos, alimentadores do desperdício de recursos que, a partir de então, deveria ser evitado.

Em 1967, o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro, deu prosseguimento à reestruturação do ensino superior, determinando que cada unidade universitária deveria ter como menor unidade de organização o Departamento, para reunir disciplinas afins. Estava

eliminada a possibilidade da tradicional multiplicidade de "cadeiras" e, com ela, decretado o fim das Cátedras. (Cf. *Romanelli, 1978, p. 217/225*)

Em seguida, já sob o clima exacerbado da crise estudantil, o governo iniciou a Reforma Universitária de 1968. De acordo com a recomendação do Grupo de Trabalho que a formulou, deveria ser um instrumento auxiliar de governo para superar o subdesenvolvimento, que era visto e tratado como um problema exclusivamente técnico.

Para esse Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto nº 62.937 de 02/07/68, o objetivo da nova política para o ensino superior visava, em última instância, promover a formação de mão-de-obra especializada de alto nível para o desenvolvimento do País. Para tanto, três níveis de ação eram propostos: "a racionalização da organização administrativa acadêmica, a otimização dos recursos e a democratização do ensino para atender à demanda educacional (problema dos excedentes) e conseqüentemente concentrar este aumento de vagas em profissões benéficas e prioritárias ao desenvolvimento do país." (*Apud Graciani, 1982, p. 70*).

As recomendações e as propostas do Grupo de Trabalho deram bases à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que implantou a reforma universitária. Por esta Lei o sistema de ensino superior deveria enquadrar-se na perspectiva do moderno capitalismo e coadunar-se com a ideologia ufanista lançada pelas elites do poder para "vender" uma visão quimérica de construção de uma grande nação com o auxílio de técnicas modernas de administração e gerência a serem aplicadas em todas as organizações, quer fossem públicas ou privadas.

A visão exclusivamente técnica e instrumental do ensino superior exigia, entre outros, que ele passasse a ser ministrado preferencialmente em Universidades, e só excepcionalmente em estabelecimentos isolados (Lei 5540) e que atendesse às exigências da política econômica.

O Artigo 2º do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, era taxativo: "Será negada autorização para funcionamento de Universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados, a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional e regional."

Analisando o problema Florestan Fernandes assinala que a visão dominante sobre a instrumentalidade da universidade para o desenvolvimento chocava-se com a falta de tradição da organização universitária no Brasil, que não passava de uma conglomeração de escolas superiores, não influenciada pelo padrão de desenvolvimento sócio-econômico imposto pela reforma universitária. As ligações entre a universidade e o processo de desenvolvimento, tal como se verifica nos países desenvolvidos ou centrais, deve se dar dentro de um processo global que não é só econômico, mas também cultural, social e político. Portanto, uma visão meramente instrumental é equivocada. Ele afirma que "...o subdesenvolvimento representa um estado de relação e de existência que só pode ser negado nos quadros criados pelo capitalismo monopolista e pela internacionalização do mercado segundo os interesses de potências hegemônicas, em termos políticos. Portanto, as conexões possíveis da universidade com o desenvolvimento têm de ser encaradas como matéria de política

educacional e cultural.

Vendo-se a questão desse prisma, a nossa universidade conglomerada não pode ser concebida como um fator de desenvolvimento. Ao contrário, ela é uma aberrante manifestação de colonialismo educacional, como um dos meios internos pelos quais se *estrutura, diferencia e reorganiza* (grifo meu) a situação de dependência cultural em face dos núcleos hegemônicos externos." (Fernandes, 1975, p.80). Vejamos cada um dos aspectos que grifei no texto.

Um dos fatores fundamentais na estruturação, ou na reestruturação da universidade com vistas à sua contribuição para a superação do subdesenvolvimento, tal como preconizado pelo relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, em 1968, era a adequação da relação entre ensino e pesquisa dentro da nova concepção de universidade. Referindo-se ao texto do relatório do Grupo de Trabalho, Ribeiro assinala a afirmação de que "...a situação da educação superior na época era de defasagem em relação ao estágio de desenvolvimento econômico e ao progresso da ciência moderna, refletindo por um lado a incapacidade para criação da tecnologia necessária ao desenvolvimento da indústria nacional, e, por outro, a inexistência de uma tradição de investigação científica, formadora de espírito crítico e da capacidade de reflexão. A necessidade de formação de recursos humanos e de produção de tecnologias avançadas demandava uma reestruturação radical dos padrões institucionais, acadêmicos e organizacionais vigentes." (Ribeiro, 1986, p.25).

O autor é Coordenador do Grupo Gestor de Pesquisa do Programa de Avaliação da Reforma Universitária. Segundo ele, o relatório do

Grupo de Trabalho advogava o caráter indissociável do ensino e da pesquisa e a sua implementação como sendo essencial. A conclusão da pesquisa por ele coordenada, de cujos resultados preliminares trata o artigo publicado, é que fracassou a intenção da Reforma, "...do ponto de vista da possibilidade de promover o desenvolvimento científico autônomo pela via da expansão da pesquisa universitária.. ." (*ibidem*, p.25). Ele acrescenta que a inexistência de uma cultura de criação autóctone de ciência e tecnologia para o desenvolvimento não seria, evidentemente, superada por decreto. Uma das bases em que se assenta a criação desta cultura são as efetivas demandas do setor produtivo. Na sua falta, caberia ao Estado implementar as políticas globais em favor do desenvolvimento científico e tecnológico, como parte do processo de modernização da sociedade brasileira, como de fato o fez, segundo este autor, a partir da década de 50, através da criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da CAPES, etc,e, mais tarde, na década de 60, do Funtec, ligado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, substituído, na década de 70, pela FINEP. (*ibidem*, p.27). Assinala Ribeiro que, "Não existindo este estímulo [as demandas do setor produtivo. E.L.] por parte do sistema produtivo, seja pelo fato de que a organização econômica não exigia um nível tecnológico sofisticado para se desenvolver, seja pelo modelo de desenvolvimento centrado em tecnologia importada adotado desde o início do processo de industrialização, o Estado deveria assumir, para si, a tarefa de formular, fomentar, financiar e, em determinadas áreas, executar a política de ciência e tecnologia." (*ibidem*, p.27).

A tentativa de superação da dificuldade de viabilização da pesquisa na universidade, esbarrou, segundo este autor, no fato de

que "...a vinculação ensino/pesquisa não fez parte do projeto de criação da maioria das instituições, não compondo, portanto, o *ethos* institucional." (*ibidem.*, p.30). Refere-se o autor à questão da diferenciação existente entre as instituições, que jamais poderiam ser uniformizadas sob uma política impositiva aplicada a subsistemas universitários tão díspares como os existentes no Brasil, para que praticassem, homogeneamente, o que a Reforma pretendia. A visão estreita dos consultores e legisladores do regime militar impedia-os de avaliar corretamente a situação conjuntural e a histórica.

Outra conclusão do artigo é que a "...institucionalização da pesquisa deve ser vista como parte do projeto político da instituição de educação superior, concebida como *locus* adequado para o desenvolvimento da investigação científica." Prossegue, "É importante ressaltar que a inclusão da pesquisa no projeto político da instituição de educação superior, além de exigir a presença de condições adequadas para o seu desenvolvimento, deveria significar maior vinculação da pesquisa com o contexto social e com as necessidades dos diferentes segmentos que compõem a sociedade." (*ibidem.*, p.32).

Em relação à reorganização do ensino superior sob a forma de universidade, sintetizadora do conceito de *universalidade* ou *multidisciplinaridade* do conhecimento, para atender aos desígnios da educação para o desenvolvimento, "Apesar da intenção manifesta pelos reformadores, na prática verificou-se o inverso: a abertura legal e a conjugação de fatores sócio-econômicos e políticos permitiu que a exceção se transformasse em regra e que a expansão da educação superior na década de 1970 ocorresse predominantemente através de instituições isoladas mantidas pelo setor privado (...) o que

contribuiu para que, na prática, a proposta de associação ensino/pesquisa tivesse poucas possibilidades de se concretizar de forma eficaz no conjunto do sistema." (Ribeiro, 1986, p.27).

Resumindo a análise destes três aspectos que permeavam a reforma universitária, sob o ponto de vista das falhas ocorridas, concluo, tal como Florestam Fernandes, que, pela não organização generalizada em todas as universidades do binômio ensino/pesquisa, dadas as limitações históricas e os desvios conjunturais no processo de estruturação/diferenciação/reorganização interna do ensino superior, a reforma não contribuiu para a superação do subdesenvolvimento, levando-se em conta que, fundamentalmente, não logrou criar endogenamente às instituições universitárias e, muito menos, nas escolas isoladas, a necessária capacidade auto-sustentada de desenvolver a pesquisa científica e tecnológica. Com isto, manteve-se a dependência externa e a tão propalada reforma não passou de um embuste. Toda a ajuda externa na modelagem da Reforma, com a importação do paradigma americano de organização universitária via Acordos MEC/USAID, conjugada com a incapacidade política local, fez com que ainda hoje esteja sendo buscada uma saída para esse problema nacional.

Como demonstro no Capítulo 3, a UNICAMP, diferenciando-se nesse contexto, deve o seu relativo sucesso ao fato de ter logrado organizar, internamente, como recomendavam os paradigmas da reforma universitária.

1.5 As Classes Sociais no Brasil nas Décadas de 60 e 70.

As mudanças estruturais ocorridas durante as décadas de 60 e 70 geraram alterações substanciais na estrutura de classes.

Por adotar a concepção materialista da história para analisar a Formação Social brasileira, tenho, necessariamente, que tratar da questão das classes sociais, visto que, em uma sociedade capitalista, o atendimento das demandas sociais depende, fundamentalmente, das relações entre as classes hierarquizadas, em função dos interesses antagônicos determinados pelo lugar diferenciado que ocupam na estrutura econômica face à sua relação com os meios de produção. A seguir abordo o assunto considerando, primordialmente, o fato de que há relação entre o alargamento das camadas médias e o processo de criação/expansão do ensino superior.

Inicialmente, deve-se assinalar que, a partir da década de 60, o crescimento das camadas médias e do operariado industrial deveu-se às mudanças na distribuição relativa da força de trabalho no conjunto da população economicamente ativa, que apresentou uma recomposição em favor dos setores secundário e terciário da economia, conforme constataram Pastore e Outros ao analisarem as tabulações da FIBGE, de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 1. Distribuição Setorial da População Economicamente Ativa. 1960-1980(%).

Setores de Atividade	1960	1970	1980
Primário	54,0	44,3	29,9
Secundário	12,9	17,9	24,4
Terciário	33,1	37,8	45,7
Total	100,0	100,0	100,0
N =	22.750 mil	29.557 mil	43.796 mil

Fonte(originária): Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, FIBGE, 1981. Apud Pastore e Outros, 1983, p.10.

O conceito de *classe social*, dentro da concepção materialista da história, parte da análise da *estrutura*, mas não se esgota aí. "O conceito de classe social é um conceito que pode ser definido a um nível abstrato: ao nível de modo de produção, mas que para ser um instrumento de análise política deve ser concretizado estudando as novas determinações que adquire em uma formação social concreta e em

uma conjuntura política". (Harnecker, 1981, p.160). Ou seja, a inserção dos indivíduos na estrutura econômica, embora a mais importante, não é a única variável que define um sistema de classes sociais. Neste método outros elementos, como os interesses de classe e a consciência de classe em seus aspectos múltiplos, importam na definição. Entretanto, ao se proceder à análise concreta das classes sociais, esta concepção teórica encontra limitações na definição e delimitação das classes e frações de classe, devido à dificuldade de serem mensurados os elementos superestruturais. É usual a estratificação social mediante a observância da participação dos indivíduos ou famílias na repartição das rendas econômico-financeiras.

Encontrei no trabalho de Passos (1981) uma interessante tentativa de avançar na delimitação das classes e frações de classe sociais no Brasil entre 1964 e 1980, procurando satisfazer os postulados teóricos do método materialista histórico. Sua contribuição é no sentido de estabelecer diferenças entre as frações de classe, levando em conta que a divisão entre as classes é dada a princípio a partir da relação de propriedade com os meios de produção, ou seja da inserção no processo produtivo, e tendo por referência as características superestruturais de classe.

Com a evolução do capitalismo no Brasil, abriu-se uma grande faixa de *estratos médios*, cuja situação social não pode ser simplesmente localizada em função de serem ou não serem proprietários dos meios de produção. A análise da inserção de classe desses estratos médios da sociedade adquire melhor nitidez através da associação dos elementos ideológicos aos econômicos. Por sua vez essa análise reveste-se de grande importância para este trabalho,

considerando-se que a criação das universidades públicas no Brasil no passado recente foi trabalho das "classes médias" e que elas cumpriram um papel importante na viabilização do projeto oficial de desenvolvimento econômico nacional desse mesmo período, projeto que contemplava as universidades com a missão de cuidar da formação de recursos humanos e de gerar conhecimento científico e tecnológico para dar sustentação a esse projeto.

A concentração de propriedades e rendas e de direitos e poderes alterou a configuração da "pirâmide social" brasileira nos anos 60/70, à medida que o regime militar promovia as mudanças econômicas.

As transformações verificadas na base material da formação social, isto é, nas formas de composição das forças produtivas capitalistas, tinham como principal vertente a intensificação das formas monopolistas ou oligopolistas de propriedade do capital, quer fosse na esfera da produção e da circulação de mercadorias, quer fosse na esfera financeira. Foi a fase áurea das fusões e incorporações de grupos econômicos, fortemente estimuladas pelo governo, que propiciaram a tão almejada maximização das "economias de escala". Com essas transformações, surgiria uma nova camada de técnicos e gerentes do Capital. Era o embrião da nova classe média.

Simultaneamente, o Estado desenvolvia-se como importante componente da estrutura de classes, em função do poder social de que passou a dispor, criando uma categoria social denominada, por alguns autores como *Pereira, L.C.B. (1978)*, de *tecnoburocratas*.

Com efeito, concentraram-se no topo da "pirâmide" os proprietários das empresas oligopolistas de capital nacional, os

representantes das empresas oligopolistas de capital estrangeiro, os representantes do setor produtivo estatal (SPE) e do setor financeiro estatal (SFE). Estas frações de classe compunham o "bloco hegemônico", o núcleo do "bloco no poder" (*Passos, 1981, p.102*), que representa os interesses do grande capital mono/oligopolista, proprietários controladores ou gerenciadores de ativos industriais, comerciais e bancários, e demais empresas, pois na estrutura econômica, , não obstante serem um número restrito de empresas, representam, pelo porte dos capitais, pelo patrimônio líquido, pelo volume de vendas e número de empregados assalariados que controlam, o núcleo do aparelho produtivo brasileiro. "Tais empresas têm especial relevância na medida em que a partir de sua dinâmica, isto é, a partir de seu comportamento em termos de investimentos, padrões tecnológicos, lançamentos de produtos, esquemas financeiros, mercantis e de publicidade, faturamento e resultados operacionais, em seu conjunto determinam o movimento geral da economia brasileira." (*Passos, 1981, p.103*).

Ainda de acordo com o esquema simplificado de *Passos* o "bloco no poder", além do "bloco hegemônico", era composto pelas classes descritas a seguir.

- *Governo*, que compreende:

- a esfera federal, representada pelo Poder Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados); o Poder Judiciário; o Setor Governamental do Estado (SGE), que compreende o Poder Executivo integrado pela Presidência da República, Ministérios e órgãos da Administração Descentralizada, constituindo o Núcleo Decisório Central;

- a esfera estadual representada pelos Governos dos Estados, Assembléias Legislativas e Poder Judiciário Estaduais;
 - a esfera municipal representada pelas Prefeituras e Câmaras de Vereadores.
- *Demais Classes Dominantes*, compreendendo,
1. Empresas industriais de porte médio;
 2. Empresas industriais de porte médio conectadas com oligopólios;
 3. Empresas de porte médio prestadoras de serviços conectadas com oligopólios ou em mercados concorrenciais;
 4. Empresas de porte pequeno em todos os setores de atividades;
 5. Propriedades agrícolas de grande porte;
 6. Propriedades agrícolas de médio porte de produtos exportáveis;
 7. Empresas médias e pequenas da área de exportação e importação;
 8. Empresas comerciais de porte médio.

Observação: a referência do autor às instituições do bloco no poder aos invés de às pessoas é, segundo ele, por ser mais apropriada do que a referência àqueles que as possuem ou as controlam e que, efetivamente, constituem as classes enquanto conceito analítico.

Resumindo, o "bloco no poder" compõe-se de *Governo, Bloco Hegemônico e Demais Classes Dominantes*.

Na sequência, imaginando a configuração piramidal da estrutura de classes proposta por Passos para o período de 1964 a 1980, aparecem as *classes de apoio*, que corresponderiam às *classes médias*. Vejamos sua composição.

- *As Classes de Apoio,*

1. Pequena-burguesia comercial e de serviços pessoais de e de manutenção;
2. Pequena-burguesia de serviços industriais;
3. Pequena-burguesia das propriedades agrícolas de pequeno porte;
4. Pequena-burguesia de profissionais liberais, com estabelecimentos próprios e/ou com relações assalariadas complementares, de rendas altas e médias;
5. Pequena-burguesia assalariada dos estratos altos e médios da escala salarial das entidades sob controle e/ou propriedade dos componentes do bloco no poder;
6. Parcelas das classes assalariadas dos estratos de baixa renda urbanas e rurais, geralmente assim posicionadas politicamente por pressão econômica direta e/ou pela aceitação de padrões ideológicos conservadores de âmbito familiar, religioso e submissão e respeito mítico às autoridades estabelecidas;
7. Parcelas das classes de arrendatários individuais, posseiros e trabalhadores, independentes ou não, sob modos de produção pré-capitalistas rural e urbanos, assim posicionados politicamente em função das mesmas razões apontadas nas

classes do item 6.

Finalmente, na base da "pirâmide social" estariam as *classes dominadas*, assim identificadas:

1. A parte fundamental das classes assalariadas das escalas de baixa renda urbanas e rurais;
2. A parte fundamental das classes de arrendatários posseiros e trabalhadores, independentes ou não, sob modos de produção pré-capitalistas rural e urbanos;
3. A parte fundamental dos trabalhadores das escalas de baixa renda das atividades econômicas de porte reduzido;
4. Classes de trabalhadores de atividades úteis, informais e de irregular duração;
5. Classes de trabalhadores de atividades desnecessárias e/ou legalmente não reconhecidas;
6. Desempregados.

Considero o trabalho classificatório de *Fassos (1981)* bastante elucidativo, na medida em que abrange todos os segmentos das forças produtivas sociais, assinalando o que é essencial na composição das classes e suas respectivas frações, sem que sejam necessários um maior detalhamento ou referências a possíveis exceções à classificação geral, principalmente no tocante aos aspectos ideológicos. Vejo que, do ponto de vista da efetiva inserção dos indivíduos e grupos nos diversos segmentos de classe enquanto *coletivo* vale, em primeiro lugar, a sua posição na estrutura econômica. Isto é bem verdade para as classes situadas nos extremos da estrutura de classes. A importância dos aspectos ideológicos fica

ressaltada para a classificação das classes de apoio; isto é, das classes médias que, pela própria natureza do seu trabalho social de intermediação capitalista (enquanto dirigentes assalariados, trabalhadores intelectuais, pequenos proprietários e outros tipos de auxiliares importantes na gestão e operação do grande capital, estando, portanto, a ele sujeitos diretamente, ou enquanto defensores, voluntários ou não, do uso do capital como forma absoluta de "comando de trabalho") têm no fluxo da definição ideológica um fator objetivo de *posicionamento de classe*. Não obstante, tenho como determinante para a inserção classista, mesmo no caso das classes médias, a relação que os indivíduos mantêm, na busca de sua sobrevivência, com o movimento do capital como relação social que se subordina, em última instância, à relação de propriedade com os meios de produção.

Passos (1981) não propôs uma divisão de classes baseada em dados quantitativos, algo como uma "pirâmide social" com os três blocos superpostos - o bloco no poder, o bloco das classes de apoio e o bloco das classes dominadas - com cada fração da "pirâmide" representando também a parcela da renda nacional que cada bloco detem. Só seria possível fazê-lo se estivessem disponíveis na literatura especializada sobre dados censitários números desagregados, que nos permitissem saber quais os contingentes populacionais de cada uma das parcelas da população que compõe cada um dos blocos, relacionando-os com a propriedade dos meios de produção e com as respectivas participações na renda nacional. Baseando-me no que há disponível sobre distribuição de renda e no que isto possa representar como associação, *grasso modo*, ao poder político real na sociedade, posso deduzir que as classes dominadas

devem corresponder a cerca de 80% da população total, as classes dominantes a algo oscilante entre 1% e 2% e as classes de apoio a cerca de 18%.

A idéia, embora simplista, tem significado, pois valho-me do senso comum e da concepção teórica que indica que nas formações sociais capitalistas a distribuição de renda determina, sobremaneira, a estrutura social. É desta forma que são encontradas na literatura em Ciências Sociais as referências às "classes altas", "classes ricas", "classes médias", "classes pobres", etc., não diferenciando *estrutura de estratificação social*.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à evolução da distribuição de renda brasileira nos períodos próximos ao período de estudo deste trabalho, o "período de construção da UNICAMP".

TABELA 2 - Distribuição de Renda Entre Pessoas de 10 Anos ou Mais Economicamente Ativas com Algum Rendimento no Brasil, em 1960, 1970 e 1980.

Percentagem da População Remunerada.	Porcentagem da Renda		
	1960	1970	1980
50 inferiores	17,7	15,0	14,2
10 seguintes	7,5	6,2	5,5
10 seguintes	9,0	7,2	7,2
10 seguintes	11,3	10,0	9,9
10 seguintes	15,6	15,2	15,4
10 superiores,	38,9	46,4	47,8
sendo 5 superiores	27,4	34,1	34,8

Fonte: Hoffmann, R. & Duarte, J.C. (1972) e Hoffmann, R. (1983).

Estes dados apontam o que ocorreu em termos de concentração de renda nos períodos assinalados. A partir deles, os autores chegaram a conclusões que merecem ser destacadas: "Note-se que a renda real dos 50% da população remunerada de rendas mais baixas apresentou, de acordo com as estimativas obtidas, um aumento de 1% durante o decênio (60/70), o que é praticamente desprezível." (Hoffmann, R., *in Tolipan e Tinelli, 1978, p.108*). O quadro original apresentado

nesse trabalho trata do aumento percentual da renda real média de cada estrato, daí a observação do autor, que leva em conta que, durante a década de 60, a renda real total no Brasil cresceu significativamente. *Hoffmann* prossegue citando Duarte, "...que metade da população não foi atingida pelos benefícios do crescimento econômico (pelo menos em termos monetários) e outros 30% tiveram acesso apenas marginal a esses benefícios." (*ibid.*, p.108). Por outro lado, os estratos superiores dos 10% e, dentro destes os 5% superiores da população, aumentaram a sua participação na distribuição do "bolo", passando, entre 1960 e 1970, de 38,9% para 46,4% e de 27,4% para 34,1%, respectivamente (a tabela apresentada por *Hoffmann* em 1972 assinala 48,4% e 36,2%, respectivamente, no ano de 1970), mantendo a tendência histórica de favorecer as classes dominantes.

Outro aspecto a ser observado diz respeito ao "...extremo crescimento das classes sociais situadas fora da polarização capital/trabalho, pela expansão em grande número da pequena burguesia nas atividades comerciais e de serviços; bem como a formação de uma classe assalariada, designada por alguns como nova pequena burguesia, composta por uma gama elevada de funções de elevadas exigências técnicas nas grandes empresas privadas e nos aparelhos de Estado." (*Passos, 1981, p.146*).

Estas constatações caracterizam muito bem o modelo de desenvolvimento recente, bem como o processo histórico brasileiro naquilo que comumente é apontado como a face perversa ou *selvagem* do capitalismo brasileiro. Numa espécie de "esbulho coletivo", que tem como objetivo final favorecer a sua reprodução, o capital, de um lado, retirava das classes assalariadas, em especial das classes

dominadas, o lucro necessário à acumulação, quer através do arrocho salarial ou do aumento da jornada de trabalho (mais valia absoluta), quer através do aumento da produtividade com base no progresso técnico na produção (mais valia relativa), sem que fosse repassada para os salários.

Por outro lado, para que pudesse ter um mercado interno para, (a) colocar a crescente produção de mercadorias produzidas a partir de novos investimentos e, (b) obter mão-de-obra capacitada para dirigir e executar as novas tarefas técnicas e administrativas requeridas pelo desenvolvimento das forças produtivas, a nova formação econômica abriu espaço para o surgimento de "...uma nova classe média de assalariados de elevadas rendas cujo alto padrão de vida influi sobre a estrutura da demanda, alterando-a significativamente. De um lado, expande-se a procura por bens de consumo duráveis, grande parte dos quais atendem a fins de ostentação, dos quais o automóvel é o mais conspícuo." (*Singer, Paul, in Tolipan & Tinelli 1978, p.93*).

No que particularmente nos interessa, isto é, a questão do ensino superior, conclui-se que as classes dominadas, e mesmo parcelas das classes de apoio, foram, cada vez mais, privadas do acesso aos benefícios dos investimentos sociais feitos em educação ou em qualificação profissional para aqueles que pretendiam ter acesso, apenas com a venda de sua força de trabalho, aos empregos melhor remunerados e mais valorizados socialmente pelo desenvolvimentismo da época.

À medida que se acelerou a concentração de capital, através da fusão e da incorporação de empresas e grupos empresariais, estreitaram-se as possibilidades dos indivíduos abrirem seus

próprios negócios em um mercado quase privativo dos grandes capitais. Assim sendo, a busca de um diploma de nível superior, a partir do final da década de 60, passou a ser praticamente a única forma possível de ascensão econômica e social para os jovens, particularmente para os jovens de classe média. Esta teria sido a causa fundamental da crise dos excedentes entre os candidatos ao ensino superior em meados e no final da década de 60. (Romanelli, 1978, p. 207).

O crescimento da classe média deu-se funcionalmente como "classe de apoio" ao projeto político-econômico do "bloco no poder", respondendo às necessidades de instrumentalizar a implementação dos projetos da nova ordem econômica. A classe média foi o "corpo executivo" do capital monopolista. Ela foi a executora dos projetos de ensino e pesquisa adequados para dar suporte técnico-científico e de formação de mão-de-obra qualificada para exercer as funções de elevadas exigências técnicas nas grandes organizações públicas ou privadas. Com efeito, os projetos de universidades gestados e implementados naquela ocasião não foram um mero acaso.

Considero que o poder político das classes dominantes manifesta-se de forma abrangente nas diversas instâncias da vida social através, também, de formas não materiais mas superestruturais, como a ideologia e os padrões educacionais e culturais, incluindo-se as formas de se pensar e de praticar o desenvolvimento da ciência. Desta forma, arregimentam as demais classes para apoiarem e trabalharem a favor de seus objetivos e interesses. Consequentemente, é válido admitir que o projeto de criação da UNICAMP também possa ter sido o resultado desse poder, sem, contudo, supor que o tenha sido através de um plano previamente arquitetado.

É possível identificar as mediações pelas quais o projeto de desenvolvimento do bloco no poder nos anos 60/70, assumido pelas classes de apoio, teve ressonância sobre a criação da UNICAMP.

A fração das classes de apoio então presente na execução de projetos de ensino e de ciência e tecnologia, segundo a taxionomia de *Passos*, foi a "pequena burguesia assalariada dos estratos altos e médios da escala salarial das entidades sob controle dos componentes do bloco no poder". Conclusivamente, afirmo que os principais mentores e executores do "projeto UNICAMP", grupo hegemônico dentro da Universidade, eram membros dessa fração de classe, a despeito da eventual existência de correntes de pensamento contrárias. Esse grupo hegemônico, como será possível demonstrar adiante, compartilhava dos ideais e das propostas desenvolvimentista da época e as assumia como suas.

1.6 Centralização e a Criação das Universidades na Década de 60.

A organização do ensino superior no Brasil, dentro da tradição das escolas superiores isoladas, parece ter encontrado seus limites históricos na década de 60 em decorrência do processo global de *modernização* capitalista em curso na época.

As concepções generalizadas sobre racionalidade subjacente ao movimento dominante de concentração e de monopolização que emergiam da nova ordem capitalista, houveram por questionar a organização do ensino superior sob a forma de escolas isoladas e o sistema da "cátedra", onde cada professor catedrático tinha domínio quase imperial sobre parcela do poder global, então fragmentado, e porque não dizer descentralizado, que o sistema lhe conferia.

Considero, do ponto de vista da organização administrativa, que não há como se afirmar, absolutamente, sobre o que é certo ou errado em relação às idéias de centralização "versus" descentralização de poder decisório em relação a qualquer tipo de instituição. Além dos elementos técnicos que conduzem a uma gerência eficaz e eficiente, sabemos que há de se relativizar as idéias de centralização e descentralização em função da política que se deseje praticar "vis a vis" à forma de comando político imposta por quem está no poder.

Se, outrora, foi questionado o sistema descentralizado de escolas isoladas, devido às deformações internas atribuídas à cátedra e por sua incapacidade de responder à modernização reclamando-se a sua centralização em universidades, hoje, a luta pela autonomia universitária nada mais faz do que tentar resgatar, via descentralização de poder, as parcelas do poder global que foram espuriamente concentradas no governo central. A crítica serve para mostrar que por trás das pregações racionalizantes dos discursos modernistas da década de 60, encontrava-se, na verdade, uma intenção de puro domínio político da parte dos setores governamentais representantes dos grupos hegemônicos do "bloco no poder" sobre o sistema de ensino superior, e que a questão fundamental passava ao largo dos aspectos formais da conveniência de um ou outro tipo de estrutura de organização, centralizada ou descentralizada.

A implementação da Reforma Universitária de 68, a despeito da intenção manifesta de promover a flexibilização da administração universitária (6), refletiu muito bem a tendência histórica da Formação Social, cuja dinâmica reclamava pela centralização e pela concentração de poder dentro das organizações sociais.

Dado o anacronismo da organização do ensino superior diante das exigências de modernização, não era rara a coincidência das opiniões de parte de amplos setores representativos dos meios acadêmicos face às propostas de mudança contidas no plano da Reforma, se bem que suas lideranças mais expressiva não aceitassem as imposições autoritárias do regime militar. Vejamos a opinião insuspeita de Florestan Fernandes: "Tornou-se patente que a conglomeração de escolas superiores é um fator de desorganização, de desperdício e de atrofiamento da expansão do ensino. E evidenciaram-se, claramente, as limitações estruturais da escola superior, em si mesma inadequada para organizar e expandir, institucionalmente, os tipos de ensino que podem ser associados à era da revolução científico-tecnológica. O padrão institucional da escola superior (a escola isolada com poder descentralizado - parênteses meu) não só é rígido. Ele promove a subutilização crônica dos recursos educacionais mobilizáveis institucionalmente e é cego às exigências educacionais de uma sociedade em integração nacional e em mudança". (Fernandes, 1975, p.70). Propugnava-se pelo modelo de universidade integrada e multifuncional, não obstante centralizada, mudanças para que o ensino superior ajudasse o país a superar as limitações científicas e tecnológicas.

As medidas impostas pelos governos militares, toscamente instrumentalizadoras de uma política econômica e reforçadoras da centralização de poder, tinham algumas chances de sucesso por serem congruentes com a nova dinâmica da Formação Social e por respaldarem-se na tradição histórico-cultural da centralização. Entretanto, o que foi proposto como solução organizativa para os problemas do ensino superior esbarrava na complexidade das causas

dos problemas e no que ela exige de ações técnica e politicamente competentes. Seria necessária uma administração descentralizada, participativa e não autoritária. Ou seja, uma política administrativa compatível com as mudanças no processo político reclamadas pela comunidade acadêmica em favor do acesso democrático aos centros decisórios. Isto teve comprovação histórica, quando, posteriormente, verificou-se o fracasso das medidas centralizadoras, que só serviram, em última instância, para manter o tradicional sistema de dominação e do *mandonismo*, não obstante, em situações especialmente limitadas no tempo e no espaço, a centralização administrativa tenha dado bons resultados, como foi o caso da UNICAMP no período de abrangência deste estudo.

NOTAS.

(1) Utilizarei este conceito de *modernização* significando, nas décadas de 60 e 70, a tendência inerente ao capitalismo internacional de levar aos países que estão em sua órbita de influência um processo unificador/centralizador de crescimento baseado na industrialização, que, elevando e diversificando os hábitos de consumo, procura equipará-lo ao que se verifica nos países centrais. No entanto, quando levada aos países periféricos e dependentes, restringe seus benefícios a reduzidíssimas camadas privilegiadas da sociedade. Ela traz consigo novas técnicas de produção e de administração, mas que funcionam como instrumentos de dominação, a despeito de sua aparente função de racionalização.

O conceito inclui ainda, para o caso de países como o Brasil, a manutenção da dependência econômica e política em relação aos países centrais, dentro da dinâmica imposta pela divisão internacional do trabalho, e, internamente, por trás da imagem do aparente progresso socioeconômico que a nova industrialização cria, na acentuação das diferenças sociais históricas, eliminando as possibilidades reais de um desenvolvimento que beneficie os setores populares majoritários.

Estendendo a análise da modernização, nas décadas de 60 e 70, à situação das universidades brasileiras, cito Marilena Chauí que desta forma a questionou: "O que é a modernização como fator de unificação de todas as Universidades Brasileiras, independentemente de suas diferenças? É a organização burocrática dessas Universidades, pressupondo uma idéia muito precisa da cultura como objeto administrável. É a organização das Universidades de acordo com o modelo organizacional das empresas. É uma unificação feita

pele alto e não uma unificação tentada por um trabalho coletivo das próprias Universidades, isto é, dos professores e dos alunos do Brasil para criar uma única linha universitária.

Trata-se de uma unificação que procede verticalmente do Aparelho do Estado para as Universidades, em nome de uma suposta modernização e que é a burocratização, a organização empresarial da Universidade, seja ela particular ou pública." (Chauí, 1981, p.17).

(2) O conceito de privatização do Estado refere-se à utilização, para o benefício de interesses particulares, dos recursos de que dispõe, obtidos a partir do poder que tem sobre as classes sociais de apropriar-se de parcela da renda nacional através da tributação e de sanções legais. Ou seja, as decisões do governo destinam-se, principalmente, para a capitalização do setor privado da economia. Passos, abordou a questão enumerando as principais formas utilizadas pelo governo para viabilizar a apropriação privada dos recursos públicos tais como: "reduções e isenções tributárias; concessões de créditos-prêmios fiscais aos capitais privados; concessão de financiamentos a juros negativos, etc. (Passos, 1981, p.275/9).

(3) Sobre a fraqueza da burguesia nacional e o fortalecimento do Estado, lembro Carnoy afirmando que "... a dominância do sistema mundial manteve historicamente as burguesias locais frágeis (...) que não conseguem estabelecer a sua hegemonia e, portanto, não conseguem manter o poder (e garantir acesso à sua economia para o capital estrangeiro) através de formas democráticas do Estado. Ao mesmo tempo, a força do capital estrangeiro e dos Estados da metrópole e sua relutância em permitir um controle popular e antiimperialista dos Estados democráticos impele e ajuda a burguesia local a apoiar os militares, estabelecendo regimes burocrático-

autoritários, regimes que são muito mais comprometidos ao poder real do capital estrangeiro do que do capital local. A forma do Esta dependente é, portanto, uma função basicamente do capital externo e de sua necessidade de extrair excedentes da periferia. O fato de que o autoritarismo burocrático não possa residir em última instância nos interesses da burguesia e da classe média é menos importante do que sua necessidade de acumulação de capital em uma escala mundial" (*Carnoy, 1986, p.257*)

(4) Neste caso o autor referia-se ao fato de que a partir de 1974, devido à desaceleração da economia e conseqüentemente das taxas de investimento, os dólares de empréstimo transformados em cruzeiros, provocando liquidez excessiva no mercado, forçava o governo a emitir títulos públicos, ORTN e LTN, para enxugar este excesso, obviamente com taxas de juros elevadas, propiciando ganhos extras aos tomadores de empréstimos.

(5) Sobre os acordos MEC/USAID ver *Fazenda (1985, p.60)* e *Romanelli (1978, p.196)*.

(6) Analisando o Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária não posso deixar de reconhecer as boas intenções e a correção do grupo que o elaborou ao propor mudanças na universidades brasileira, de modo a que se constituíssem em "centros criadores de ciência e a expressão mais alta da cultura de um povo". Não creio que se possa suspeitar das intenções do Grupo, inclusive com relação à sua visão de que a universidade devia preservar a sua autonomia. Estava correto o Grupo ao tratar da questão da organização administrativa das universidades: "O problema crucial da administração universitária, na ordem federal, é conferir-lhe plasticidade e dotá-la de mecanismos flexíveis que

liberem a instituição dos costumeiros entraves da burocracia interna e, sobretudo, do excessivo controle dos órgãos governamentais." (MEC, 1972, p.23).

O que me parece é que as boas intenções do Grupo não tiveram espaço político dentro do regime autoritário para que as metas que propuseram fossem alcançadas. E aí pecaram pela falta de discernimento em relação às reais intenções do governo ao qual estavam servindo.

CAPÍTULO 2
A HISTÓRIOGRAFIA DA CRIAÇÃO DA
UNICAMP

Neste capítulo abordo o processo de criação da UNICAMP, partindo dos dispositivos legais que lhe deram forma jurídica e dos registros documentais das ações e idéias que levaram à sua efetivação.

Valí-me da documentação existente no Arquivo Central e na Secretaria Geral da UNICAMP.

2.1 Os Antecedentes da Criação da UNICAMP.

O primeiro ato legal que criou a UNICAMP foi a Lei Estadual Nº 7655, com data de 28 de dezembro de 1962. Entretanto, em torno da data de sua efetiva instalação, persiste a controvérsia sobre qual data se deva considerar como referência natalícia, haja visto que em 1986 a Reitoria, oficialmente, comemorou o vigésimo aniversário da Universidade no dia 5 de outubro de 1966, data em que foi lançada a pedra fundamental do "campus" da Cidade Universitária no Distrito de Barão Geraldo, com a presença do Presidente da República, Castelo Branco.

A história da criação da UNICAMP encerra uma série de fatos que merecem ser descritos, na medida que enriquecem o entendimento da *luta pelo atendimento de interesses específicos de determinados grupos sociais*, que se congregaram em torno da institucionalização do ensino superior público na cidade de Campinas.

Com a promulgação da Lei Nº 7655 pelo Governador Carvalho Pinto, o Governo Estadual pretendia satisfazer os longínquos e insistentes reclamos da comunidade campinense que, desde a década de 50, vinha lutando pela instalação na cidade de uma instituição pública de ensino superior, mais especificamente de uma escola de medicina.

É de 1948 a Lei Nº 161, que inaugurou o processo de interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo, prevendo a criação das Faculdade de Engenharia de São Carlos, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e de uma Faculdade de Direito de Campinas, esta que logo caiu em esquecimento por não ter gerado qualquer movimento reivindicatório pela sua instalação e por ter sido "trocada" por uma Faculdade de Medicina, através da Lei Nº 2154, de 30 de junho de 1953. Nenhum destes atos gerou efeito concreto, a não ser criar expectativas na comunidade local.

Em 1955, foi fundado um Conselho de Entidades de Campinas com a "função de debater os problemas e defender os interesses da cidade e de sua coletividade", do qual um dos objetivos imediatos seria o de "debater o problema da instalação da Faculdade de Medicina" (*Jornal Correio Popular, de 10 de março de 1955*). Daí, nada resultou.

Em 25 de novembro de 1958, o então Governador Jânio Quadros, retomando a iniciativa governamental de difundir o ensino superior no Estado tendo a seu favor as perspectivas desenvolvimentistas geradas pelos resultados do processo de industrialização do Plano de Metas do Governo Federal, baixa a Lei Nº 4996 criando a Faculdade de Medicina de Botucatu e "recriando" a Faculdade de Medicina de Campinas. Campinas viu-se frustrada de novo, pois a intenção não saiu do texto legal.

Em dezembro de 1960, durante a solenidade de posse da diretoria da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, seu novo Presidente, Roberto Franco do Amaral manifestava, inconformado, seu apelo à sociedade campineira para que as entidades locais se unissem, novamente, em torno do objetivo de se criar a Faculdade de Medicina. Dizia ele que, "criada há tantos anos sua instalação vem

se adiando por uma série de circunstâncias difíceis de encontrarem uma explicação plausível para qualquer um de nós que vivemos este direito por tanto tempo." (Notícia do *Correio Popular*, de 20 de dezembro de 1960).

Em 16 de janeiro de 1961, ressurgia o Conselho de Entidades de Campinas com a Campanha Pró Instalação da Faculdade de Medicina, reunindo dezoito entidades representativas de segmentos organizados da comunidade, dentre os quais estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, empresários, religiosos e outros, captaneadas pela Sociedade de Medicina e Cirurgia. Este Conselho foi muito bem estruturado, tendo promovido um intenso trabalho de organização e de mobilização popular, ocupando grandes espaços na imprensa e no rádio locais e da capital, realizando comícios na cidade, angariando recursos financeiros e levando delegações de representantes e documentos reivindicatórios para pressionar os poderes legislativo e executivo estaduais no decorrer do ano de 1961 e até julho de 1962. (Cf. *Conselho de Entidades de Campinas, 1961/2*). Embora não tenha conseguido a imediata instalação da Faculdade, o sucesso da campanha foi um decisivo fator de pressão que levou o governo a criar a Universidade de Campinas.

Uma possível resposta para a incredulidade geral dos campineiros manifestada por Roberto F. do Amaral está na hipótese da existência de interesses contrários à instalação da Faculdade, de grupos da Capital do Estado, que não queriam a interiorização do ensino médico no Estado, interesses não identificáveis ou explicáveis claramente, mas supostamente ligados à possessividade egoística dos acadêmicos da USP. Cito, por exemplo, a conclusão do relatório de um Grupo de Trabalho criado pelo Governador Carvalho Pinto, em outubro de 1960,

para estudar as condições do ensino superior paulista e verificar a situação dos núcleos populacionais do Estado. Notícia da imprensa da Capital (*A Gazeta, de 19 de abril de 1961*) registra a argumentação do relatório, verdadeira mas estranha como argumento excludente, de que a instalação de novas escolas médicas no Estado de São Paulo, além de dispensável na época, tinha o inconveniente de onerar pesadamente as finanças do Estado com verbas que teriam melhor emprego se aplicadas a medidas de maior urgência, como a instalação de boas escolas rurais, a formação de maior número de engenheiros sanitários, de enfermeiros e de técnicos para os serviços de saúde.. .". Na ocasião sabia-se, com base em dados da Organização Mundial de Saúde, da carência de médicos em todo o país e na região de Campinas, mormente se considerada a região administrativa e não só a área do município. O Grupo de Trabalho era formado por professores da USP e suas conclusões agitaram ainda mais as lideranças do movimento pró-Faculdade de Medicina.

Diante da reação da opinião pública da cidade foi que o governador, num gesto aparentemente político, enviou à Assembléia Legislativa, em julho de 1962, um projeto de lei criando a Universidade de Campinas. O projeto transformou-se na Lei Nº 7 655.

Pelo Artigo 29 da Lei, foi revogada a Lei Nº 4 996, que criou a Faculdade de Medicina, incorporando-a à Universidade. O Parágrafo 2º do mesmo Artigo, estabelecia para 1963 o início do funcionamento dos cursos de medicina a serem ministrados nos Institutos Centrais de Ensino que estavam sendo criados.

2.1.1 A organização prevista em lei.

A Lei Nº 7655 estabeleceu a Universidade como entidade autárquica de direito público, com personalidade jurídica própria. Previa a sua autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, devendo o seu controle financeiro e orçamentário ficar sob a jurisdição da Secretaria de Fazenda do Estado (Artigo 1º da Lei). Ela enunciava como finalidades da instituição "ministrar o ensino universitário e pós-graduado; promover a pesquisa pura e aplicada; e formar e treinar técnicos de nível médio e superior" (Artigo 2º).

Suas unidades seriam as Faculdades, os Institutos de Ensino, os Institutos de Pesquisa, as Escolas Técnicas e a Reitoria. Previa-se, ainda, a existência de Institutos Complementares (Artigo 3º).

As Faculdades caberia ministrar o currículo completo ou a parte especializada, terminal, dos cursos relativos às profissões de nível universitário, como também os cursos de pós-graduação, dedicando-se ainda à pesquisa científica. As Faculdades previstas na Lei foram as de Ciências, de Medicina, de Odontologia e de Química Industrial (Artigos 4º e 28).

Os Institutos de Ensino agrupariam, de acordo com suas afinidades, as cadeiras básicas que servissem a mais de uma faculdade ou Escola Técnica, sendo também a eles atribuída a pesquisa científica (Artigo 5º).

No Artigo 28, cujo "caput" anunciava o início das atividades didáticas para o ano de 1963, estavam arrolados os Institutos de Ensino de Biologia, de Morfologia, de Química, de Física e de Matemática.

A Lei não enumerou Institutos de Pesquisa, tendo apenas em seu Artigo 6º assinalado que a eles se atribuía atividades de investigação científica, pura ou aplicada, e de ministério de cursos de especialização, extensão e pós-graduação.

As Escolas Técnicas caberia a formação e treinamento de técnicos de nível médio (Artigo 7º).

A figura do Instituto Complementar foi prevista para congregar as instituições que, embora não sendo afiliadas administrativamente à Universidade de Campinas, mantivessem com ela colaboração de natureza científica, técnica, didática e cultural, através de convênio aprovado pela instância superior da Universidade (Artigo 9º). A instância de nível superior da Universidade seria composta pelo Reitor e pelo Conselho Universitário (Artigo 11º).

De acordo com o Artigo 10º a Reitoria seria o órgão "centralizador da administração" e, pelo Artigo 12, o Reitor o órgão executivo, cabendo a sua designação ao Governador do Estado dentre lista de três nomes elaborada pelo Conselho Universitário, para um mandato de quatro anos.

Para a composição do Conselho, o Artigo 14 previa a escolha de seus membros através de eleição direta em votação secreta pelos seus pares em cada uma das categorias de representantes docentes e discentes.

A composição do corpo docente partiria da figura dos professores catedráticos, nomeados mediante concursos de títulos e provas (Artigos 16 e 17). Os concursos para provimento de cadeiras realizar-se-iam somente após cinco anos de início de seu funcionamento. Enquanto não houvesse o concurso, a regência das cadeiras ficaria sob a responsabilidade de professores contratados

pelo Reitor "ad referendum" do Conselho Universitário (Artigo 17). Aos catedráticos ficava reservada a constituição das Congregações em cada Faculdade e Instituto de Ensino (Artigo 22).

Uma inovação da Lei foi a criação da carreira de Pesquisador, iniciativa auspiciosa que se inscrevia na perspectiva progressista da industrialização que amadurecia naquele momento. Essa perspectiva baseava-se na idéia da geração autóctone de conhecimento científico e tecnológico e que correspondia aos anseios nacionalistas de parcela significativa das classes média e alta da sociedade. A concretização de carreiras de pesquisadores dentro de universidades públicas para fomentar a criação de capacitação científica dentro do aparelho educacional do Estado, satisfaria à concepção dominante nos meios intelectuais e políticos do final da década de 60 de que, nos países subdesenvolvidos, cabe às universidades responder ao desafio da superação do hiato científico e tecnológico existente em relação aos países desenvolvidos. E parece ter sido sob esta inspiração que a Lei se orientou, estabelecendo que a carreira, a ser estruturada através de decreto do Executivo Estadual, garantiria aos pesquisadores a dispensa do exercício regular da atividade de dar aulas.

O Artigo 26 previa que a constituição do primeiro Conselho Universitário dar-se-ia quando fossem preenchidos dois terços dos lugares destinados aos professores catedráticos. Enquanto isto não ocorresse, suas funções seriam desempenhadas por um Conselho de Curadores e o "Reitor seria nomeado diretamente pelo Executivo". Na composição do Conselho, num total de dez membros, preponderava a representação de entidades e órgãos externos à Universidade dentre governos estadual e municipal, Universidade de São Paulo e um

representante das associações civis da cidade de Campinas. Esta representação externa, com a maioria de seis lugares, parecia expressar a intenção governamental de que a universidade tivesse uma ligação estreita com a sociedade envolvente, aliás um ponto de vista político que viria a ser mui frequentemente citado e defendido posteriormente na universidade.

Com relação à normalização da vida acadêmica, enquanto a Universidade de Campinas não baixasse seus próprios estatutos, aplicar-se-iam o Estatuto e demais disposições legais vigentes para a Universidade de São Paulo (Artigo 30).

Sobre o conteúdo da Lei 7655, naquilo que ela legou ao futuro, destaco que, não obstante a declaração de sua autonomia administrativa, financeira e acadêmica, ela própria determinava que as principais decisões, como a estruturação da carreira de pesquisador, ou a criação e extinção de cargos, ou a fixação de salários e a escolha do Reitor, deveriam ser baixadas por decreto do Governo Estadual, ao qual a Universidade ficaria ligada num grau de dependência tal que, em algumas situações posteriores à gestão do Reitor Zeferino Vaz, seu funcionamento viria a ser comprometido. Durante esta gestão, no entanto, ele conseguiu manter a UNICAMP a salvo da interferência governamental, pois, afinal, ele se bastava como representante do regime político vigente, respondendo satisfatoriamente às exigências do poder central de controle político da instituição.

A organização da nova Universidade apontava para a solução de um antigo problema, o do ensino superior ministrado em escolas isoladas sem a integração de conhecimentos e das atividades de ensino e pesquisa, através da criação de verdadeiras universidades que

realizassem esse papel de integração. Na Universidade de Campinas, ela se daria pela criação dos Institutos Básicos de Ensino, objetivando dar formação homogênea e universal no primeiro ciclo dos estudos universitários, integrados aos Institutos de Pesquisa através da realização de pesquisas conjuntas pelo corpo docente.

Quanto a área administrativa de apoio a Lei nº 7655 de nada tratou.

A Universidade de Campinas da Lei 7655 do início da década de 60 não vingou por ser extemporânea. Se é certo que, historicamente, a sociedade somente gera as organizações de que necessita, sem dúvida que a região de Campinas, interior do Estado de São Paulo, ainda não havia sido alcançada pelo desenvolvimento industrial auto-sustentado, não se verificando as *condições objetivas* para o surgimento de uma universidade pública que somente o processo de modernização capitalista podia patrocinar. Acredito mesmo que o Estado não dispunha das condições materiais para financiá-la àquele tempo e que não existiam as demandas sociais mínimas por ensino e pesquisa que justificassem o investimento governamental. Por outro lado, a tecnologia administrativa brasileira - incluindo-se profissionais qualificados, métodos de trabalho e equipamentos - ainda não havia se desenvolvido suficientemente para que pudesse dar base gerencial à construção de organizações com um alto grau de complexidade, como deveria ser a estrutura da Universidade. Isto viria a acontecer posteriormente com o surgimento dos grandes conglomerados empresariais no final dos anos 60 e início da década de 70.

O que se passou em Campinas, foi o mesmo que se verificou no passado, quando fracassaram outras iniciativas. Este teria sido o

caso da tentativa de implantação de um modelo de organização do ensino superior, com a expedição do Decreto Federal Nº 19.851, em 11 de abril de 1931. O decreto dispunha que: "o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados...". A história se encarregaria de reprovar a antecipação de idéias que não se coadunavam com a época, inviabilizando a Universidade do Rio de Janeiro, criada, nessa mesma data, pelo Decreto Nº 19 851, e a Universidade de São Paulo, criada em 1934, e, com elas, a aplicação de princípios de organização universitária como a autonomia, a investigação científica associada ao ensino, a extensão universitária em colaboração com o desenvolvimento econômico e social. Por décadas, o ensino superior restringiu-se às escolas isoladas, com o ensino estanque, sem integração com a pesquisa e sem a pretendida universalidade. A história necessitaria correr mais três décadas com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, para que as condições materiais se fizessem presentes. Somente com o impulso e o dinamismo do capitalismo monopolista da década de 60 é que foi possível construir a UNICAMP, em meio às condições que assinalei no primeiro Capítulo, incluindo-se as especificidades das transformações sócioeconômicas da região de Campinas vistas no item 1.2.

2.1.2 As tentativas de implantação.

O primeiro Reitor designado pelo governo para cumprir mandato de quatro anos foi Cantídio de Moura Campos, em 13 de janeiro de 1963. Permaneceu no cargo somente até 28 de agosto desse mesmo ano.

Durante sua gestão nada foi feito no sentido da instalação da Universidade.

Em 4 de março desse mesmo ano o Decreto Estadual Nº 41 690 dispôs sobre a instalação da Faculdade de Medicina, ficando demonstrado mais uma vez que a criação da Universidade não passava do discurso. O que o governo pretendia era sanar o atraso na criação da Faculdade, tendo, inclusive, aberto crédito especial para atender as despesas iniciais para a sua instalação e funcionamento.

No mês de maio de 1963 foi instalado o Instituto de Morfologia, que ministraria as Cadeiras do 1º ano do ciclo básico do curso médico e de outros cursos afins.

Em 28 de agosto de 1963, decreto do Governador designou como segundo Reitor Mário Degni, que só assumiu em 10 de outubro.

Em 1964, foi instalada a segunda unidade da Universidade, o Instituto de Ciências Biológicas. Em 1965, foi efetivamente instalada a Faculdade de Medicina, com o funcionamento das Cadeiras de Clínica Médica, de Clínica Cirúrgica e de Medicina Preventiva e mais a complementação do Instituto de Ciências Biológicas, que fez funcionar as Cadeiras básicas para o 3º ano dos cursos médicos e afins. Nesse ano, o curso médico contava com o total de 177 alunos matriculados regularmente.

A morosidade com que se dava a instalação da Universidade de Campinas e o seu descompasso quase conflituoso com a criação da Faculdade de Medicina, vinham, pouco a pouco, criando uma grande insatisfação, e até mesmo indignação, junto à comunidade local. Por outro lado, o Conselho Estadual de Educação (CEE), através da Câmara de Ensino Superior, vinha se manifestando sobre esta "novela universitária", demonstrando a sua impaciência diante de tantos

contratempos. Em 13 de dezembro de 1963, Honório Monteiro, Presidente desta Câmara, apresentou o Parecer Nº 90/63, tratando de: "A Faculdade de Medicina de Campinas. Sua integração na Universidade de Campinas. A existência real desta Universidade. As condições de funcionamento da Faculdade de Medicina." O relatório concluiu: "Esta Universidade não existe. [parágrafo] Toda Universidade, desde os tempos medievais em que surgiram, resulta da reunião de escolas anteriormente existentes na cidade.[parágrafo]. A própria lei de diretrizes e bases conceitua a Universidade como sendo a reunião, sob a administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de Ensino Superior.[parágrafo] Os estabelecimentos preexistem à Universidade e são por ela congregados.[parágrafo] Aqui, na Universidade de Campinas verificou-se tudo ao inverso. A lei criou uma universidade com quatro Faculdades a serem criadas. Portanto a 1ª providência seria prestar a criação e instalação dessas Faculdades de cuja reunião deveria resultar a Universidade, teoricamente criada pela lei.[parágrafo] Em lugar disso porém a Universidade passou a ter Reitor, Conselho de Curadores e foi provida de aparelhamento administrativo com funcionários contemplados com referências superiores às dos professores dos Institutos isolados de Ensino Superior.[parágrafo] A Universidade de Campinas tem tudo; só não tem estabelecimentos de ensino.[parágrafo] Conclui-se portanto que a Universidade de Campinas, é, em verdade, mera ficção, do ponto de vista das finalidades próprias de uma tal entidade.[parágrafo] Urge fazer encerrar a vida fictícia dessa Universidade, que onera os cofres públicos, sem qualquer vantagem para o ensino e para pesquisa." (CEE, Parecer Nº 90/63, 1963, fls. 07).

Outro documento do CEE, datado de 30 de agosto de 1965, é o relatório de uma Comissão Especial, instituída em 12 de abril desse mesmo ano, encarregada de inspecionar a instalação da Universidade de Campinas, sob a presidência da Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz. O relatório cita, em duas passagens, manifestações de terceiros sobre a inoportunidade da instalação da Universidade, propondo o seu adiamento e privilegiando a instalação da Faculdade de Medicina. Conclui com um parecer propondo a criação de uma "Comissão Organizadora da Universidade", tendo sido razão fundamental da decisão governamental de criá-la, conforme viriam a reconhecer posteriormente seus próprios membros.

Com efeito, através do Decreto Nº 45 220, de 9 de setembro de 1965, o Governador Adhemar de Barros criou uma "Comissão Organizadora da Universidade de Campinas", subordinada diretamente ao CEE, cabendo-lhe prosseguir na implantação da Faculdade de Medicina e estudar e planejar a gradativa formação e instalação das demais unidades da Universidade, "tendo em vista o interesse público, as leis do ensino e as melhores técnicas de organização do ensino superior". Em ato subsequente, no dia 10 de outubro, designou para compô-la, sob a presidência do primeiro, Zeferino Vaz, Paulo Gomes Romeo e Antônio Augusto de Almeida.(1)

Ato do Governador de 11 de setembro de 1965, exonerou Mário Degni das funções de Reitor da Universidade de Campinas.

Nos termos dos considerandos introdutórios do Decreto Nº 45 220, a incorporação da Faculdade de Medicina à Universidade vinha prejudicando o seu normal funcionamento, acarretando para o Governo do Estado pesados e desnecessários ônus financeiros. Ademais, considerava que "...o Conselho Estadual de Educação (...) depois de

demorado e pormenorizado estudo sobre o assunto, concluiu pela inconveniência do imediato funcionamento da Universidade sem embargo do prosseguimento e ampliação das atividades da Faculdade de Medicina." Os termos dos considerandos induzem à suposição de que havia uma controvérsia ou uma disputa local sobre o que era mais importante ou interessante entre uma ou outra. Esta suposição é confirmada por um trecho do relatório da Comissão Organizadora, às páginas 4, quando trata da solução para o problema de se encontrar uma área para a construção dos prédios: "...o que a Comissão Organizadora não podia, não devia e nem queria, era dar solução parcial e estreita, limitada à Faculdade de Medicina, quando a tarefa que lhe impuseram o Governo a este Conselho, era a de tomar medidas adequadas à implantação da Universidade."

Vencidas as pressões contrárias à instalação da Faculdade de Medicina provenientes da Capital, parece-me que os interesses locais a ela ligados passaram a criar obstáculos ou, no mínimo, a se desinteressar pela implantação da Universidade. As razões estariam, possivelmente, nas dificuldades de se resolver os problemas de ordem material e financeira que a instalação da Faculdade vinha encontrando, o que, suponho, desencorajava qualquer iniciativa de construir uma universidade, pelo menos até então. Além disto, parece-me que não havia, até aquele momento, surgido capacidade empreendedora neste ou naquele indivíduo, bem como as condições histórico-estruturais que dessem sustentação material à sua efetivação, o que só ocorreu após a criação da referida Comissão, em 1966, e com a retomada do crescimento econômico em 1968.

Isto posto, a história da Universidade de Campinas tomaria um novo rumo que na opinião da maioria das pessoas que entrevistei,

deu-se em função da vinda de Zeferino Vaz.

2.1.3 O trabalho da Comissão Organizadora.

Pelo relatório da Comissão coube a si própria "regularizar a vida científica, didática e administrativa da Universidade, recolocando-a no bom caminho da ciência e à sombra protetora das leis de ensino e da pública administração das quais se afastara por vezes perigosamente." (CEE, *Comissão Organizadora da Universidade, 1966, fls. 01*). Ela promoveu uma completa reformulação nos métodos de trabalho e, a olhos vistos, imprimiu um inaudito dinamismo no processo de instalação da Universidade, o que resultaria na sua efetiva implantação, inclusive dando solução ao problema de obtenção de área física suficiente para construir o "campus" universitário. Iniciou a sua edificação em gleba de 30 alqueires doada por Adhemar de Almeida Prado, em 5 de novembro de 1966.

A Comissão personificou o "espírito de modernidade" da época, incorporando na realização de suas tarefas, além do arrojo empreendedor, os ideais dominantes de "...estabelecer as prioridades em função da demanda imposta por necessidades sócio-econômicas." (*ibidem, fls. 06*). Ou seja, a UNICAMP passava a contar em sua estruturação com um elemento recentemente importado, que vinha, gradativamente, sendo incorporado na cultura das organizações brasileiras, em função da nova dinâmica imposta pelo capitalismo monopolista e pelo regime de governo implantado a partir de 64: o sentido da adequação do produto institucional às exigências desenvolvimentistas do momento. Isto era ser *moderno* para a ideologia dominante da época e *pragmático* dentro dos limites

impostos pelo regime político vigente, evidentemente restritivo. Esta é apenas uma constatação factual, sem qualquer juízo de valor, ou seja, sem entrar no julgamento da justiça social que seus resultados trouxeram para a sociedade brasileira,

É possível afirmar ainda que, em relação às formas estruturais de organização do ensino superior, a visão da Comissão *tinha também um sentido de modernidade*, formas as quais, inclusive, já constavam de legislação específica da época e que viriam a fazer parte das determinações da Reforma Universitária de 1968.

As idéias que nortearam a elaboração do princípios fundamentais de organização da UNICAMP pela Comissão de Organização, correspondiam ao que havia sido previsto na Lei que a criou ou foram trazidas por Zeferino Vaz, que possuía experiência adquirida a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e, posteriormente, em sua curta permanência na Reitoria da Universidade de Brasília, a qual, na época, era considerada um modelo inovador de organização universitária. Os princípios eram:

- a centralização em Institutos de Ciências Básicas de modo a reunir em um só ambiente as disciplinas iguais ou afins de todas as Faculdades. Estes Institutos seriam os de Matemática e Estatística, Física, Química e Biologia (obs: o relatório da Comissão só faz referência a estes Institutos);
- a coordenação centralizada das atividades de ensino e pesquisa;
- a centralização da gerência das atividades-meio, isto é, das atividades não acadêmicas.

Tempos após a implantação da Reforma Universitária, dizia-se, durante uma grande polêmica envolvendo o Reitor Zeferino Vaz (2), que a "...UNICAMP está plenamente ajustada à Lei (a 5540) mesmo antes da lei. Pode-se até afirmar que a lei é que se ajustou a ela. Não se esqueça que o professor Zeferino Vaz foi, durante dois anos reitor da Universidade de Brasília (1964-65), na qual também vigiam os princípios fundamentais da Reforma Universitária, muito antes que ela fosse imposta pela Lei 5.540." (*Pinheiro Júnior, 1972*).

Voltando à questão da *modernidade*, vale lembrar que a formulação de um projeto de criação de uma universidade, na década de 60, para ser bem sucedido naquele presente e no futuro imediato, dependia muit de sua adequação às imperiosas necessidades históricas impostas pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo internacional.

A crença, às vezes até eufórica, então reinante sobre as possibilidades de progresso econômico, alimentada pelas pregações ufanistas em torno do novo "modelo econômico", criou uma "corrente magnética" que pouca margem deixava para que mesmo a universidade pudesse dela escapar.

A crença no modelo econômico e, por conseguinte, na política e nas propostas governamentais para a viabilização do chamado "milagre brasileiro", era condição "sine qua non" para qualquer nova organização, principalmente as públicas, conseguir se instalar. Seus dirigentes deviam estar conscientes e convictos a respeito dessa condição, para que a definição de seus objetivos vitais e das ações para viabilizá-la estivessem em sintonia com o ritmo histórico do capitalismo e com o poder constituído. Só assim lhe era assegurado o *direito* de acesso aos recursos e facilidades para a sua

concretização.

Em relação às instituições públicas de ensino superior, o *guia de modernização* foi a Reforma Universitária.

Hoje, passados mais de vinte anos de sua criação, pode-se afirmar que a *UNICAMP* vingou e floresceu devido à adequação de seu plano de criação à modernidade da época, ao contrário do que aconteceu, em geral, com as demais instituições do sistema universitário brasileiro.

Cabe destacar a importância do papel que Zeferino Vaz desempenhou no processo de criação da UNICAMP, importância que lhe atribuem a quase totalidade das pessoas que pude entrevistar, pessoas que com ele conviveram no ambiente universitário. Seu papel deve ser visto sob dois aspectos: primeiro, em relação às idéias que tinha sobre a universidade e sua função na sociedade; segundo, em relação às suas atitudes como líder, administrador e homem público. Nesta seção analisarei o primeiro aspecto e mais adiante o segundo.

Consultando alguns textos por ele escritos ou de entrevistas ou declarações de Zeferino Vaz, pode-se compreender a razão da congruência entre (i) os princípios e a prática acadêmica da UNICAMP e (ii) o que defendiam os "intelectuais orgânicos" do regime e o que desejavam as classes dominantes. Eram idéias que se coadunavam com as exigências de mudanças na ordem econômica, principalmente, impostas pelas transformações que se verificavam no sistema capitalista mundial. As mudanças eram, evidentemente, particularizadas para as circunstâncias históricas específicas do Brasil como formação social subordinada à dinâmica capitalista internacional.

No que dizia respeito à função da universidade nesse processo de mudança, era fazer com que a UNICAMP produzisse de acordo com as necessidades momentâneas do modelo econômico e com a perspectiva mais ampla de *modernização* da sociedade, fornecendo à sociedade recursos humanos qualificados, novos conhecimentos técnico-científicos, resultados de pesquisas aplicáveis no setor produtivo, adaptações de conhecimentos técnico-científicos importados e serviços específicos ligados à natureza de seus objetivos, como é o caso dos serviços hospitalares.

Zeferino Vaz tinha esta visão, as idéias, a determinação e a capacidade executiva para fazê-lo. A sua clareza a respeito expressava-se através da constante preocupação com a integração entre a UNICAMP e a indústria, isto é, na adequação das pesquisas, dos cursos universitários e da formação de graduandos e pós-graduandos às necessidades do setor produtivo da economia local. Sua visão pragmática da universidade, entretanto, não obnubilava uma concepção mais universal quanto aos fins da instituição, logo, menos comprometida com o imediatismo das exigências momentâneas, cujas atividades de ensino e pesquisa devem cobrir todos os ramos do conhecimento humano, os quais devem ter, em suas próprias palavras, " igual importância e igual dignidade e que a finalidade de todo o conhecimento é alcançar o bem estar espiritual, físico e social do homem" (Vaz, Zeferino, 1973, p.10).

Foi dosando esta visão simultaneamente universal e pragmática de universidade que ele imprimiu na elaboração e na implementação do projeto da UNICAMP a determinação de fazê-la uma instituição eclética em suas finalidades, mas útil quanto à sua contribuição para a solução dos problemas da comunidade. Dizia ele explicitando a

sua visão mais pragmática: "...num país desenvolvido, a universidade pode limitar-se a dois tipos de atividade fundamentais: transmitir o conhecimento (para a formação de profissionais, artistas, literatos, filósofos, humanistas), e promover o conhecimento novo, através da pesquisa científica básica. Notem que não usei a expressão ciência pura, mas ciência básica." (Vaz, Zeferino, 1978, p.46).

Completava seu raciocínio argumentando que nos países desenvolvidos as universidades podem prescindir da pesquisa aplicada ou tecnológica, posto que as grandes empresas dispõem de recursos para fazê-lo. Dizia que nos países em desenvolvimento, e era como considerava o Brasil, a ação limitada das universidades a estes dois tipos de atividades não era suficiente. E enfatizava que "... cabe à universidade resolver os problemas tecnológicos da Nação.

As universidades não podem mais limitar a sua ação ao ensino e à pesquisa básica. Têm por dever sair dos seus muros e, humildemente, mas com convicção anímica, de alma profunda, que leve à ação, ir à comunidade, para detectar quais os problemas que a afligem." (ibidem).

Seu pragmatismo, em meu entender, colocava-se não somente porque tivesse esta convicção ideológica, mas também porque, provavelmente, sabia que naquele momento de construção da UNICAMP era imprescindível que a Universidade possuísse essa característica. É certo que sabia que a UNICAMP necessitava mostrar para o governo e para a opinião pública que estava afinada com o projeto desenvolvimentista, inclusive dando mostras de que estava sendo administrada com os preceitos de eficiência empresarial, para que pudesse ter credibilidade junto aos órgãos governamentais e assim angariar os vultosos recursos que precisava. Creio em uma certa

esperteza sua, fruto da determinação de erguer a Universidade, pelo que os fins justificavam os meios. . Dizia ele em documento oficial encaminhado ao Governo do Estado, apresentando o plano de aplicação de recursos financeiros para 1970: "Desejamos fixar como ponto primordial que a Universidade Estadual de Campinas está sendo implantada como Empresa de Produção de Cultura e ainda que a cultura seja o mais nobre produto do espírito humano a sua elaboração há de obedecer estritamente *os princípios empresariais que regem a empresa privada* (grifo meu), quer quanto à aplicação de recursos para as atividades fim, como para as atividades meio." (Vaz, *Arquivo Oficial*, 1969).

Entretanto, posso afirmar, com base nos depoimentos obtidos, que no âmbito da universidade o Reitor Zeferino Vaz, que dispunha de poderes absolutos para decidir sobre a alocação de recursos e assim o fazia inquestionavelmente, tratava com equanimidade todos os setores de ensino e pesquisa previstos, cabendo a cada um deles, guardadas as devidas proporções quanto às exigências de investimentos, o que necessitava para se estabelecer e operar. Desta forma ele demonstrava a sua concepção ampla e universal sobre o que devia ser uma universidade.

A busca da excelência acadêmica e da produção científica rigorosamente de alto nível era um dos traços marcantes da concepção de universidade de Zeferino Vaz, razão pela qual dele se acercaram cientistas importantes, que construíram o prestígio da UNICAMP. Sua concepção traduzia-se em alguns princípios, aos quais se referia como "princípios básicos de administração das ciências". (Vaz, *Arquivo Oficial*, sem data). São quinze princípios com os quais sintetizava a sua experiência de "administrador científico". Dentre

eles, destacaria o princípio de que as possibilidades reais de inovação na universidade brasileira exigem o funcionamento da atividade acadêmica com base na dedicação em tempo integral dos docentes e pesquisadores. Escreveu ele: "Esses cérebros têm que trabalhar em tempo integral e ter o espírito de idealistas."

Outro princípio é o da "meritocracia"; em suas palavras, "na universidade manda mais quem sabe mais e a hierarquia científica deve ser estabelecida em função da criatividade e não dos títulos acadêmicos."

Para que essa universidade inovadora pudesse existir de fato Zeferino Vaz costumava repetir que uma universidade não se constrói com edifícios, mas com cérebros. E o que importava era selecionar os melhores. É famosa a sua frase, que também considerava como "princípio", dizendo que "Instituições científicas, universitárias ou isoladas, constroem-se com cérebros e não com edifícios. Escala de prioridades: a) Cérebros. b) Cérebros. c) Cérebros. d) Biblioteca. e) Equipamentos. f) Edifícios.

É importante acentuar que os edifícios vêm por último lugar na escala de prioridades porque neste país acreditamos em fachadas."

Costumava dizer que esses cérebros deveriam ser trazidos de qualquer lugar do mundo onde estivessem.

Em 19 de dezembro de 1966, o Pleno do Conselho Estadual de Educação aprovou o Relatório final da Comissão Organizadora e baixou Resolução de número 46/66 dispondo sobre a instalação e o funcionamento na Universidade, do Instituto de Biologia, do Instituto de Matemática, do Instituto de Física, do Instituto de Química, da Faculdade de Engenharia de Campinas - com os cursos de

Engenheiro Mecânico e Engenheiro Eletricista - da Faculdade de Tecnologia de Alimentos, da Faculdade de Ciências - com os cursos de bacharelado em Química, em Física, em Matemática e em Biologia - e da Faculdade de Enfermagem. Autorizou a instalação e o funcionamento do curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia de Limeira, que integrava a Universidade e cujos respectivos cursos de ciências básicas deveriam ser realizados nos Institutos em Campinas. A Resolução autorizou, ainda, a instalação e funcionamento, ligados à Universidade, de colégios técnicos industriais de enfermagem e de tecnologia de alimentos.

O relatório da Comissão, ao analisar a questão da organização do curso de engenharia, explicitou a sua sintonia com o dinamismo do novo ciclo da industrialização da região. Assinala a grande procura por parte das grandes indústrias e da representação da CIESP/FIESP de Campinas para que a Universidade de Campinas instalasse imediatamente os cursos de engenharia, pois as grandes inversões de capitais na expansão industrial geradoras de novos empregos qualificados levada a efeito pelos grandes e médios industriais, já havia provocado uma escassez relativa de profissionais, principalmente engenheiros, na áreas de mecânica, elétrica, eletrônica e química. A carência de mão de obra já tinha feito com que as próprias indústrias houvessem construído e equipado, por sua própria conta, um prédio para treinamento de pessoal e cogitavam de instalar uma escola de engenharia. Para tratar desse assunto foram mantidos entendimentos entre a Comissão e o empresariado, destacando-se uma reunião em que compareceram representantes do setor industrial, tais como Equipamentos Clark, Bosch, Bendix, General Electric, Dunlop, Gessy Lever e 3M, os quais se colocaram à

disposição da Universidade de Campinas para colaborarem na instalação dos cursos, inclusive oferecendo todos os recursos existentes em suas indústrias para "...assegurar a boa qualidade dos professores." Coube a Comissão manifestar-se sobre o assunto nos seguintes termos: "A Universidade considera como de sua estrita obrigação ministrar o ensino de cadeiras básicas, em nível alto e em seus laboratórios ensino capaz de fornecer ao futuro engenheiro sólido alicerce científico que o habilite não só a compreender e praticar as técnicas consagradas como também a resolver problemas inesperados. Ensinará também a parte aplicada da formação profissional. Não pode todavia, por rica que seja, dispor dos grandes equipamentos que só as Indústrias podem adquirir e renovar em função do progresso tecnológico e de natural competição entre as indústrias similares. Essa é aliás a razão do fenômeno, observada em todas as partes, da defasagem entre o que a Escola de Engenharia ensina e que exige a Tecnologia industrial constantemente renovada. Em consequência solicitava a Comissão Organizadora o compromisso das indústrias de porem à disposição da Universidade suas instalações fabris não apenas para estágios dos estudantes mas também para o ensino regular, programático e normativo de disciplinas específicas. Foi-lhes exposto também que sendo do conhecimento da Comissão Organizadora a existência em várias das grandes indústrias de Campinas de engenheiros altamente credenciados e com experiência de ensino em Universidades americanas e européias, solicitava-se que esses elementos, mediante aprovação de seus curriculos pela C.E.S. (Comissão do Ensino Superior do CEE), pudessem fazer parte do corpo docente da Universidade sem prejuízo de suas atividades nas indústrias." (CEE, Relatório da Comissão Organizadora da

Universidade de Campinas, p. 8).

A manifestação da Comissão prosseguiu sob os argumentos das vantagens dessa política para as indústrias e para a Universidade, a qual passaria, nas palavras de Zeferino Vaz, "Non Scholae sed vitae dicimus" (Ensinar para a vida não para a escola). A Comissão enfatizava o ganho de oportunidades das indústrias com a passagem dos estudantes por suas fábricas, o que facilitaria o processo de seleção dos futuros técnicos. Teria ainda, entre outras vantagens, a de poder fixá-los em Campinas, através do salário adicional pago pela UNICAMP para aqueles que assumissem atividades de ensino, além das "satisfações espirituais extremamente atrativas." (*ibidem*), evitando a atração pelas indústrias da cidade de São Paulo, que costumavam pagar melhores salários.

Não pode me escapar o rápido comentário de que, afinal, a visão pragmática da Comissão e a sua virtual implementação, considerando-a sob a ótica da participação do Estado na sustentação do processo de acumulação de capital, representaria uma efetiva contribuição neste sentido.

A determinação da Comissão em dar à Universidade um caráter pragmático em relação às necessidades sócio-econômicas do momento histórico, principalmente na área das ciências exatas, fê-la criar uma "Comissão de Engenheiros da Indústria", que se encarregou de apresentar um estudo conclusivo sobre as necessidades de vagas nos cursos de engenharia, inclusive com uma proposta de estrutura curricular. A proposta avançava até mesmo sobre a questão da duração dos curso, propondo reduzi-lo para quatro anos através do aumento da carga horária e da diminuição das férias, o que de fato acabou não ocorrendo.

Os fatos ilustram muito bem a influência da *modernidade* no processo de criação da Universidade de Campinas. Às solicitações dos cursos de Engenharia e de Ciências Básicas por parte das indústrias da região somava-se a criação de cursos inéditos no cenário universitário brasileiro, os quais, na visão desenvolvimentista da Comissão, atenderiam às necessidades do processo de industrialização. Dentre eles Zeferino Vaz costumava destacar os de Engenharia de Alimentos, o de Planejamento Econômico e Social, que tinha uma área de trabalho voltada para dar apoio às pequenas e médias empresas, e o de Licenciatura em Estatística (Cf. Discurso de inauguração do primeiro edifício da Cidade Universitária, em 16 de agosto de 1968.). Além deste citava ainda o bacharelado em Ciência da Computação. E sempre que lhe era possível gostava de destacar a prestação de serviços à coletividade, com ênfase naquilo que chamava de perfeita integração entre a universidade e as empresas industriais da região, o que, de acordo com o que era desejado, concretizava-se "Quer na utilização de Engenheiros das grandes indústrias na ministração de cursos na Universidade, quer pela utilização de equipamentos da Universidade pelas indústrias de Campinas" (Vaz, Zeferino, *Arquivo Oficial. Documento nº 01, 1969*).

Em 21 de dezembro de 1966, o Governador Laudo Natel baixou o Decreto Nº 47.408 extinguindo a Comissão Organizadora, ao mesmo tempo que nomeou o Professor Zeferino Vaz para o cargo de Reitor da Universidade de Campinas.

2.2 A Efetiva Implantação da UNICAMP.

Durante os anos de 1963 a 1970, a Universidade de Campinas permaneceu precariamente instalada, ocupando dependências cedidas ou alugadas, não obstante tenha iniciado sua transferência para o "campus" universitário em agosto de 1968.(3).

A primeira turma de formandos da Faculdade de Medicina graduou-se em 1968, sem que o curso e a universidade estivessem reconhecidos (4).

Até 1966 a estrutura da Universidade não havia ainda adquirido forma. Do que estava previsto na Lei Nº 7655, o Instituto de Morfologia, primeiro a ser lançado, não chegou a se concretizar e somente o Instituto de Biologia, inaugurado como Instituto de Ciências Biológicas, tinha sido criado.

A partir do momento em que Zeferino Vaz assumiu a Reitoria foi que a Universidade começou a ser implantada.

A Lei Nº 9 715, de 30 de janeiro de 1967, espelhou os primeiros resultados do impulso realizador da nova reitoria. Ela alterou a Lei Nº 7 655, extinguindo o Conselho de Curadores e criando o Conselho Diretor com composição diversa, onde haveriam somente representantes da comunidade interna. Ela também dispunha sobre a incorporação à Universidade da Faculdade de Odontologia de Piracicaba e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, tendo esta última retornado à condição de Instituto Isolado pela Lei Nº 10 214, estando hoje integrada à Unesp. Ela criou ainda a função de Coordenador Geral dos Institutos.

A primeira sessão do Conselho Diretor ocorreu em 21 de fevereiro de 1967, no prédio da Maternidade de Campinas, onde estava

localizada provisoriamente a sede da Reitoria.

A Lei Nº 10 214, de 10 de setembro de 1968, teve a finalidade de introduzir nova alteração no dispositivo que tratava da composição do Conselho Diretor, acrescentando-lhe representantes do governo estadual nomeados pelo governador, devendo ser pessoas estranhas aos quadros da Universidade. Ela criou a função de Coordenador Geral da Universidade.

Em 30 de julho de 1969, através do Decreto Nº 52 255, o governador Abreu Sodré baixava os Estatutos da universidade, que a partir de então passaria a denominar-se Universidade Estadual de Campinas, entidade autárquica de regime especial, nos termos do Artigo 4º da Lei Nº 5 540/68.

2.2.1 A consolidação estatutária.

Através dos Estatutos pode-se observar as diferenças entre o que havia sido previsto originalmente na lei de criação da UNICAMP e o que de fato ocorreria.

As distinções entre Institutos de Ensino, Institutos de Pesquisa, Faculdades e Institutos Complementares deixaram de existir. A prevista Faculdade de Ciências não foi criada, assim como não o foi a Faculdade de Enfermagem (posteriormente, o curso de enfermagem foi vinculado a um dos departamentos da Faculdade de Medicina). A parte especializada, terminal, dos currículos dos cursos de graduação das profissões especializadas, ficou distribuída tanto pelos Institutos quanto pelas Faculdades. Isto significa que ruiu a idéia original de Institutos Centrais de Ciências Básicas, responsáveis pela pesquisa e pelo ensino fundamental de todos os

ramos profissionais e dos departamentos como terminais da formação profissional dos estudantes, tal como preconizava Zeferino Vaz desejando a integração das atividades universitárias.(5). Este fato pode ser encarado como um sintoma do que viria a ficar claro posteriormente: o ideal de uma universidade plenamente integrada em suas múltiplas atividades acadêmicas não se concretizaria plenamente, inclusive, observando-se nas unidades de ensino e pesquisa a duplicação de meios para fins idênticos.

Enquanto a Lei Nº 7 655 estabelecia em seu Artigo 2º que a Universidade de Campinas tinha por finalidades, "ministrar o ensino universitário e pós-graduado; promover a pesquisa pura e aplicada; e, formar e treinar técnicos de nível médio e superior.", nos estatutos a UNICAMP projetar-se-ia na sociedade com finalidades de dimensão mais ampla e de natureza filosófica mais profunda, buscando, precipuamente, "a promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem" (Artigo 1º).

O Artigo 2º dos Estatutos dava objetividade à sua finalidade maior enumerando os objetivos institucionais.(6).

O Artigo 3º fechava o enunciado dos fins da Universidade dando-lhe o conteúdo ético e moral: "No cumprimento de suas finalidades, a Universidade obedecerá aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, proscrevendo o tratamento desigual por convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceito de classe e raça."

Os Estatutos da UNICAMP projetaram-na para ser uma universidade de porte médio com nove institutos e nove faculdades. Nos limites da competência de cada destes conjuntos de unidades universitárias, diferenciavam-se por caber aos institutos "ministrar o ensino do

ciclo básico para toda a universidade" e às faculdades "ministrar o ensino do ciclo profissional da graduação que lhes compete", assemelhando-se quanto às demais competências de promover pesquisas, ministrar cursos de pós-graduação, etc. (Artigo 5º). Posteriormente, e hoje em dia, praticamente não existem diferenças entre um e outro tipo de unidade (7), deixando um tanto vazia a "concepção radial" dos ciclos dos estudos universitários, a qual se refletia, também, no projeto da configuração física do "campus".

A "concepção radial" estabelecia que as atividades acadêmicas na UNICAMP partiriam dos institutos centrais, localizados na área central do "campus" (este podia ser imaginado como uma sucessão de círculos concêntricos), representando a *vanguarda* das atividades acadêmicas, locais onde deveriam ocorrer as pesquisas avançadas e a geração de novos conhecimentos científicos e onde a maior e quase exclusiva ocupação dos acadêmicos seria com a pesquisa fundamental e o ensino pós-graduado. Depois, as atividades acadêmicas irradiar-se-iam para as Faculdades, localizadas na área (ou círculo) secundária do "campus", representando a *retaguarda*, voltadas para o ensino de graduação. Este fluxo dinâmico de geração e difusão do saber em uma instituição voltada precipuamente para a pesquisa, contrastando com o modelo de universidade de ensino, alcançaria a periferia "campus", onde se aplicariam os resultados das atividades acadêmicas através da prestação de serviços à comunidade, a *extensão universitária*.

Se a UNICAMP viu-se de uma certa forma obrigada a adaptar-se às exigências da Reforma Universitária, o fez com algum prejuízo das idéias inovadoras que nortearam a sua concepção original, em especial o abandono do projeto dos institutos centrais em favor do esquema do ciclo básico, o que certamente contribuiu para a não

consecução do objetivo fundamental de alcançar um todo orgânico e integrado. Não obstante, ela se manteria a salvo de muitos dos efeitos negativos da ação reformista, devido a uma série de fatores de ordens política, gerencial e mesmo geográfica, os quais analiso no próximo item deste Capítulo.

Em relação à integração das atividades administrativas de apoio - as atividades-meio - a UNICAMP, tendo inclusive se antecipado à reforma universitária, organizou-as de forma centralizada, visando sua maior eficiência e racionalidade administrativa. Pelos Estatutos, esta organização consistia na centralização na Reitoria de todos os serviços de apoio comuns aos institutos, faculdades e respectivos departamentos impedindo a duplicação de meios para fins idênticos (Artigo 158 dos Estatutos). Para cada uma das atividades centralizadas - pessoal, orçamento, e finanças, tesouraria, compras, almoxarifado, protocolo, arquivo, transporte, obras e manutenção de imóveis, oficinas, biblioteca e registro e controle acadêmicos - foi criado um órgão central.

A avaliação que hoje se pode fazer sobre os resultados dessa política administrativa centralizadora, conjugada com as demais medidas baixadas pela reforma universitária, deve ser distinta para a UNICAMP em relação ao que se deu com o sistema brasileiro de ensino superior.

2.3 A UNICAMP e a Reforma Universitária.

Analisando os resultados da tentativa de modernização através da Reforma Universitária, Romanelli observou que diante das características da nova organização da estrutura universitária (8)

então impostas, se a intenção era levar às universidades um modelo de organização mais dinâmico em seu funcionamento, que resultasse numa produção acadêmica compatível com as exigências da modernização econômica, os resultados foram insatisfatórios. Ainda segundo a autora, a incongruência política usurpou das universidades, de um modo geral, a sua independência, e a pretendida modernização trouxe-lhe aspectos superficialmente inovadores, mas sem eliminar o conservadorismo e a rigidez de suas estruturas. A questão central da modernização, bem como a da sua consecução, situa-se menos no problema da adoção de um modelo de organização e mais no plano da razão e das motivações de ordem política. Romanelli conclui assinalando: "...é possível afirmar que a atual modernização tem uma funcionalidade política, não só pelo controle que exerce externamente sobre a universidade, mas sobretudo porque retira da universidade qualquer chance de interferir sobre, ou de controlar os resultados daquilo que ela mesmo produz." (Romanelli, 1978, p.232).

Sem autonomia a universidade brasileira reformada perdeu todo o seu dinamismo interno e sua capacidade de responder aos desafios da nova era.

Este quadro panorâmico do sistema universitário brasileiro pós-Reforma não encontrava similitude na UNICAMP. Se, a nível nacional, as universidades não lograram resolver os problemas do ensino superior, ingressando em uma fase de deterioração, o mesmo não se pode dizer da UNICAMP. As razões são múltiplas.

Em primeiro lugar, o fato de ter sido efetivamente criada não em 1963, como previsto na Lei Nº 7 655, mas somente no fim da década, livrou-a do assédio das forças repressivas do regime militar. Por não ter surgido muito antes de ser instalada a repressão dentro do

sistema universitário, não houve tempo suficiente para que seus estudantes, professores e funcionários criassem uma organização e uma movimentação política interna de dimensões relevantes que transbordasse os limites do "campus" a ponto de despertar a atenção dos órgãos de segurança, tal como ocorreu com as demais universidades brasileiras, que possuíam esta tradição política e que, por este motivo, tiveram principalmente seus professores e alunos vitimados por expurgos, prisões, torturas e perseguições. O resultado foi a mutilação e a estagnação da produção acadêmica nacional.

A ausência de ebulição política significativa teria propiciado à Reitoria da UNICAMP, além da tranquilidade interna para seguir com os trabalhos de implantação da nova universidade, o "cartão de visitas" adequado para apresentar às autoridades governamentais uma alternativa viável de investimento em desenvolvimento de ciência e tecnologia nacionais e na formação de recursos humanos essenciais ao projeto de modernização capitalista em curso nos anos 60/70.

É possível inferir que este tenha sido um importante fator de atração do apoio maciço de recursos financeiros advindos diretamente dos governos federal e estadual ou obtidos indiretamente com seu aval.(9).

A quase ausência de conturbação política aliada à tranquilidade do interior paulista (10), e mais a perspectiva de iniciar um projeto de universidade não sujeito à ingerência do autoritarismo do regime de exceção que dominava o país e violentava o sistema de ensino superior, serviu de forte atrativo para professores e cientistas, alguns dos quais estavam fora da universidade - e às vezes fora do país - por motivo de divergências políticas com o

regime militar. Para eles Campinas foi um refúgio contra a perseguição política que se instalou dentro das universidades brasileiras, um lugar onde seria possível "respirar" um ambiente politicamente saudável, trabalhar à distância dos perigos da época e produzir sossegadamente. Apenas isto bastava para alguns dos reconhecidamente competentes professores que vieram para a UNICAMP, já cansados dos anos negros de ditadura. A eles a Reitoria assegurou essa tranquilidade política.

Na concepção de alguns docentes que tinham engajamento ou militância política ou mesmo apenas expectativas de trabalhar minimamente em favor da derrocada da ditadura militar, o "repouso político" serviu como uma "trincheira democrática", onde até mesmo a produção científica podia, eventualmente, ser dirigida nesse sentido.

Nessa ambiente propício ao trabalho acadêmico encontrava-se um elemento fundamental para o desenvolvimento da UNICAMP: a possibilidade real do exercício da autonomia universitária sob os aspectos político, financeiro, administrativo e acadêmico.

O testemunho de todos quantos entrevistei apontam unanimemente para o fato real de que, no período da ditadura, não se verificava dentro dos limites do "campus" da UNICAMP a ação centralizadora e repressora do regime autoritário. Acrescentam que isto se devia também ao papel de protetor que Zeferino Vaz exercia, com grande eficácia, sobre a comunidade universitária.

A sua eficácia política como tutor pode ser avaliada tanto pela liberdade e proteção que dava ao pensamento ideologicamente divergente, desde que fundado na verdade científica, dando-lhe, portanto, legitimidade perante a comunidade acadêmica, quanto pela

respeitabilidade que impunha diante das autoridades de governo.

Para prevenir eventuais fatos políticos (refiro-me ao envolvimento de estudantes e professores em ações de contestação e combate à ditadura militar) tão comuns quanto indesejáveis na época, Zeferino Vaz colocava-se publicamente como um defensor da prática da verdade científica. Na busca dessa verdade, não poderiam haver restrições e, em seu nome, se justificaria toda a liberdade acadêmica. Procurava afirmar-se como um defensor da ciência, com autoridade máxima para decidir autonomamente sobre o que convinha ou não à Universidade, em meio à difícil situação política que pouco espaço deixava para tanto. Dizia: "Não quero saber qual é a ideologia do professor. Apenas não admito que ele utilize a Universidade para fazer pregação ideológica. Um professor de política, por exemplo, tem que fazer a exposição de todas as correntes ideológicas. Mas, uma exposição honesta, clara, sincera, rigorosamente científica, de todas as doutrinas. O que ele não pode é usar a sua cátedra para doutrinar. (...) Por isso, não quero saber a ideologia do professor, não penetro na sua consciência. E não admiti nunca que invadissem a UNICAMP para deter qualquer professor em razão de ideologia política." (Vaz, 1978, p.54)

Creio que isto bastou para granjear-lhe o poder e a legitimidade de que necessitava para salvaguardar a Universidade.

Um segundo aspecto a destacar no que distingue a UNICAMP quanto aos resultados da Reforma Universitária sobre o sistema de ensino superior brasileiro, é a respeito da centralização administrativa.

Os depoimentos que colhi dão o testemunho de que o sistema adotado pela UNICAMP, concebido como um modelo de empresa de produção visando a racionalização das atividades-meio, foi o mais

adequado. Por ele, justificava-se a Reitoria, não se permitia o *luxo* de ter em cada Instituto ou Faculdade seções de pessoal, de orçamento, de tesouraria, de expediente, de arquivo, de compras, de almoxarifado, de transportes, de alunos, de biblioteca, etc., existindo apenas um serviço centralizado de cada uma destas atividades atendendo à toda a organização.

Durante a gestão de Zeferino Vaz, este sistema pôde ser operado eficazmente devido, em primeiro lugar, à reduzida dimensão e baixa complexidade da organização que predominou no período, o que permitia à pessoa do Reitor assenhorear-se de todas as decisões e exercer um controle absoluto sobre a vida acadêmica e administrativa. Em segundo, podia fazê-lo porque dispunha das condições políticas da época e de toda a tradição da concentração de poder e do mandonismo que, como já visto, marcam a cultura nacional, condições que abriam um largo caminho para o exercício do poder autoritário, onde a participação democrática podia ser dispensável.

Mas é preciso reconhecer que Zeferino Vaz possuía atributos pessoais que lhe garantiam uma grande competência para exercer esse poder discricionário em prol dos fins da instituição, o que tornou funcionalmente positivo tal exercício de autoridade. Era o paradigma do que se costuma denominar de "déspota esclarecido". Ou seja, a capacidade de tomar conta de tudo com proficiência; tomar as decisões certas nos momentos certos sem deixar que algo escapasse.

Poder-se-ia escrever sobre a vida de uma pessoa contraditória bem à semelhança das inúmeras biografias que ocupam as páginas da historiografia dos homens públicos brasileiros, ilustrando-a com passagens como a registrada em um de seus caudalosos discursos previamente preparado para uma conferência realizada em 14 de abril

de 1968, portanto, no auge da agitação estudantil daquele ano e próximo da ação repressora do regime militar, que esmagaria o movimento estudantil. Dizia ele a respeito da participação dos estudantes na política nacional: "A Universidade está divorciada da realidade. Srs., eu estou farto, até indisposto de ouvir falar em diálogo de estudantes com o governo, com o ministro, e com [em branco] Até quando vamos conversar gente? Diálogo é conversa. E então, o que adianta 50, 100, 200 alunos se porem a conversar com o Presidente, ou com o ministro da Educação? Esqueceram-se de que o governo no caso das Universidades é a Universidade de São Paulo, porque a Lei de Diretrizes e Bases deu a cada Universidade a autonomia didática, financeira, disciplinar e administrativa. Eu, Reitor de Universidade, nomeio professores, nomeio diretores, nomeio os serventes, nomeio todo o mundo (...) porque o aluno meus srs. não quer diálogo, o aluno quer ação; o aluno quer ser preparado para a vida..." (Vaz, *Arquivo Oficial*, 1968)

Óbviamente, haviam resistências e críticas a essa forma de administrar, mormente por parte daqueles que, por uma questão de visão política de longo prazo, não aceitavam a centralização de poder. Hoje, essas críticas podem ser vistas como procedentes, em virtude da herança negativa, porque limitadora, que esse estilo gerencial deixou para a Universidade, a despeito de ter sido momentaneamente válido.

O que se passou foi que a "cultura organizacional" que se desenvolveu e se cristalizou na organização burocrática da UNICAMP foi pouco ou nada inovadora, posto que assentada no mais arcaico estilo de administração pública brasileira. Com efeito, ao lado de uma vida acadêmica progressista quanto às atividades fins de ensino,

pesquisa e extensão, desenvolveu-se uma burocracia pública com características estagnizantes. A excessiva centralização decisória eliminou da vida organizacional o estímulo à assunção de responsabilidades gerenciais, gerando um total descompromisso com os objetivos da organização por parte de quantos ocupem funções supostamente decisórias, as clássicas funções de chefia. Esta característica, juntamente com outras que teremos oportunidade de examinar no próximo Capítulo, representariam um obstáculo à adaptação da organização à crescente complexidade que o futuro lhe reservara

NOTAS

(1) Zeferino Vaz, que dispensaria maiores apresentações, era graduado médico. Iniciou sua carreira científica como parasitologista, tendo ingressado na USP, em 1935, como catedrático no Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária. Foi fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Presidia o Conselho Estadual de Educação (CEE), do qual foi fundador, ao ser convidado pelo Governador para compor a Comissão.

Paulo Gomes Romeo é graduado médico. Embora não tenha seguido a carreira acadêmica, trabalhou durante longo tempo como administrador acadêmico e como membro do CEE. Foi auxiliar de Zeferino Vaz, como pessoa de sua confiança, desde a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (cidade onde nasceu e hoje reside), passando pelo CEE, até chegar a Universidade de Campinas.

Antônio Augusto de Almeida era médico e professor da Faculdade de Ciências Médicas de Campinas. Radicado nesta cidade, foi diretor desta Faculdade, chegando a ocupar, interinamente, a reitoria da Universidade de Campinas em impedimentos dos reitores que antecederam Zeferino Vaz.

(2) Em 1972, teve início na Universidade de Campinas uma fase de grande conturbação interna, que acabou ganhando o noticiário dos jornais, já em 1973. Resumidamente, a história começou com uma disputa pelo poder, que segundo alguns de meus entrevistados, envolvia a tentativa de destituição do Reitor Zeferino Vaz. Do Plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo, pela voz do Deputado Del Bosco Amaral, dirigiram-se grandes invectivas contra o Reitor, acusando-o de ocupar ilegalmente a reitoria por mais de um

mandato. Ao Deputado Pinheiro Júnior coube a sua defesa.

Esse episódio, assim como outros envolvendo a luta pelo poder dentro da Universidade, está a merecer uma crônica política, cuja elaboração demandaria um trabalho de investigação mais detalhado do que aquele por mim realizado, inclusive com a obtenção de alguns depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas, algumas das quais têm se recusado a dar o seu testemunho histórico.

A única conclusão definitiva que posso tirar sobre todos esses episódios, é que Zeferino Vaz e as pessoas que o apoiaram, foram os vencedores. Talvez o melhor juízo que se fazer possa a respeito, encontre-se na própria avaliação das realizações e resultados alcançados pela UNICAMP.

(3) Entre 1963 e 1965, a Faculdade de Medicina ocupou três andares alugados à Maternidade de Campinas, até transferir-se para o Hospital da Irmandade de Misericórdia de Campinas, em 1966.

Quando, efetivamente, começou a funcionar a Reitoria, em 1966, esta ocupou dependências da Maternidade, tendo ocupado também, antes de mudar-se para o "campus" universitário, em 1971: o prédio do Colégio Industrial Bento Quirino, durante o ano de 1967 e até novembro de 1968; o antigo prédio da Prefeitura Municipal de Campinas, à rua Regente Feijó (o Palácio dos Azulejos), durante o ano de 1969; e o antigo prédio da Supergasbrás, à rua Barão de Itapura, durante o ano de 1970.

Registro, a título de "curiosidade política", a manifestação dos estudantes (do curso médico) da Universidade por ocasião da realização da solenidade de inauguração do "campus". O evento, que contou com a presença do então Governador do Estado, Abreu Sodré, não teve a participação dos estudantes, que eram contra a

inauguração. Dois dias antes da inauguração, dia 16/08/68 (lembro que coincidia com a fase de efervescência do movimento estudantil politizado), os estudantes soltaram um "Documento Denúncia" com o seguinte teor:

"Nós, os alunos, reunidos em torno da Frente de Trabalho da UC vimos a público denunciar a demagogia que é feita através desta inauguração pelo governador e pelo reitor Zeferino Vaz, que querem sair e sairão em manchetes como criadores e implantadores de uma Cidade Universitária e, principalmente, de uma Universidade que não existe.

Não existe porque:

- Um campus é um conjunto de condições humanas e materiais necessarias para o ensino e pesquisa, e o que será inaugurado é um pavilhão que servirá ao Instituto de Biologia da Faculdade de Medicina (sic), e que futuramente abrigará o Almojarifado e oficinas da Cidade Universitária. A Universidade não é só um conjunto de prédios de laboratórios, nem é um escritório de administração. A Universidade é mais que isso. É uma instituição que tem finalidade formar indivíduos que tenham uma visão crítica da sociedade onde irão atuar através de sua profissão.

A Universidade da qual será feita apologia nesse inauguração está administrativa e estruturalmente desorganizada, uma vez que todos os problemas existentes são reflexo da falta de planejamento e organização na implantação das novas faculdades.

Logo, nem que existissem, em Barão Geraldo, todos os prédios necessários para o funcionamento da Universidade, não se justificaria uma inauguração festiva, como a que ocorrerá dia 16, pois, nossa Universidade ainda não foi implantada de acordo com os esquemas modernos que a define teoricamente.

(...)

Esclarecemos aqui, que a nossa posição não é, e não pode ser, o boicote à Cidade Universitária, mas sim, a de não fazer parte das manobras políticas do Governo, que espera o nosso silêncio, para mais uma vez iludir a opinião pública." (*Correio Popular*, de 15.08.68, fls.03).

Meu comentário é no sentido de que esse episódio na história da Universidade de Campinas não fugiu à regra geral das contradições que regem o surgimento e a vida das instituições públicas no Brasil. Isto seria decorrência de uma característica cultural de nosso povo, a *falsidade ufanística*. Compõem-na os discursos e relatórios oficiais sobre realizações e obras que não existem, inaugurações apressadas e outras formas de criação de ilusões políticas. Este expediente foi muito utilizado no período em que o ufanismo e o propagandismo dos governantes ligados ao regime militar cumpriam uma das funções ideológicas, a de convencer a opinião pública de que a "revolução de 64" estava cumprindo sua finalidade de promover o Brasil à categoria de potência mundial. Zeferino Vaz soube se utilizar disto. Mas fez mais do isto, com certeza. A UNICAMP de hoje pode comprová-lo.

(4) Graduaram-se 42 estudantes na primeira turma e na segunda, em 1969, 61. O reconhecimento do curso médico deu-se em 20 de abril de 1970 pelo Decreto Federal de Nº 66.465.

A UNICAMP foi considerada efetivamente instalada e em funcionamento regular pela Resolução do CEE que aprovou o Parecer Nº 23/70 da Câmara do Ensino Superior em 18 de fevereiro de 1970.

(5) Discurso proferido em 16 de agosto de 1968 por ocasião da inauguração do primeiro prédio, o do Instituto de Biologia, no "campus" de Barão Geraldo. Na ocasião, ele concluiu seu pensamento afirmando que não havia na Universidade de Campinas, como consequência da estrutura moderna, integradora, sem cátedras vitalícias, "...cátedras individualizadas e nem Faculdades autônomas". Hoje, isto é meia verdade, pois, embora não existam as cátedras, a integração é tênue, dando-se somente no ciclo básico a nível do ensino propedêutico, distante da pesquisa e não se verificam mecanismos de efetiva integração entre as unidades universitárias, os Institutos e Faculdades. A integração dá-se fora desses órgãos, a nível dos Núcleos Interdisciplinares, e dependem muito mais da disposição particular de cada professor ou pesquisador, aliás, o que parece ser comum nos meios acadêmicos nacionais e mesmo no exterior.

(6) "Artigo 2º: Para alcançar seus objetivos, a Universidade Estadual de Campinas se propõe a:

I - ministrar o ensino para a formação de pessoas destinadas ao exercício das profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artistas, de magistério e aos trabalhos desinteressados da cultura;

- II - promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e a produção de pensamento original no campo da ciência, da tecnologia, da arte, das letras e da filosofia;
- III - estudar os problemas sócio-econômicos da comunidade, com o propósito de apresentar soluções corretas, sob inspiração dos princípios da democracia;
- IV - pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realizar;
- V - valer-se dos recursos da coletividade, tanto humanos como materiais, para integração dos diferentes grupos técnicos e sociais na Universidade;
- VI - cumprir a parte que lhe cabe no processo educativo de desenvolver na comunidade universitária uma consciência ética, valorizando os ideais de pátria, de ciência e de humanidade."

(7) A idéia original dos institutos centrais, na medida em que foi abandonada, substituiu-a a concepção do Ciclo Básico voltada para as atividades de ensino, sem a grande preocupação com a pesquisa, orientada pela Reforma Universitária de 1968. Segundo documento inédito, não datado, assinado pelo Professor Gustavo F. Brieger, primeiro Coordenador Geral dos Institutos, "...a Universidade adotou um novo esquema de estruturação do ensino, o qual é composto por três ciclos sucessivos: o Ciclo Básico, o de Grauação Profissional e o de Pós-Grauação. A implantação do Ciclo Básico representa um dos passos que reputamos dos mais importantes na reforma universitária brasileira e, visa incutir, nos alunos

novos, nos seus 1º e 2º anos de estudo, um verdadeiro espírito de compreensão e cooperação. Evidentemente, seria ideal se esse ciclo pudesse adotar um programa único para todos os alunos (...) Estão instalados três ciclos básicos nas seguintes áreas: Ciências Biológicas, como preparação para os ciclos atuais de graduação em Biologia, Medicina e Odontologia, com as necessárias expansões para outros ciclos que futuramente virão a ser estabelecidos; Ciências Exatas, que servem como preparação para os ciclos de graduação a serem ministrados pelos Institutos de Física, Química e Matemática, e a todos os cursos das Faculdades de Engenharia e Tecnologia, e finalmente Ciências Humanas, que, por enquanto, apenas serve como preparo para o ciclo de graduação daquele Instituto."

(8) Sobre essas características diz a autora, ao resumir o significado das mudanças, que "...podemos afirmar que a racionalização administrativa e a modernização conseguiram organizar uma estrutura universitária, com a predominância das seguintes características: a) Integração de cursos, áreas, disciplinas. b) Composição curricular, que teoricamente atende a interesses individuais dos alunos pela presença de disciplinas obrigatórias e optativas e pela matrícula por disciplina. c) Centralização da coordenação administrativa, didática e de pesquisa. d) Cursos de vários níveis e de duração diferente. e) Incentivo formal à pesquisa. f) Extinção da cátedra. g) Ampliação da representação nos órgãos de direção às várias categorias docentes. h) Controle da expansão e orientação da escolha da demanda pelo planejamento da distribuição de vagas. i) Dinamização da extensão universitária, etc." (Romaneli, 1978, p.229).

(9) Não escapou a qualquer uma das pessoas que entrevistei a impressão de que a Reitoria da Universidade de Campinas, durante a gestão de Zeferino Vaz, mantinha um bom relacionamento com as esferas de governo, embora nenhuma delas se diga comprovadamente informada a respeito do grau de comprometimento entre as partes, tendo em vista o segredo que o próprio Zeferino Vaz mantinha sobre os seus íntimos contatos com as autoridades governamentais, incluindo-se as do Governo Federal.

É publicamente reconhecida a competência de Zeferino Vaz em lidar politicamente com os diversos Governadores do Estado que se sucederam durante a sua gestão. Tanto que, no afã de rotulá-lo, uns diziam, nas respectivas épocas, ser ele "adhemarista", outros o diziam "laudistas", etc., dependendo de quem estivesse no poder...

A verdade é que, de todos os governos, Zeferino Vaz conseguiu o apoio que queria sem, contudo - e aqui as opiniões não divergem - comprometer a vida política da Universidade.

Um dos entrevistados disse até mesmo acreditar que durante os governos militares a Universidade de Campinas tinha um "padrinho" em Brasília. Afirmou-me que esse apadrinhamento tinha na pessoa do Ministro Jarbas Passarinho a sua principal expressão.

(10) Em um dos depoimentos que registrei, o entrevistado narrou-me a grande dificuldade de trazer para Campinas professores residentes nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais não acreditavam que fosse possível erguer uma universidade fora de uma capital. Mas é certo que para muitos outros a possibilidade de sair de uma megalópole ou a de retornar ao Brasil e trabalhar numa região do interior foi um brinde.

CAPÍTULO 3
A CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA
UNICAMP NA FASE DA SUA CRIAÇÃO.

O objetivo deste Capítulo é analisar as relações de poder que se configuraram e se cristalizaram na estrutura da UNICAMP no período de sua fundação.

Adotei o método que procura alcançar o entendimento das relações de poder no âmbito da instituição a partir da análise das determinações históricas da Formação Social.

O conteúdo deste capítulo foi elaborado, basicamente, a partir dos depoimentos das pessoas que entrevistei.

Considerando o que já foi abordado anteriormente, os elementos fundamentais de determinação histórica das relações de poder podem ser assim sintetizados:

1º elementos estruturais - são os fatores de determinação da estrutura econômica, fatores de primeira instância no processo de determinação, evidenciados pelo modelo de desenvolvimento capitalista vigente no período, que tinha no *pragmatismo econômico* o principal fator de impulsão das relações sociais de produção e, conseqüentemente, da configuração das estruturas formais e das relações informais de poder dentro das organizações sociais. A UNICAMP estaria assim "condicionada" a atender às necessidades do modelo econômico no que lhe competia como instituição de ensino, pesquisa e extensão universitária;

2º elementos superestruturais - são os fatores políticos, ideológicos e jurídicos, fatores de segunda instância no processo de determinação, orientadores das atitudes e

decisões dos agentes sociais que conduziram o processo de criação da UNICAMP. Os principais elementos deste conjunto são os tradicionalis: a *centralização* e o "*mandonismo*"; e, os elementos modernos: a objetividade e a praticidade da produção acadêmica, sintetizados pelo conceito de *pragmatismo*.

A seguir, analiso cada um dos conjuntos de elementos de determinação nas formas pelas quais se manifestaram nas diversas instâncias de exercício de poder da instituição universitária.

Antes, devo relembrar o que me foi enfatizado por todos os entrevistados sobre o marcante papel de liderança e de autoridade legal centralizadora exercido por Zeferino Vaz, de quem, no período estudado, emanava quase todo o poder formal de decisão dentro da organização, poder este assegurado juridicamente por dispositivo estatutário, do qual assenhorou-se completamente.

Dadas as circunstâncias histórico-políticas do momento, Zeferino Vaz pode exercitar sua personalidade centralizadora, visto que, como já me referi anteriormente, escorava-se na dinâmica da Formação Social, que conduzia hegemonicamente as organizações a desenvolverem sistemas de poder concentrado em uma autoridade absoluta. Sem estas condições ou, em outras palavras, sem essa coincidência entre o homem e a sua época, os resultados teriam sido diferentes. Provavelmente, nos dias de hoje, Zeferino Vaz não conseguiria manifestar plenamente a sua personalidade, pois a comunidade universitária certamente reagiria contra o seu estilo.

A concentração de poderes quase totais nas mãos do Reitor tinha uma exceção, considerada pelos professores entrevistados como um

elemento compensador e positivo para o pleno desenvolvimento do ensino e da pesquisa. As formulações de linhas de pesquisa e dos currículos eram realizadas de forma absolutamente autônoma e independente por cada departamento e pelos pesquisadores ou grupos deles. A atividade de ensino contava com total autonomia e com o único órgão colegiado que teve funcionamento efetivamente autônomo durante a gestão de Zeferino Vaz, a Câmara Curricular.

A autonomia interna foi, certamente, um fator de estímulo à produção acadêmica e encorajadora de forte engajamento dos docentes nas atividades universitárias e na assunção de responsabilidades, mormente numa fase da vida política nacional de grande cerceamento das liberdades de exercício profissional dentro das universidades brasileiras.

Essa autonomia dava-se também na relação entre a UNICAMP e os órgãos governamentais, federais ou estaduais, responsáveis pelo controle político, financeiro, administrativo e acadêmico das universidades públicas autárquicas.

3.1 O Poder Pragmático.

A UNICAMP ganharia, com o tempo, a imagem de *Universidade tecnológica*, conquistando o respeito da comunidade acadêmica nacional, espaço nos meios de comunicação e a admiração da opinião pública. Este sucesso deveu-se, em primeiro lugar, à qualidade e à quantidade da produção acadêmica. Em segundo lugar, à divulgação dada aos resultados do que foi efetivamente realizado, divulgação esta muito bem trabalhada por um trabalho de "marketing", que deu notoriedade às pesquisas nas áreas voltadas para a criação de

conhecimento científico e tecnológico de ponta aplicável ao setor produtivo.

Lembro que esse período inicial de construção da UNICAMP, entre os anos de 1970 e 1975, foi marcado pela revolução tecnológica gerada pela microeletrônica, cujos resultados concretos apareciam nas máquinas, equipamentos e instrumentos produzidos pelos países avançados, de elevado desempenho e qualidade, possibilitados pela substituição de componentes mecânicos e elétricos por componentes eletrônicos.

Nos países tecnologicamente atrasados e dependentes, dentre os quais se inclui o Brasil, os meios acadêmicos e, em menor medida, também os meios empresariais, deram-se conta da necessidade de investir em pesquisas que permitissem o domínio dessa tecnologia, cuja base de conhecimento assentava-se na Física do Estado Sólido e Ciência dos Materiais e cuja aplicação passava pela engenharia eletrônica e outras correlatas, como a engenharia de telecomunicações.

Estas teriam que ser as áreas de vanguarda de atuação de uma universidade do Terceiro Mundo que almejasse servir ao desenvolvimento econômico de seu país, puxando a aceleração do progresso técnico na indústria.

Esta era a visão de alguns dos pesquisadores que afluíram para a UNICAMP, visão esta adquirida após anos de vivência nos países centrais, destacadamente nos Estados Unidos. Era uma *visão pragmática* da atividade universitária, tanto na pesquisa quanto no ensino.

Uma grande parcela desses pesquisadores, responsáveis pela implantação do Instituto de Física e da Faculdade de Engenharia,

eram jovens impuídos de uma ideologia nacionalista preconizadora da autonomia tecnológica do Brasil, que havia sido forjada nas dependências do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA. Este parece ter sido um importante fator de definição do perfil tecnológico e nacionalista da UNICAMP, não obstante o fato notório de que, muitas vezes, a permanência nos países centrais cria uma alienação política à semelhança daquilo que qualificamos anteriormente como *estrangeirismo*.

Também para esses professores a UNICAMP deveria ser uma Universidade engajada no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive em função dos planos governamentais (1), independentemente da linha política do governo pois, além de uma necessidade inadiável, o desenvolvimento, visto a longo prazo era um bem por si mesmo. Não havia espaço entre eles para considerações a respeito das implicações e consequências do processo de desenvolvimento, sob a ótica da acumulação de capital pela exploração do trabalho assalariado, que naqueles tempos ganhava contornos perversos. Afinal, a ideologia dominante era suficientemente poderosa e abrangente para conduzir as "massas" parcial ou completamente alienadas, de acordo com os fins do Capital.

Essas idéias desenvolvimentistas eram considerados como de "vanguarda" e foi esse vanguardismo que projetou a UNICAMP. Foi exatamente na Física do Estado Sólido e Ciência dos Materiais (2), especificamente na Física de Semicondutores e nas engenharias correlatas, que ela se notabilizou.

Se a imagem pública que a UNICAMP adquiriu foi a de uma *universidade tecnológica*, o mesmo não pode ser dito a partir de uma

visão de dentro. E, numa interpretação mais apressada, poder-se-ia, equivocadamente, concluir que a ênfase dada à vanguarda da área de "exatas" teria levado os docentes desta área, e suas respectivas unidades, a desfrutarem de maiores privilégios e poderes para influir na alocação de recursos e que isto tivesse resultado em prejuízo para as demais áreas.

Como já disse anteriormente, pelos depoimentos colhidos isto não ocorreu.

A escolha estratégica de lançar a UNICAMP nos meios acadêmicos brasileiros como uma universidade voltada preponderantemente para a Ciência e a Tecnologia aplicáveis ao setor produtivo, além de oportuna naqueles tempos, contava com o consentimento de parte significativa dos membros da comunidade docente, convencidos por argumentos adicionais: primeiro, que não havia nenhuma universidade no mundo que fosse boa em todas as áreas. Portanto, a UNICAMP deveria gerar no seu início uma competência muito específica em determinada área. Segundo, ela deveria criar uma imagem externa para ganhar prestígio e notoriedade, e, por esta via, atrair recursos para as demais áreas.

Os argumentos foram convincentes e, observando a UNICAMP de hoje, pode-se dizer que a estratégia foi bem sucedida.

Internamente, o consentimento objetivou-se no estabelecimento de uma seqüência de implantação das unidades universitárias definidas nos Estatutos de 1969. A sua efetivação deu-se de acordo com as disponibilidades financeiras (conforme Artigos 5º Parágrafo 2º, e Artigo 6º Parágrafo 3º dos Estatutos), sem que transparecesse aos dirigentes das diversas unidades e seus pares qualquer sentido de privilegiamento de uma ou outra área.

Os depoimentos dão conta também do fato de que na Física e nas Engenharias a UNICAMP logrou reunir em pouco tempo um grupo de pesquisadores ("massa crítica") em quantidade e qualidade que era absolutamente natural que obtivessem mais recursos, principalmente recursos externos.

A capacidade de trabalho dos cientistas das "exatas" estava ainda associada a sua maior "agressividade" na busca de apoio interno e externo. Suas lideranças, altamente respeitadas pela competência científica, defenderam tenazmente suas idéias, conquistando espaços legítimos de poder dentro do processo decisório da universidade. Esta posição tinha, segundo pude apurar, o reconhecimento e o respeito da maioria dos demais docentes como algo positivo para a universidade. E o exercício desse poder natural e legítimo por parte dos "exatos" não se constituiu em um fator de privilegiamento ou exclusão.

Assim, o mito da "universidade exclusivamente tecnológica" não passou de uma estratégia de lançamento. Internamente, de fato, ela desenvolveu-se equânimemente em todas as áreas de atuação que foram previstas e na medida das prioridades que a estratégia contemplava.

Isto posto, a minha conclusão é que na determinação do sistema de poder dentro da UNICAMP, no período da gestão de Zeferino Vaz, prevaleceram outros elementos, que examino a seguir, e não o *pragmatismo* economicista tão caro ao regime político dominante no Brasil daquela época.(3)

3.2 O Poder Acadêmico.

À estratégia de lançamento da UNICAMP como uma universidade tecnológica a que me referi anteriormente, somava-se um outro elemento de grande importância na configuração do plano de implantação da UNICAMP.

Para um seleto grupo de intelectuais ligados à direção superior da Universidade, a sua construção devia sustentar-se na busca incessante da competência e da seriedade acadêmica, particularmente no que dizia respeito à investigação científica geradora de conhecimento original. As vias de sua concretização eram as *atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação orientadas e executadas por docentes em regime de dedicação exclusiva*. Neste ponto, o "projeto UNICAMP" estabelecia uma enorme diferença em relação à tradição do ensino superior brasileiro, centrada tão somente na formação de profissionais.

Certamente que para os acadêmicos sérios que ansiavam por uma possibilidade de trabalho onde pudessem se dedicar intensamente à produção científica, estas seriam as condições mínimas.

Todos esses elementos aplicados à vida da nova Universidade começaram a cristalizar uma *ideologia acadêmica*, inovadora, que daria substrato a uma nova cultura universitária inédita no País.

A supremacia desse novo ideal de universidade não se deu, no entanto, sem disputas internas. Dentre elas, a que teve maior repercussão aconteceu, aproximadamente entre outubro de 1971 e maio de 1972, período em que a UNICAMP viveu a sua primeira grande crise interna, ultrapassando suas fronteiras, alimentada por um jornal local, o Diário do Povo, que serviu de tribuna onde os grupos

antagônicos trocavam insultos e acusações. Parece-me que, mais do que uma crise de luta pelo poder, esteve em jogo uma disputa em torno de concepções diferentes sobre o que deveriam ser os principais objetivos da Universidade. De um lado, a concepção de uma universidade *modernizada*, engajada no processo de desenvolvimento econômico e social e dentro dos "princípios da administração das ciências" do Reitor Zeferino Vaz. De outro, a sua contestação cujos protagonistas centravam o ataque sobre a pessoa do reitor, deixando a impressão de que se tratava unicamente de uma tentativa para derrubá-lo. Nos documentos que analisei, inclusive o arquivo de documentos confidenciais da reitoria, e nos depoimentos que ouvi, não encontrei algo que consubstanciasse uma proposta alternativa de universidade para contrapor-se à concepção da Reitoria. Esta a razão desta impressão.

O episódio representou o primeiro movimento organizado de contestação da autoridade centralizadora de Zeferino Vaz. Creio - e isto é uma conclusão pessoal - que a motivação dos contestadores tinha duas razões. A primeira, decorrente da situação política do País, que estimulava a centralização de poder, além de ser extremamente cerceadora das liberdades individuais. Zeferino Vaz, de uma certa forma, ou seja, como autoridade política, personificava, dentro da Universidade, o regime. Esta situação certamente tendia a criar indignação nas pessoas que dedicavam a sua vida ao trabalho intelectual acadêmico, o qual tem uma exigência intrínseca de liberdade de pensamento e iniciativa, coisas politicamente intoleráveis na época. A segunda, decorria do descontentamento deste tipo de pessoas com o comportamento centralizador do reitor, que, algumas vezes, vinha acompanhado de uma dose de autoritarismo e

arrogância. A atitude natural de contestação e rebeldia de jovens docentes foi, então, canalizada para um choque de idiosincrasias, onde a questão dos fins da Universidade e dos valores acadêmicos a eles relacionados - a competência, a "meritocracia", etc. - ficou temporariamente à margem das disputas pessoais. À essas atitudes Zeferino Vaz respondia com declarações de afirmação de sua autoridade inconteste. Em um documento da Reitoria, datado de 13/3/72, dirigido ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, Zeferino Vaz referia-se a tais atitudes da seguinte forma:

"Em outubro de 1971, docentes do Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação enviaram à Reitoria ofício em que faziam reivindicações de várias naturezas. (...) deixou o Reitor bem claro que atenderia às reivindicações legítimas referentes ao trabalho científico, mas que POR FORMA ALGUMA ACEITAVA INTROMISSÃO EM SUAS ATRIBUIÇÕES, SOBRETUDO AS DA ESFERA ADMINISTRATIVA E AQUELAS REFERENTES À ESCOLHA DOS DIRIGENTES DO INSTITUTO." (caixa alta do original.).

A crise terminou com a demissão, pelo próprio reitor, dos seus mais destacados adversários.

Prevaleceu a "moderna" visão de universidade sob a liderança de Zeferino Vaz no momento histórico da educação no Brasil em que se procurava efetivamente implantar a atividade de pesquisa nas universidades e instalar a pós-graduação como "main stream" da atividade de ensino universitário, o que praticamente não havia até o final da década de 60. Coube a UNICAMP sair na frente no processo de geração de um novo modelo de universidade, promovendo uma reviravolta na história do ensino superior.

Esse episódio, extremamente conturbado quanto complicado, necessitaria de uma avaliação mais aprofundada, inclusive através de uma crônica completa embasada não só na análise de documentos, como de entrevistas com mais pessoas que nele estiveram envolvidas, para, se fosse o caso, chegar-se a um juízo abalizado sobre quem realmente estava certo. São tarefas que não pude realizar até o momento. Portanto, a referência ao episódio não é conclusiva quanto à justiça de seu resultado. O único julgamento possível de ser feito hoje, é nos perguntando: a UNICAMP estaria em melhor situação nos dias de hoje se Zeferino Vaz e seu grupo tivessem sido derrotados?

Outro aspecto importantes que compunha o "modelo UNICAMP" diz respeito a sua dimensão. Nas idéias de sua "intelligentsia" a UNICAMP não deveria ser uma grande universidade e nem competir nesta linha com a USP, por exemplo (4). Ela apenas evitaria o gigantismo, limitando o número de alunos no global e, mais ainda, no ensino de graduação. Ela procuraria não se incomodar em ter o mesmo número de estudantes de pós-graduação que teria na graduação (esta relação permanece até hoje). óbviamente, deveria investir pesadamente em instalações e meios de pesquisa, como laboratórios e biblioteca.

Estes detalhes reforçam minha impressão sobre a predominância dos aspectos relacionados com a competência acadêmica na definição do sistema de poder na UNICAMP. Isto é, os seus planejadores preocupavam-se, acima de tudo, em criar uma forma de organização do trabalho acadêmico em que fosse possível um controle sobre a produção científica passível de mensuração e avaliação.

Outro aspecto que me foi apresentado em entrevistas com pessoas ligadas à área de "exatas" como tendo sido importante na constituição da *ideologia acadêmica* da UNICAMP, e que teria

contribuído para os bons resultados obtidos na produção científica da Física, das Engenharias, da Matemática, da Estatística e da Computação, foi a incorporação de valores oriundos da cultura do ITA.

Para alguns foi fundamental o fato de um grupo de pessoas saído do ITA ter vindo para a UNICAMP imbuídos de uma disciplina de trabalho e de seriedade profissional (5). É sabido que o ITA selecionava os melhores estudantes nos vestibulares de engenharia da época e que a formação lá adquirida os qualificava para o exercício de profissões em outras áreas das "exatas", da mesma forma que lhes inculcia um elevado senso de responsabilidade e de exigência com a qualidade do produto de seu trabalho. Um corolário deste comportamento são o rigor e a competição profissional.

Somados todos estes elementos constitutivos da *ideologia da UNICAMP* e analisando-os face aos fatores de determinação da base estrutural de poder que se estabeleceu, posso afirmar que, no período de fundação, *desenvolveu-se um sistema interno de poder baseado preponderantemente na competência acadêmica (6)*.

A associação da competência acadêmica aos elementos conspícuos do processo de "modernização" por que passava a Formação Social - ou seja a ênfase na Ciência e Tecnologia de ponta - deu aos docentes da área de "exatas" um poder relativamente maior naquele momento, sem que, reafirmo, isto tenha significado uma deformação na concepção e na composição de uma universidade atuante em uma vasta gama do conhecimento humano.

As bases valorativas da dinâmica do poder - a competência, a seriedade e a austeridade - certamente foram fatores de emulação da competição acadêmica, que alçou a UNICAMP, em menos de dez anos de

existência, à posição de destaque que passou a ocupar. Nesse sentido, destacaria, também, o papel desempenhado pela Comissão de Ensino e pela Comissão de Tempo Integral nas cobranças referentes ao desempenho do corpo docente. A primeira na averiguação das qualificações do docente ingressante e a segunda na avaliação dos relatórios periódicos de produção científica dos docentes contratados. Mesmo sabendo-se que o trabalho de avaliação não era, em absoluto abrangente, é certo que foi um fator de aprimoramento da qualidade da produção acadêmica da UNICAMP nos seus primeiros anos de vida.

Com relação à participação do corpo discente no processo decisório da Universidade e o grau de influência de que dispunham, a maioria dos depoimentos que tomei simplesmente confirmaram aquilo que era esperado em termos de alijamento deste segmento da comunidade universitária das instâncias de decisão em que deviam estar representados, face às circunstâncias políticas gerais da sociedade no período de construção da UNICAMP. A reduzida representação estudantil no Conselho Diretor, que manteve o mesmo número de dois membros durante esse período, não tinha qualquer poder de influência sobre as decisões. Apenas tomei conhecimento pelos jornais da época que durante os meses de agosto a outubro de 1968, portanto, quando do recrudescimento da repressão do regime militar sobre o movimento estudantil, era intensa a participação dos estudantes do curso de medicina nas discussões e nas instâncias decisórias da Faculdade de Medicina. Apesar de sua reduzida representação, o poder de mobilização de que dispunham era grande, inclusive pelo apoio dos jovens professores, os auxiliares de ensino, e pela agitação política que promoviam na cidade.

Até esse momento, a influência decisória dos estudantes era significativa, conseguindo, mesmo que pelos caminhos do conflito, impor suas reivindicações. Após o AI-5, foi-lhes imposto o silêncio.

3.2.1 Os órgãos colegiados.

Procedi ao exame da participação dos órgãos colegiados nas decisões vitais quanto aos rumos da UNICAMP, durante a gestão de Zeferino Vaz. Assim o fiz para avaliar o *grau de participação democrática* na definição das atividades-fim da Universidade e nas decisões sobre a alocação de recursos. Baseei-me em perguntas que formulei aos entrevistados e na leitura das Atas do Conselho Diretor

Conforme já fiz breve menção, as decisões que envolveram exclusivamente aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, contaram com um alto grau de participação democrática, destacando-se a atuação da Câmara Curricular, da Comissão de Ensino (7) e da Comissão de Tempo Integral. Os Conselhos Departamentais das unidades universitárias que se instalaram nesse período tiveram o mesmo grau de participação.

A mesma conclusão não pode ser tirada em relação ao Conselho Diretor da Universidade e suas respectivas Comissões internas. O processo decisório nesta instância esteve absolutamente concentrado nas mãos do Reitor Zeferino Vaz. Por exemplo, a definição das propostas orçamentárias de cada ano de seu governo não tiveram qualquer participação da Comissão de Orçamento e Patrimônio, a COP. Com isto, criou-se uma tradição dentro da UNICAMP dentro da qual a Reitoria, ao invés de atuar como poder moderador dentro do Conselho

e executivo a ele subordinado, atuava como poder discricionário.

Uma outra comissão, a COFLAN, Comissão de Planejamento, criada para dirigir a implantação do "campus" e de todo o sistema universitário, foi extinta no bojo da primeira crise política interna, em 1972.

Um detalhe interessante a ser registrado é que nas cento e sessenta reuniões do Conselho Diretor, somente em duas delas, quase no fim da gestão de Zeferino Vaz, encontrei registrado, nas respectivas atas, discussão sobre questões políticas que envolviam a Universidade com o governo militar. No período de evolução do movimento estudantil, entre os anos de 1967 e 1968 e nos anos próximos subsequentes, absolutamente nada foi registrado em ata.

Com os anos se passando, as discussões, que no início apresentavam conteúdos mais ricos sobre a política universitária, foram se tornando vazias, dando lugar à discussão de pequenos expedientes da rotina universitária. Mesmo a frequência das reuniões, quinzenais até o ano de 1969, passou a ocorrer mensalmente.

Uma impressão final que deixou a leitura das atas é que elas, muito provavelmente, não são documentos importantes para a avaliação política da gestão Zeferino Vaz na UNICAMP.

3.3 O Poder Burocrático.

O exercício de autoridade de forma altamente centralizado na Reitoria da UNICAMP, que se praticou desde a sua fundação, se bem que, na opinião geral dos entrevistados, tenha tido seus méritos momentâneos, tinha limites históricos curtos, dado que não serviria para uma fase posterior em que a sociedade como um todo e a própria Universidade conquistasse formas de participação democrática nos meios decisórios.

A *cultura organizacional* que se desenvolveu na UNICAMP, durante o período de sua construção, revelaria em pouco tempo os seus aspectos negativos. São problemas decorrentes da flagrante contradição entre o movimento modernizador da Formação Social, que alcançou a UNICAMP basicamente no que diz respeito às demandas de progresso técnico na esfera produtiva, e o arcaísmo dos padrões gerenciais e de organização burocrática adotados pela Reitoria.

Poder-se-ia dizer, na terminologia de Riggs (1964), que ocorria uma *superposição* de elementos modernos na esfera acadêmica (a pós-graduação e a pesquisa como atividades fundamentais, o regime de tempo integral e exclusivo à docência e à pesquisa e o *pragmatismo* na obtenção de resultados do ensino da pesquisa) com elementos de tradicionais de organização

Em outras palavras, isto quer dizer que a *modernização* que se verificava no processo de acumulação capitalista, que incluía a adoção de novos modelos de administração, ou gerência, qualificada como científica, refletiu-se apenas parcialmente na UNICAMP. Se, por um lado, ela incorporou oportunamente elementos inovadores, adequando a atividade acadêmica às exigências do modelo econômico, o

mesmo não se deu em relação à sua administração. Refiro-me especialmente à organização das atividades-meio, mas não somente a ela. A administração acadêmica, ou seja, das atividades-fins, direta ou indiretamente, esteve afetada pela inadequação dos padrões adotados.

Vale lembrar que, naquele tempo ganhava corpo nas escolas superiores dos centros industrializados do país responsáveis pela formação da elite de administradores ("executivos") a doutrina, já consagrada nos Estados Unidos - a mesma fonte de onde proveio a "onda modernizadora" capitalista e por onde passou boa parte dos cientistas da UNICAMP - da "moderna administração científica".

A difusão dessa doutrina deu-se, principalmente, através da Fundação Getúlio Vargas, tanto a do Rio de Janeiro quanto a de São Paulo, e da Faculdade de Economia e Administração da USP, além de um grande número de escolas particulares isoladas, recém inauguradas ou mais antigas, como a PUC de Campinas, e empresas de consultoria e treinamento em Administração, que promoveram a maciça inculcação da nova ideologia empresarial e das técnicas que a acompanhavam. A Reitoria, com certeza, podia dispor desse instrumental, o que torna difícil imaginar o porquê da "indiferença" da UNICAMP a esse movimento.

Seria até mesmo suspicaz essa contradição diante de tanta ênfase que a Reitoria dava à necessidade de inovação do modelo de universidade no Brasil. Haveria uma razão de ordem política?

Acredito que a explicação possa ter um componente não proposital, por conta da dinâmica da Formação Social: a conjunção de elementos da cultura administrativa brasileira e do momento político que o país atravessava, reforçando a concentração de poder,

teoricamente em detrimento da busca da eficácia administrativa, a qual pressupõe a descentralização. Além disto, a própria personalidade de Zeferino Vaz.

Mas, por outro lado, é possível admitir que a não adoção de uma administração racional tenha sido uma tática de exercício de poder. Questionados sobre a hipótese todos os entrevistados não se sentiram capazes de aceitá-la ou rejeitá-la. Fica, então, a dúvida...

O fato é que a enunciação dos princípios modernos de eficiência (não duplicação de meios para os mesmos fins), racionalidade e eficácia, chocou-se com o arcaísmo de uma administração excessivamente centralizada devido à utilização de métodos e técnicas de trabalho peculiares à velha administração pública brasileira.

Novamente é preciso deixar claro que na fronteira entre o funcionamento da burocracia administrativa e das atividades acadêmicas existe um campo de interferência da má qualidade da primeira sobre a segunda, mas que não chega, como não chegou, a prejudicar o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas, até o momento em que a Universidade teve novo ciclo de crescimento acelerado alguns anos após a saída de Zeferino Vaz da Reitoria.

Esse padrão obsoleto de administração legaria ao futuro da Universidade um sistema burocrático incompetente e incapaz de suportar a crescente complexidade de sua estrutura organizacional.

Estes problemas ou não eram visualizados, ou não faziam parte das preocupações dos acadêmicos da UNICAMP, em particular dos dirigentes, devido, em parte, ao fato de que os resultados globais alcançados pela organização estavam sendo satisfatórios, ou porque os apelos por uma administração científica não chegaram a

sensibilizá-los. Além do que a ainda reduzida dimensão da estrutura da Universidade era competentemente gerida pela Reitoria. Pude constatá-lo a partir de algumas questões que formulei aos entrevistados, procurando verificar o grau de profissionalização da administração universitária.

Para a grande maioria dos docentes envolvidos com atividades de chefia ou direção, quer fosse na área acadêmica ou na área administrativa de apoio, faltava formação profissional ou experiência no exercício de funções desta natureza.

Quanto ao pessoal não-docente ocupante de funções de direção ou chefia e ao pessoal burocrático em geral, muito pouco poderia ser esperado em termos de uma visão moderna de administração como também de competência profissional, em virtude de terem pouca experiência profissional - predominavam nesse contingente pessoas muito jovens - e de quase nenhuma formação profissional na área de Administração.

Deve ser lembrado que nesse período a questão salarial para todos os servidores da UNICAMP não se constituía em problema para recrutamento de pessoal. Eram competitivos no mercado.

O que nas décadas de 60 e 70 era esperado das instituições de ponta em termos de gerência científica, respaldava-se nos "fundamentos da organização burocrática" sugeridos a partir da construção do "tipo ideal" de Max Weber, cujo instrumental técnico na gestão burocrática situava-se nas "categorias fundamentais da autoridade racional legal".(8) A elas mesclavam-se os "elementos de administração científica" de Taylor, modelos que, de acordo com Beatriz Wahrlich "...tinham muito em comum" (Wahrlich, 1986, p.163).

Em particular o "modelo weberiano" de burocracia, concebido como um modelo descritivo e analítico para o estudo da "autoridade

racional legal", operava como prescrição para o desenvolvimento da organização racional do trabalho em organizações complexas, procurando adequá-las à exploração capitalista nas empresas produtivas ou em outras instituições sob a hegemonia deste modo de produção. Como tal, o modelo burocrático é uma das formas de exercício de poder, um meio de dominação baseado na impessoalidade, na especialização e na hierarquização, tornando os indivíduos alienados em relação ao fins da organização. Portanto, era muito adequado às instituições ligadas à vanguarda do processo de acumulação capitalista no período do "milagre econômico" (quando se deu a instalação da UNICAMP), entendendo-se essas instituições como "instituições de classe", como afirmou Lapassade (1983), dentre elas as *Universidades*. (9).

Colocados mais estes elementos de ordem política que satisfariam necessidades de dominação, fica uma grande dúvida sobre a não adoção pela UNICAMP do modelo burocrático. Sem ele e sem qualquer plano que aproximasse a sua organização de algo que se pudesse ter como racional, ela gerou em sua cultura organizacional aspectos que se manifestariam, posteriormente, como disfunções do sistema de administração universitária. Examinemo-los a seguir.

A. *Centralização* excessiva - retirou dos membros da organização a capacidade de assumirem responsabilidades decisórias inerentes a cada função ou posto de trabalho. Com efeito, o processo decisório foi paulatinamente se concentrando no topo da hierarquia funcional, acarretando o emperramento do processo administrativo como um todo, tornando-o incapaz de responder à crescente necessidade de agilização do processo decisório à medida que a Universidade foi crescendo.

B. *A não assunção de responsabilidades* e o conseqüente esvaziamento da autoridade efetiva de cada função, além de descompromissar as pessoas (faltam os "fatores motivadores" de Herzberg, *apud Chiavenato, 1985, p.50*) com a busca da competência e da eficiência profissional, estimula comportamentos de aversão à tomada de decisão - o famigerado "empurra pra frente". Com o passar do tempo estas atitudes foram se cristalizando na cultura da organização, tornando extremamente difícil as tentativas de mudança de comportamento que visam reverter esse quadro.

C. *O excessivo parcelamento das tarefas*. A ineficiência administrativa que foi grassando produziu formas de organização do trabalho pulverizadoras do conteúdo de tarefas usualmente acometidas a cada cargo. Com isto, justificava-se a admissão de um número crescente de funcionários e promovia-se o amesquinamento do trabalho, ou seja, o inverso do "enriquecimento do trabalho".

A ausência de uma perspectiva mais racional na organização do trabalho destituiu a Universidade de mecanismos importantes de inovação e renovação, como por exemplo as atividades de planejamento e de desenvolvimento de pessoal da área administrativa.

O cenário que se formou ao longo dos anos representa o que pejorativamente chamamos de "burocratização" dos serviços. Hoje, ele caracteriza-se pelo inchaço do quadro de pessoal não-docente, pela baixa qualidade dos serviços prestados e pela morosidade no processamento das rotinas administrativas. O ambiente e o "clima" organizacional é enfadonho e desmotivador para a maioria dos funcionários, oferecendo-lhes pouquíssimas perspectivas de progresso profissional.

Feitas estas observações sobre a evolução da burocracia universitária, quero considerar a hipótese do uso do "poder burocrático", isto é, avaliar qual teria sido o peso ou a importância que teria adquirido na dinâmica das relações de poder da universidade.

Sobre esta hipótese, perguntei a cada um dos entrevistados se admitiam que, em alguma circunstância, tivesse se verificado, principalmente por parte da direção superior da Universidade durante a gestão de Zeferino Vaz, a utilização da estrutura burocrática e dos elementos humanos que lhe davam vida como instrumento de poder. Alguns afirmaram desconhecê-lo. Outros, embora não pudessem afirmá-lo, não descartaram a hipótese.

Tendo por conclusão que o processo decisório dos problemas vitais, ou seja, a solução das questões referentes às atividades de pesquisa, ensino e extensão, durante a primeira fase de existência da Universidade, dava-se, quase que exclusivamente, com base na competência e no mérito profissional e em função da substantividade dessas atividades, considero que a UNICAMP se desenvolveu e cresceu alocando recursos de forma adequada à consecução dos legítimos objetivos da instituição, sem desperdícios. Isto significa dizer que deu-se a prevalência do "poder acadêmico" sobre o "poder burocrático".

Posteriormente, com as transformações ocorridas em função do seu crescimento e com o desenvolvimento de "subobjetivos" (10), basicamente aqueles decorrentes da excessiva "burocratização", o processo decisório global passou a sofrer interferências negativas, resultando em perdas de eficiência na alocação de recursos.

A crescente importância dos "subobjetivos", significando, em alguns momentos, a prevalência dos meios sobre os fins, passou a desviar das atividades vitais da Universidade importantes quantidades de recursos e esforços. O melhor exemplo desta realidade mais recente, pode ser dado pelo prejuízo que causa à Universidade ter que alocar recursos para uma folha de pagamento absurdamente inchada e ter que administrar um grande número de problemas que esse contingente desmesurado de funcionários traz consigo.

Além disto, essa realidade da vida da Universidade leva, inevitavelmente, a que muitas das decisões e das mediações de interesses efetivadas por seus dirigentes sejam orientadas por critérios políticos de natureza diversa daquela que caracteriza as finalidades da instituição, o que se constitui numa aberração.

A substituição gradativa de valores como o mérito e a competência na escala cultural da Universidade e a não existência de um sistema de poder fundamentado na "autoridade racional legal", abriu espaço para a instalação de um outro tipo de sistema de poder lastreado na "autoridade paternalista". Por ele as decisões passam a se dar a partir de *troca de favores*, ou seja, da parcialidade e dos interesses particulares, elementos tão comuns na indesejável tradição da administração pública brasileira.

3.4 As Classes Sociais e a Criação da UNICAMP.

No Capítulo 1, abordei aspectos relacionados com a estrutura das classes sociais no Brasil, as transformações nela ocorridas contemporâneas à criação da UNICAMP e o papel que as frações de classe representaram no processo de *modernização* da sociedade como perdedores ou ganhadores. Tinha em mente observar as mudanças na estrutura de classes para verificar suas possíveis influências no processo social de criação da UNICAMP.

Sabemos, através do que já está consagrado na literatura sociológica atual, que o sistema de classes sociais encontra-se na base do surgimento e do desenvolvimento das instituições sociais (Ver *Lapassade, 1983, Prólogo à Segunda Edição*). Ademais, sabemos ainda que, no Brasil, a sociedade está dividida em classes, cujos interesses são antagônicos, e que as classes subordinadas, na dialética da luta pela sobrevivência, trabalham em benefício das classes dominantes.

Lembro que, da análise feita anteriormente, uma das conclusões mostra o relativo crescimento das denominadas classes médias, também referidas como classes de apoio, e o importante papel que desempenharam na viabilização do projeto desenvolvimentista das classes dominantes, ou "bloco no poder".

O aumento do peso específico das camadas médias, compostas pelo pessoal técnico, administrativo e de operários especializados, quer fosse na indústria ou no setor terciário, privados ou públicos, (e foi o que efetivamente aconteceu não só no Estado de São Paulo como na região de Campinas, como vimos no capítulo 1) criou as condições objetivas, do ponto de vista de recursos humanos, para a expansão

do ensino superior, tanto pela estimulação da demanda por mais vagas, como pela oferta de mão de obra especializada capaz de implantar novas universidades ou escolas isoladas de terceiro grau, o que aconteceu mais intensamente no setor privado da Educação). Era o próprio capitalismo criando as condições materiais para satisfazer as suas necessidades intrínsecas de trabalho assalariado. Com a UNICAMP, a história não foi diferente.

O que se verificou como um dos resultados desse processo foi a elitização da universidade no Brasil, incluindo-se a UNICAMP.

Com o tempo ela passou a ser um mecanismo social de manutenção de privilégio das classes médias e altas, cujo "círculo vicioso" é alimentado por esse mecanismo e dele se alimenta. Tanto o preenchimento de vagas de seus cursos como a renovação de seu quadro de professores e pesquisadores restringe-se a essas camadas da sociedade, algo absolutamente *natural* dentro da dinâmica concentradora de direitos e oportunidades que o capitalismo brasileiro possui.

Obviamente, essa história, a da elitização da universidade, tem o seu lado perverso, posto que as classes exploradas contribuíram com o seu trabalho para os investimentos de ampliação do sistema de ensino superior sem, contudo, deles poderem se utilizar, pois foram danidas do consumo dos resultados do processo de modernização em curso.

Diria, como já disse anteriormente, que não foi por acaso que, após anos de tentativas mal sucedidas, e só com o crescimento econômico acelerado pós regime autoritário (sem esquecer de sua gestação histórica com a industrialização pregressa), que se pode implementar uma universidade no interior do Estado de São Paulo e

especificamente na região de Campinas.

Como já havia concluído, a implantação da UNICAMP foi obra de representantes das camadas médias da sociedade e que a sua ocorrência histórica atendeu às necessidades de acumulação de capital, dentro de um projeto desenvolvimentista das classes dominantes.

Setores da sociedade foram alçados (promovidos e cooptados) à posição social elevada de grandes artífices do grande projeto de progresso econômico e social que foi "vendido" naquela ocasião. Técnicos especializados, engenheiros, administradores, economistas, professores, cientistas, etc., por suas qualidades pessoais e como pessoas "socialmente qualificadas" para servir à causa desenvolvimentista foram, conscientemente ou não, selecionados para inúmeras tarefas de implementação desse projeto, dentre elas a de adequar o sistema educacional, naquilo que lhe fosse cabível, às novas exigências do modelo de desenvolvimento.

Esse processo histórico tinha os seus componentes ideológicos absorvidos por e legitimados junto às pessoas que o promoveram - principalmente os dirigentes da Universidade - que também fazem parte do processo de dominação de classe. Eles davam sustentação ideológica, em maior ou menor grau, aos intelectuais orgânicos para que prosseguissem na tarefa de ajudar a desenvolver um "determinado país", o país rico.

Além do direito de usufruir alguns privilégios que o crescimento econômico traz, o que por si já é um fator de cooptação, o engajamento num projeto de criar uma universidade pública vinha satisfazer algumas necessidades impostas às pessoas da classe média pelas condições históricas do desenvolvimento do capitalismo. Uma

delas era a de obter uma colocação no mercado de trabalho assalariado, dado o estreitamento das possibilidades de ter seu próprio negócio. Para as pessoas que se notabilizassem por sua capacidade intelectual, deveria haver alguma oportunidade de trabalho assalariado com elevado "status" social. Trabalhar em uma universidade como professor ainda não havia perdido o seu tradicional "sabor" de sucesso, além de trazer a realização pessoal, não só por se estar realizando um trabalho nobre, o de "fazer ciência", como também por estar colaborando com o progresso social do país, aplicando os conhecimentos adquiridos com muito estudo e, em muitos casos, no exterior com grande esforço, além do que poderia até ser um investimento para uma independência futura através de um negócio particular.

Para alguns esse seria um caminho para fugir do asfixiante clima das empresas privadas. Trabalhar para o Estado era também dignificante, pois ele vinha readquirindo a sua importância como agente de desenvolvimento, como "aparelho de Estado" altamente valorizado no processo de *modernização* da sociedade brasileira.

NOTAS.

(1) A fase considerada "áurea" para a UNICAMP, entre os anos de forte expansão econômica, os anos "milagreiros" de 70 a 74, foi o período de edição dos planos governamentais desenvolvimentistas, a saber: o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para 1972/4 e o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBCT) para o mesmo período, além de uma série de outros planos mais específicos. Para a análise desses planos ver *Oliveira, 1981, pp. 21/36.*

(2) Para confirmar a adequação do "projeto UNICAMP" aos ideais vanguardistas da época e o prestígio que o governo e as agências de financiamento lhe conferiam, segundo informação de um dos depoentes, só o Instituto de Física recebeu, entre os anos de 1971 e 1975 alguma coisa parecida com 30 a 40 milhões de dólares atuais. Foram recursos provenientes de organizações como o BID, que nunca tinham sido tocados anteriormente por qualquer universidade brasileira, do BNDE, do BADESP, da FINEP, que havia sido criada nessa época, e do governo estadual.

(3) Mesmo a idéia sobre uma possível hegemonia política da área médica, pelo fato da UNICAMP ter-se iniciado pelos cursos médicos ou pelo fato de que Zeferino Vaz era da área, deve ser descartada.

(4) Dentre alguns representantes dessa "intelligentsia", sabe-se, havia uma grande preocupação em competir com a USP. Portanto, se prevalecesse esta preocupação, na visão de outros que achavam que a UNICAMP não deveria jamais seguir os passos da USP, ela nasceria "velha", no sentido de que repeteria os mesmos erros da tradição universitária brasileira.

(5) Sabe-se também que esse grupo não encontrou, a não ser na UNICAMP, outra instituição que os recebesse. O próprio ITA não se interessava por eles, já que, na época, não tinha uma atividade de pesquisa ou ensino de pós-graduação e a vocação e o desejo desse pessoal era de dedicação à pesquisa científica. Sabe-se ainda que haviam sido, alguns deles, rejeitados pela USP. A UNICAMP, então, teria sido o único espaço, um espaço também político - aberto para a nova geração de professores, alguns, como já mencionei, com passagens por laboratórios ou universidades americanas, ou seja, com um potencial de realização adequado às necessidades de "modernização" adequadas ao momento histórico

(6) A título de ilustração lembraria uma passagem de um dos depoimentos que colhi sobre a quase obsessão com que Zeferino Vaz exigia competência de seus liderados. Nas palavras do entrevistado:

"os encontros com Zeferino Vaz eram terríveis quando ele despachava conosco, os diretores. Vários diretores contavam-me a verdadeira preparação psicológica que antecedia o dia do despacho. Vários tinham que tomar calmantes, porque ele era um cobrador emérito. Se o diretor ia lá para fazer reivindicações ele fazia as cobranças. Queria a produção de seu Instituto ou da sua Faculdade. Dizia: que cursos vocês estão dando? Mostrem-me as últimas publicações de vocês.

Quando ele dava uma passagem aérea para um professor ir a um congresso, esse professor tinha que, ou estar apresentando um paper, ou estar sendo convidado para um congresso importante para ser um debatedor

categorizado. Era um Reitor que estava permanentemente cobrando a produção acadêmica, e a crítica dele era uma crítica severa."

(7) A Comissão de Ensino era uma comissão assessora do Reitor Zeferino Vaz, e foi por ele criada através de Portaria em dezembro de 1968. Seus primeiros membros foram eleitos pelo Conselho Diretor. Posteriormente, passaram a ser designados pelo Reitor, à medida em que as disputas políticas internas foram se acirrando e, com ela, formando-se os grupos de poder, considerando que, como grupo assessor do Reitor, deviam ser pessoas de sua confiança. Esta alteração de critério de composição refletiu, na verdade, uma perda relativa de autonomia da Comissão, embora alguns dos depoentes considerem que ela não perdeu a sua principal característica, a de selecionar rigorosamente os novos docentes.

A Comissão de Ensino não tinha caráter deliberativo. Opinava, sempre que solicitada pelo Reitor, sobre os seguintes assuntos: contratação de docentes; prorrogação de contratos de docentes; reclassificação e modificação do regime de trabalho de docentes; abertura e inscrições nos concursos da carreira docente; criação ou modificação dos departamentos; e, outros assuntos referentes às atividades de docentes na UNICAMP.

A verdade é que a Comissão foi perdendo sua razão de ser ao se aproximar o fim da gestão do Professor Zeferino, e quanto mais se diferenciavam e se solidificavam os grupos de poder ligados às diversas unidades acadêmicas ou devido a interesses específicos, que fundamentavam a luta pelo poder. No final da gestão, a ata do Conselho Diretor da 160ª reunião, de 23/5/78, registra a contestação, por parte do Diretor da Faculdade de

Engenharia, da existência legal da Comissão de Ensino, posto que ela não constava dos Estatutos da Universidade. Após ouvir a defesa da Comissão por um dos representantes da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, por suas palavras, em função da sua "decisiva contribuição como assessora do Reitor e do Conselho" e que em seu entender o "trabalho da Comissão, ao longo de tantos anos, transcende o problema de ter ou não existência prevista nos Estatutos ou Regimento, o Reitor, procurando esclarecer o assunto já que foi quem organizou a primeira Comissão, assim se manifestou: "Na fase inicial da Universidade, senti a necessidade de um colegiado julgador da capacidade dos docentes propostos para contratação, por não me sentir capacitado a julgar os méritos de cientistas dos mais diversos ramos da cultura."

O episódio demonstra, em primeiro lugar, que a capacidade de centralização e de controle por parte da Reitoria sobre os docentes começava a perder força. Em segundo, confirma, pelas palavras de Zeferino Vaz, a forma "artesanal" com que tratou a construção da UNICAMP.

(8) Para a descrição das categorias fundamentais da autoridade racional legal ver Weber in *Campos, 1971, pp.15/28*.

(9) "...a Universidade é uma instituição de classe justamente na medida em que ela tem essa função de manter as hierarquias em nossa sociedade. Feita para reproduzir o sistema de dominação, ela própria é uma instituição dominante." (*Lapassade, 1983, p.18*)

(10) O conceito de subobjetivo corresponde ao que *Lapassade (1983, p.180)* cita como "deslocamento de objetivos". Ou seja, a imersão dos membros da burocracia no universo alienante que a "máquina burocrática" cria em função de suas próprias necessidades,

distanciando-se dos fins da organização, razão pela qual ela, burocracia, foi criada. Com isto, deixa de ser um meio para ser um fim em si mesmo.

CONCLUSÃO

A realização deste estudo sobre o "período de construção" da UNICAMP deixou-me, em primeiro lugar, a conclusão de que é indispensável a sua continuidade. A riqueza e a grande quantidade dos fatos e dados que a história da Universidade guardou ao longo de seus vinte e três anos de existência, permitiram-me apenas introduzir-me no seu conhecimento limitado aos aspectos da análise histórica-institucional e, na análise introdutória da dinâmica dos processos das relações de poder. Muito mais deve ser feita relação ao conhecimento, por exemplo, dos mecanismos de organização da pesquisa em si e de sua integração com o ensino de pós-graduação, e, também, do funcionamento da extensão universitária, que são os aspectos mais notáveis da vida da UNICAMP. Avançar no estudo de sua história significa ainda ampliar o período de abrangência, para incluir a história mais recente, na qual a Universidade adquiriu uma dimensão acadêmica bem maior.

Este trabalho serviu para identificar o que posso chamar de *elementos fundamentais da cultura da UNICAMP*. São tanto os elementos "positivos" quanto os "negativos", que compõem um conjunto de ensinamentos sobre como é possível implantar uma universidade pública no Brasil, adequando-a a realidade do seu tempo, mas resguardando-se os valores essenciais da universidade como "instituição social" indispensável à preservação da cultura de uma nação e como fator de desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e literário; portanto, sem deixá-la à margem dos esforços de busca das soluções para os problemas da sociedade.

A adequação da UNICAMP à realidade de seu tempo durante a sua construção, deu-se mediante a sua vinculação competente ao processo de modernização capitalista em curso naquela época, até o ponto de

de adquirir a imagem pública de "universidade tecnológica, mas preservando a sua autonomia diante da ação de controle político governamental imposto pelo regime militar. De um lado, a UNICAMP integrou-se ao processo de modernização, em parte, nos termos em que Luiz Antônio Cunha o colocou:

"Com a modernização do ensino superior pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada 'multinacional'. Com essa finalidade, desenvolveu-se o ensino de nível de pós-graduação e toda a ênfase foi dada aos cursos de ciências (exatas?) e de tecnologia, bem como de ciências econômicas, nas quais se ensinava uma das línguas oficiais do poder.

Essa modernização visava, ademais, criar condições racionais (...) para o atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias, a qual se expandia acionada pelo processo de monopolização, induzido por sua vez, pela política econômica." (Cunha, 1988, p.317).

Adequar a UNICAMP em parte ao processo de modernização, permitiu-lhe a obtenção dos recursos de que necessitava para a sua instalação. Mas, essa mesma competência política colocou-a a salvo da repressão castradora do regime militar que simplesmente destruiu a capacidade produtiva das universidades federais, dividiu a ênfase do trabalho de instalação dos cursos por áreas que não as de ciências exatas e tecnologia, bem como não impôs "a língua oficial do poder" nas ciências econômicas. Com efeito, a UNICAMP vicejou no

cenário educacional brasileiro, tornando-se um exemplo notável de universidade. Ela cumpriu com competência, *dentro dos limites impostos pelas circunstâncias históricas*, o desígnio de dotar o interior paulista de uma universidade moderna, no sentido do atendimento das demandas sociais impostas pela dinâmica da Formação Social capitalista, mas resguardando os valores fundamentais da instituição universitária, como o vêm os seus legítimos defensores.

Os elementos "positivos" correspondem aos valores acadêmicos, que, conforme pode constatar, deram sustentação ideológica ao trabalho dos construtores da UNICAMP, e aos princípios de organização.

Os valores são:

- a prevalência da competência e do mérito científico como elemento fundamental de avaliação do trabalho acadêmico e da divisão do poder;
- a liberdade de pensamento;
- estímulo a visão crítica da sociedade;
- a liberdade de prática do ensino e da pesquisa;

Os princípios de organização são:

- aplicar recursos preferencialmente na contratação de "cérebros" e não em obras e equipamentos;
- a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa;
- investir no ensino de pós-graduação;
- a exigência da dedicação em tempo integral ao trabalho acadêmico;
- o tratamento igualitário de todos os ramos do conhecimento humano na estruturação da universidade, a longo prazo. A curto prazo, estabelecer prioridades

estratégicas na aplicação de recursos, em função das oportunidades históricas determinadas pela Formação Social;

- procurar a integração da extensão universitária com o setor produtivo e com o processo de busca de soluções para os problemas da sociedade, independentemente do regime político e da forma de organização do sistema produtivo;
- participação democrática nos órgãos colegiados da administração superior da universidade;

Os elementos "negativos" correspondem, basicamente, a aspectos comuns à administração pública brasileira, sabidamente prejudiciais a qualquer organização que, embora enraizados na nossa cultura, devem ser conscientemente eliminados. São eles:

- a excessiva centralização de autoridade e poder, que faz com que o processo decisório necessite sempre de "um déspota esclarecido" e retira dos escalões intermediários a capacidade de tomar iniciativas e assumir responsabilidades;
- a baixíssima participação efetiva dos professores e pesquisadores na administração universitária e nas instâncias decisórias superiores, assumindo parcelas crescentes de poder com base no mérito acadêmico e profissional;
- a baixa qualificação profissional das pessoas que atuam na administração acadêmica;
- a ausência de uma organização burocrática baseada no "modelo racional-legal" do tipo "weberiano" mesclada

com elementos políticos de participação democrática, como instrumento de combate à "burocratização";

A constatação da existência de elementos "positivos" e "negativos" aponta para a manutenção de uma preocupação permanente com o aperfeiçoamento da organização universitária, de modo a evitar o seu "envelhecimento". No caso específico da UNICAMP, significa, por exemplo, abandonar o modelo centralizador do poder burocrático na Reitoria, que ainda hoje se mantém em grande parte, o qual, no passado, teve as suas virtudes e foi um fator positivo para a agilização de sua implantação, mas que é um elemento negativo que torna a administração universitária morosa e ineficiente. Outro exemplo diz respeito à necessidade de se promover uma maior integração interna entre as diferentes áreas de ensino e pesquisa, considerando-se, além da crescente exigência de otimização na utilização dos recursos disponíveis, que, cada vez mais, a Ciência caminha para a recuperação da visão e do conhecimento integrado, sistêmico, ou holístico dos fenômenos da natureza de qualquer tipo.

Por fim, concluo pela necessidade da UNICAMP, no momento em que começa a sentir os efeitos insuportáveis do gigantismo burocrático, reelaborar seu projeto de administração universitária, com base nos valores de competência e mérito profissionais, implantando um modelo de gestão mais próximo da administração científica, o qual deve ter como atividades modernizadoras o "planejamento universitário" e o "desenvolvimento de pessoal", particularmente nos níveis gerenciais.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS, EDMUNDO (Org.). Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina (Ensaio de Interpretação Sociológica). Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1970.
- O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1972.
- CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas. Papyrus. 1986.
- CHAUÍ, Marilena. O Papel da Filosofia na Universidade in Cadernos de Cultura da USU. 3(3):33. Rio de Janeiro. 1981.
- CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos (Edição Compacta). São Paulo. Atlas. 1985.
- CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS (Campanha de 1961-1962). Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas: Coletânea de recortes de jornal e outros documentos feita por Roberto Franco Amaral. Inédito. Campinas. 1982. (Exemplar único no Arquivo Central da UNICAMP.).
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)/ CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR. Pareceres e Relatórios.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Reformanda. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1988.
- DA MATTA, Roberto et alli. A Violência Brasileira. São Paulo. Brasiliense. 1982.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil Anos 60: O pacto do silêncio. São Paulo. Edições Loyola. 1985.
- FAVERO, Maria de Lourdes de A.. Universidade: poder e participação in Educação e Sociedade. CEDES/Cortez Editora. Ano V, Nº 16, São Paulo, dez, 1983.
- FERNANDES, Florestan. A Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo. Alfa-ômega. 1975.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo. Edart. 1978.
- FONSECA, Dirce Mendes da. Relações de poder na Universidade, in Educação Brasileira, Ano 9, N.19, Brasília, 2º Semestre, 1987.

- GRACIANI, Maria Stela Santos. O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis. Vozes. 1982.
- HARNECKER, Marta. Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico. São Paulo. Global Editora. 1981.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda no Brasil em 1980, por unidades da Federação, in Revista de Economia Política, V. III, Nº 1, jan/mar, 1983.
- e João Carlos Duarte. A Distribuição de Renda no Brasil in Revista de Administração de Empresas, 14(2), São Paulo, fev, 1972.
- LACERDA, Maria do Carmo. Universidade e processo de decisão: efeitos da reforma universitária de 1967. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 1973.
- LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis. Vozes. 1980.
- LAPASSADE, Georges. Grupos, Organizações e Instituições. 2a.ed.. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1983.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica à Crítica da Economia Política. São Paulo. Livraria Martins Fontes. 1977.
- e Engels, Friedrich. A Ideologia Alemã. (Crítica da Filosofia Alemã mais recente), 3ª, Vol. 1. Lisboa. Livraria Martins Fontes. Sem data.
- MEC (Ministério da Educação e Cultura). Reforma universitária: relatório geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. MEC/Brasília. 1972.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior. São Paulo. Cortez Editora: Autores Associados. 1981.
- PASSOS, Carlos Artur Kruger. Estado e Classes: Brasil 1964-1980. Dissertação de Mestrado. DEPE/IFCH/UNICAMP. Campinas. 1981.
- PASTORE, José e ZYLBERSTANJ, Hélio e PAGOTTO, Carmem S. Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que Ocorreu com a Família Brasileira). São Paulo. FIPE/Pioneira. 1983.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Colapso de uma Aliança de Classes. São Paulo. Editora Brasiliense. 1978.
- PINHEIRO JÚNIOR, Deputado. Pronunciamento na 116ª Sessão Ordinária, de 20/10/72. in Diário Oficial do Estado de 24/10/72, p.57/8.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. Ensino e/ou Pesquisa: A teoria na prática é outra in Ciência Hoje, 4(22), Brasília, jan/fev, 1986.

- RIGGS, Fred. A Ecologia da Administração Pública. Rio de Janeiro. FGV. 1964.
- ROMMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil: 1930/1973. Petrópolis. Vozes. 1978.
- SALM, Cláudio Leopoldo. Escola e Trabalho. SÃO Paulo. Livraria Brasiliense. 1980.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Campinas (1860 a 1980): Agricultura, industrialização e urbanização. Dissertação de Mestrado. UNICAMP/IE. Campinas. 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: Radiografia de um Modelo. 7ª ed.. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 1987.
- TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Carlos A.. A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Estatutos. Campinas. 1985.
- VLASMAN, Petrus Maria e CASTRO, Luiz Felipe M. de. Universidade: a luta pelo poder in Revista Brasileira de Administração Educacional (RBAE), V.3, nº 1, pp. 88/101. Porto Alegre. jan/jun, 1985.
- VAZ, Zeferino. Arquivo Oficial. Documentos diversos depositados no Arquivo Central e na Secretaria Geral da UNICAMP.
- Educação Superior, Investigação Científica e Dedicção Exclusiva. Campinas. UNICAMP, mimeo, 1973.
- A Universidade e a Economia Brasileira in Revista Tibiricá, Ano V, Nº 9, jul/dez, 1978.
- WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. Uma Análise das Teorias de Organização. 5a.ed.. Rio de Janeiro. FGV. 1986.

ANEXO I

BASES PARA A FORMULAÇÃO DE PERGUNTAS AOS ENTREVISTADOS.

1. Método de entrevista.

Será utilizado o método de perguntas abertas, previamente formuladas de modo a dar liberdade ao entrevistado para que no decorrer da resposta possa melhor elucidar o seu raciocínio. As entrevistas serão gravadas em fitas magnéticas, em dois tipos de fitas e posteriormente transcritas.

2. Natureza das perguntas.

As perguntas versam sobre dois temas correspondentes:

2.1. à Formação Social(histórico-estrutural e superestrutural) Brasileira e sua influência na Educação e no Ensino Superior do país;

2.2. aos objetivos, à estrutura, às atividades e ao funcionamento da UNICAMP durante o período desde a sua fundação até 1978.

Quanto ao primeiro tema as questões visam o tratamento dos aspectos estruturais da sociedade brasileira relativos aos rumos históricos do País, que, sabidamente, condicionam o sistema educacional. São aspectos dos sistemas econômico, do regime político governamental, do quadro social e das políticas de Educação e de Ciência e Tecnologia, cujo tratamento pretenderá extrair do entrevistado suas idéias e concepções sobre a sociedade de um modo geral e sobre a universidade em especial.

No segundo tema as questões indagam o entrevistado sobre o seu conhecimento dos fatos que marcaram a construção da UNICAMP, bem como sobre o funcionamento da universidade e sobre os mecanismos que o presidiam durante o período de estudo. Elas versam a respeito de planejamento institucional(educacional e administrativo), da política de direção e chefia em todos os níveis, da constituição dos grupos de poder, do processo decisório de alocação de recursos e sobre o funcionamento da burocracia universitária.

OS ENTREVISTADOS

Os entrevistados estão divididos em grupos referentes às respectivas posições na estrutura universitária. Em função dessa situação

haverá ênfase diferenciada nas perguntas face ao pertencimento a área de docência ou a área administrativa conforme orientação a ser dada pelo entrevistador. Os grupos são:

- 1.Grupo da Alta Administração(GA)
- 2.Grupo da Área de Exatas(GE)
- 3.Grupo da Área de Humanas(GH)
- 4.Grupo da Área Biológica(GB)
- 5.Grupo da Área Médico-Hospitalar(GM).

1. Grupo GA:

1. Depoimento gravado de Zeferino Vaz no CEPDOC/FGV-RJ.
2. Paulo Gomes Romeo, ex-Vice-Reitor durante a gestão do Professor Zeferino Vaz.
3. Arlinda da Rocha Camargo, Secretária Geral.
4. Zuwair Warwar, ex-Coordenador Geral da Administração
5. Pérsio Furquim Rebouças, ex-Procurador Geral da UNICAMP.

2. Grupo GE:

1. Depoimento gravado de Sérgio P.S.Porto, Físico, ex-Coodenador Geral dos Institutos, no CEPDOC/FGV-RJ.
2. Giuseppe Cilento, Químico, ex-Diretor do Instituto de Química.
3. Rubens Murilo Marques, Bioestatístico, ex-Diretor do IMECC.
4. Marcelo Dammy de Souza Santos, Físico, ex-Diretor do IF.
5. Rogério César de C. Leite, Físico, ex-Diretor do IF, ex-Coord.Geral das Faculdades.
6. Manoel Sobral Júnior, Engenheiro, ex-Diretor da FEC.
7. José Elis Ripper, Físico, Prof. do IF.
8. Carlos Alfredo Arguello, Físico, Prof.do IF.
9. Nelson de Jesus Parada, Físico, Prof. do IF.

3. Grupo GH:

1. Fausto Castilho, Prof. do IFCH e seu fundador.
2. João Manuel Cardoso de Mello, Prof.do IE e do antigo DE PE.
3. Wilson Cano, Economista, Prof.do IE do antigo DEPE e ex-Diretor do IFCH.
4. Osmar de Oliveira Marchese, Economista, ex-Prof.do IE e do antigo DEPE.
5. André Maria Pompeu Villa Lobos, Prof.do IFCH.

4. Grupo GB:

1. Walter Augusto Hadler, Biólogo, Prof.do IB e seu primeiro Diretor.
2. Carlos Eduardo Negreiros de Faiva, Biólogo, ex-Prof.do IB.
3. Sérgio Arouca, Médico, ex-Prof. da Faculdade de Ciências Médicas.

5. Grupo GM:

1. José Aristodemo Pinotti, ex-Reitor, ex-Diretor da FCM.
2. Frederico Magalhães, Prof. da FCM.
3. Plínio Alves de Moraes, ex-Reitor e ex-Diretor da FOP.
4. José Martins Filho, Prof.da FCM e seu atual Diretor e ex-representante docente no primeiro Conselho Diretor da UNICAMP.

5. Sérgio Leonardi, Prof. da FCM.

X.X.X

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

I. Para todos os entrevistados haverá uma introdução explicativa sobre os objetivos do depoimento, qual seja, o de servir como subsídio de história oral para a elaboração da dissertação de mestrado de Eloi Lima, aluno de pós-graduação da Faculdade de Educação, na área de Administração. O projeto consiste em um estudo de caso sobre administração universitária e trata da análise das relações de poder no processo de implantação da UNICAMP, no período de 1966 a 1978, estudo que parte da análise da situação histórica da época em seus aspectos econômico, político, social e cultural, até alcançar a história da organização em seus aspectos estruturais e de sua dinâmica interna de funcionamento.

II. A cada entrevistado será informado o conteúdo das perguntas previamente elaboradas e sobre aquilo que se deseja obter de seu depoimento: os fatos e idéias que guardam da história da UNICAMP.

III. A gravação, em fitas magnéticas, deve começar com a identificação, pelo entrevistador, da data e do local da entrevista, do nome das pessoas presentes, do que se tratará no depoimento e a razão pela qual o entrevistado foi escolhido. Em seguida, será solicitado ao entrevistado que informe: seu nome completo, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, formação escolar em todos os graus e os estabelecimentos de ensino que frequentou, um resumo de sua carreira profissional, as funções que ocupou na UNICAMP e a sua ocupação atual. A seguir o entrevistador iniciará a formulação das perguntas, *as quais procuram ser, de fato, um simpático convite de retorno ao passado da história da UNICAMP.*

IV. As perguntas, de um modo geral, procuram cingir-se à época de implantação da UNICAMP, no período compreendido entre a sua fundação e o término do mandato do Professor Zeferino Vaz, em abril de 1978.

Para os entrevistados relacionados no grupo "alta administração" e que não estavam ligados à atividade de docência, a entrevista não necessariamente cobrirá todas as questões formuladas, principalmente as que tratam de temas relacionados às atividades de docência e pesquisa. A seleção será feita pelo entrevistador no momento da entrevista, dependendo da disponibilidade e do interesse manifestado pelo entrevistado sobre o assunto.

PERGUNTAS

1. Por favor, faça uma exposição de quais eram as suas idéias e expectativas sobre o que deveria ser a UNICAMP por ocasião de sua criação.
Fale, inclusive, de aspectos filosóficos quanto às finalidades da instituição e de seu papel na sociedade nacional.
2. Você concorda com o fato de nesta pesquisa estarmos considerando a gestão do Professor Zeferino Vaz como uma etapa única e homogênea da história da UNICAMP, inclusive denominando-a de "período de fundação"?
3. Quais os seus vínculos filosóficos, ideológicos e políticos com o Professor Zeferino Vaz e com os membros da alta administração da UNICAMP com quem conviveu? Cite-os por favor.
4. Quais as *crenças* filosóficas que, no seu entender, foram vitais para a construção da UNICAMP? Acredita que elas foram duradouras? Quem contribuiu para formulá-las?
5. Qual foi a sua participação e as suas principais contribuições na criação e na implantação da UNICAMP?
6. Face à sua formação escolar e experiência profissional em geral faça uma avaliação entre elas e as funções que exerceu na UNICAMP. Ou seja, estabeleça relações de correspondência e adequação entre uma e outra.
7. Em relação a esse período, que vai de 1966 a 1978, como você via a situação nacional e paulista, dos pontos de vista econômico, político, social e cultural, e a influência destes fatores sobre a UNICAMP? Considere em seus comentários o papel dos governos federal e estadual em relação à autonomia acadêmica, política, financeira e administrativa da universidade.
8. Avalie a situação, em geral, da Educação e do ensino superior no Brasil nesse mesmo período.
9. Como você via o papel da universidade brasileira e, em particular, da UNICAMP no processo de desenvolvimento do Brasil? Considere a questão do utilitarismo da pesquisa científica e tecnológica e o seu reverso; ou seja, a geração de conhecimento humano e a criação de ciência e tecnologia devem ou não estar atrelados ao desenvolvimento?
10. Acha que a UNICAMP, dentro do projeto de ser uma universidade voltada para a pesquisa avançada, reproduziu o modelo muito comum dos países subdesenvolvidos de ter a formação de cientistas e técnicos, inclusive através de bolsas de estudos no exterior, voltada para a realidade dos países adiantados ou apenas para os interesses das camadas privilegiadas da sociedade?
11. Acredita que a UNICAMP foi criada para ser um campo de confinamento para cientistas e intelectuais que deviam produzir, mas que, por razões políticas da época, deviam estar sob controle

político do regime militar vigente?

12. Qual era a sua posição em face da proposta da UNICAMP ser uma universidade inovadora em relação ao ensino e à pesquisa?

13. E, sobre a proposta da UNICAMP colaborar na formação de recursos humanos de que necessitava o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil, considerando que no período da fundação predominou a "ideologia do desenvolvimento"?

14. A concepção a respeito da educação dominante no período pós 1968 a colocava como um *investimento* fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e, o indivíduo "educado" como um capital. Qual a sua opinião a respeito e como você situaria o papel da UNICAMP nesse contexto?

15. O que você achava da proposta inicial de instalação de institutos centrais e a abolição da cátedra em favor do Departamento, tendo em vista a melhor formação científica dos alunos?

16. Qual era a sua opinião sobre a proposta de centralização/integração das atividades de apoio administrativo e acadêmico (finanças, orçamento, pessoal, compras, controle de matrículas, etc.), visando maior racionalidade na administração.

17. Dadas essas quatro propostas e o que se passou de fato na UNICAMP, faça um julgamento dos resultados obtidos no "período de fundação". Considere principalmente a idéia fundamental da *centralização*.

18. Qual a sua visão sobre a importância da "Administração Universitária" como suporte das atividades-fins da UNICAMP?

19. Considerando a idéia de que toda organização complexa, e como tal a UNICAMP, deve ser administrada de acordo com princípios e padrões de gerência científica, incluindo-se o princípio do *planejamento*, que busquem a eficiência e a eficácia organizacional, como você julgaria a realidade da UNICAMP no período em questão? Cite exemplos do que havia e do que deixava de haver em termos de administração.

20. Qual o seu juízo a respeito do processo decisório na UNICAMP no período assinalado, face aos aspectos da *participação*, *centralização* "versus" *descentralização* e *acesso da comunidade universitária*? Procure analisar com profundidade.

21. Até onde ia o seu conhecimento a respeito do processo de alocação de recursos de toda a natureza (pessoal, imóveis, equipamentos, recursos financeiros, etc.) nas diversas atividades universitárias no período em questão? Como você o qualificaria?

22. Em sua opinião, quem eram as pessoas que, verdadeiramente, decidiam a respeito da alocação de verbas?

23. Qual era o grau de autonomia dessas pessoas em relação à utilização das verbas e também de quem as recebia?
24. Como voce consideraria, nesse mesmo período, o sentido dado pela Reitoria da UNICAMP no processo de alocação de recursos face às hipóteses de privilegiamento ou não de áreas específicas?
25. Quem eram as pessoas que decidiam sobre a admissão de professores e de funcionários de apoio e quem definia o número de vagas para estas duas categorias?
26. Quem eram os responsáveis pela fixação de currículos? Qual o grau de autonomia na decisão?
27. Qual a sua avaliação sobre o papel do corpo discente nos processos decisórios de um modo geral, ainda no período em questão?
28. Como voce caracterizaria o papel do Conselho Diretor e de suas Comissões internas (Orçamento e Patrimônio, Legislação e Normas e Serviço Social), bem como das Câmaras de Ensino e Pesquisa e Curricular como órgãos deliberativos e/ou executivos, tendo em vista o grau de autonomia de dispunham?
29. Supondo que a UNICAMP ao ser criada tinha plenamente definido os seus objetivos institucionais em função das necessidades diagnosticadas em suas áreas de atuação, como voce avaliaria os resultados alcançados face ao que foi pensado e o que foi de fato realizado? Os recursos foram devidamente alocados?
30. Fazendo uma avaliação mais aprofundada da participação dos diversos setores da comunidade universitária na dinâmica do poder dentro da UNICAMP, aspecto que vem permeando as indagações desta entrevista, pode-se alcançar a dimensão política da atuação de indivíduos e grupos. Dentro desta perspectiva, qual a sua avaliação sobre o papel político dos docentes e dos burocratas (docentes e não-docentes) no processo decisório que definiu os principais caminhos trilhados pela UNICAMP?
- Leve em conta na sua análise aspectos assim relacionados:
- autonomia "versus" dependência em relação ao poder superior
 - visão crítica "versus" indiferença
 - atitude progressista (capacidade criativa) "versus" atitude conservadora.
31. Faz parte de sua visão crítica da *política universitária* a existência de *classes* dentro da UNICAMP? Caso sua resposta seja positiva explicita qual os seus critérios de diferenciação entre as classes. Outrossim, acredita haver alguma relação entre esta diferenciação e a que há na sociedade brasileira?
32. Como voce vê a questão da autoridade e da hierarquia dentro da UNICAMP?
33. Faça uma avaliação sobre o ingresso de recursos financeiros na UNICAMP no período de fundação, observando o peso dos recursos próprios e de recursos externos.

34. Qual a sua visão a respeito do papel do intelectual universitário na "academia" e na sociedade?

Por Eloi Lima.
FE/UNICAMP.
Campinas, Jan/89.